



Planejamento Estratégico 2016 - 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

2º Trimestre de 2022

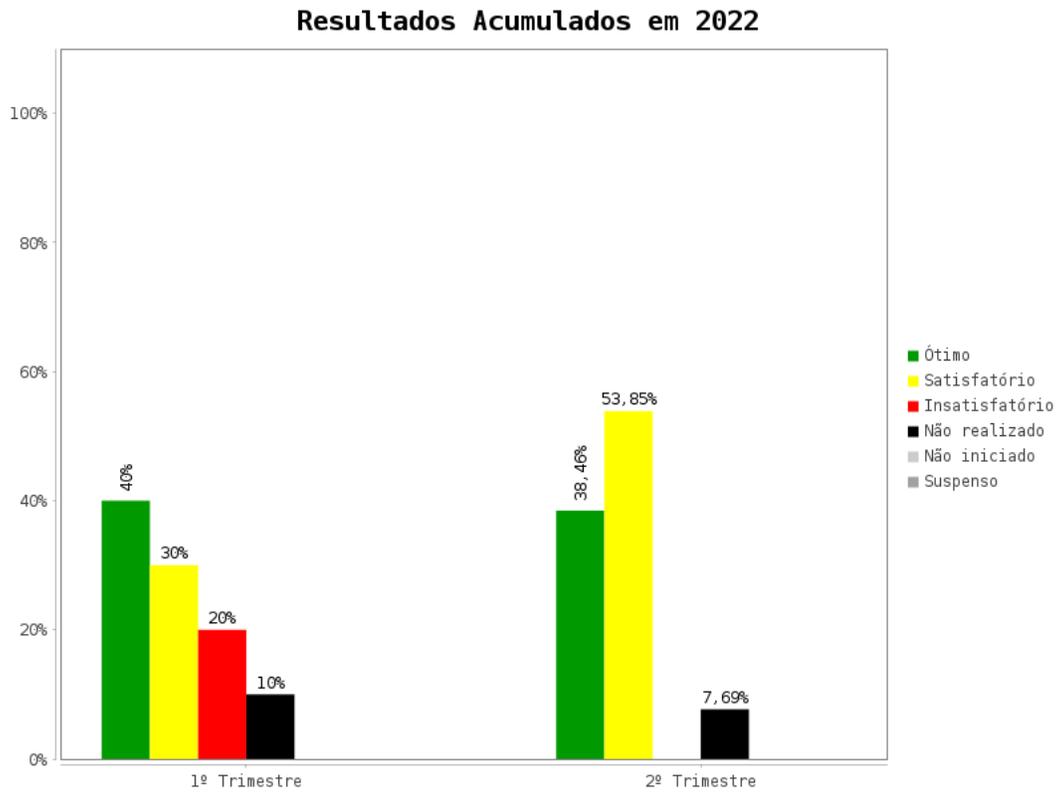
1. Mapa Geral

Satisfatório Plano Estratégico 2021_2026

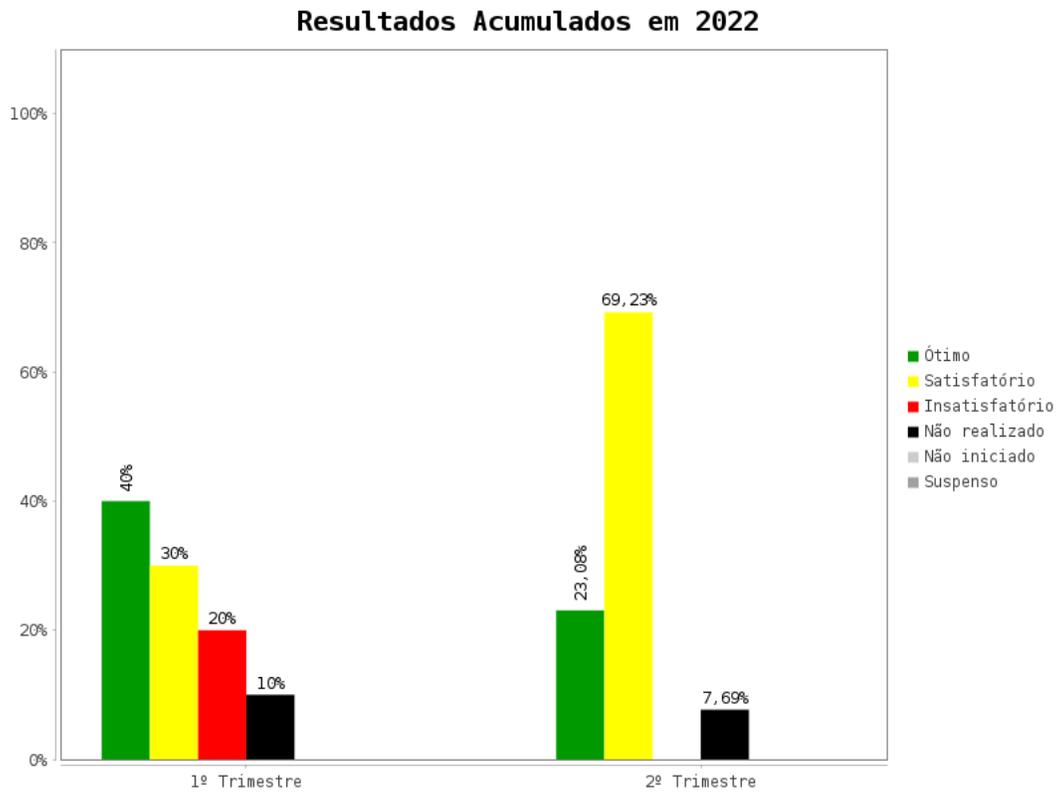
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania 91,39%	Fortalecer a relação institucional com a Sociedade 99,76%					
Processos Internos	Aprimorar a gestão do processo eleitoral 75,00%	Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional 70,32%	Combater os ilícitos eleitorais 0,00%	Promover a educação eleitoral e a participação cidadã 100,00%	Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional 100,00%	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional 58,39%	Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente 65,35%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação 69,71%	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira 66,86%	Promover a transformação digital 95,26%	Aperfeiçoar a infraestrutura 97,94%			

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

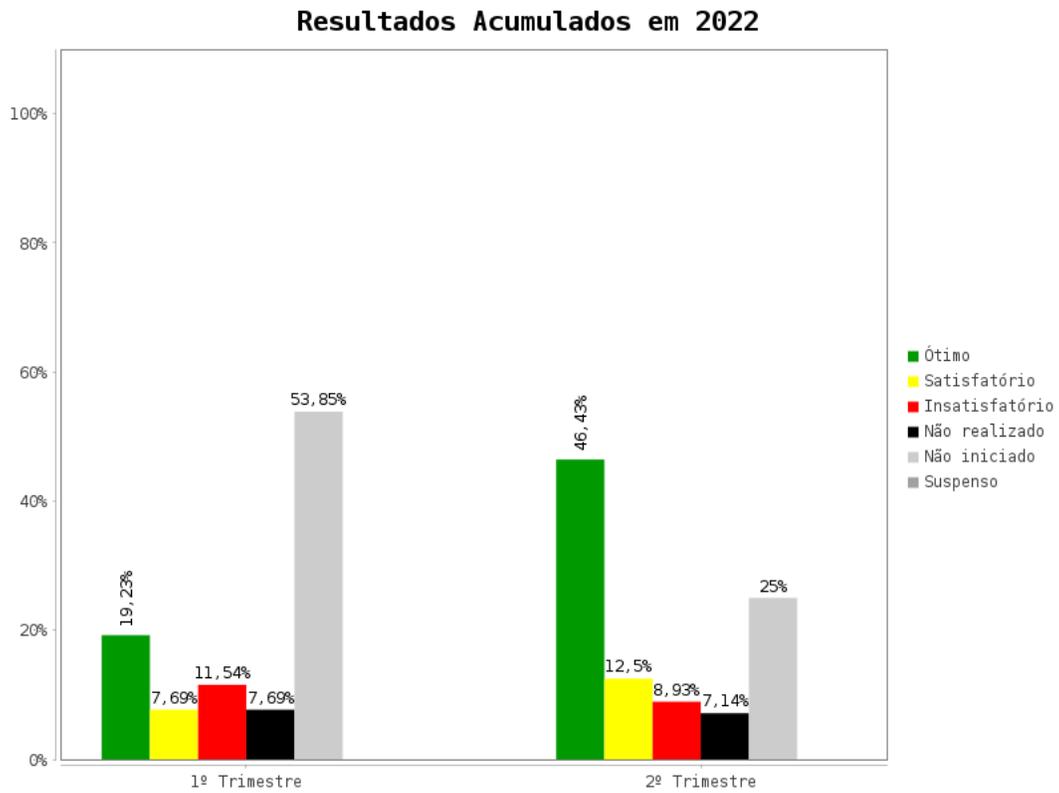
2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



2.3. Indicadores de Apoio



3. Resultados 2º Trimestre de 2022.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026				76,15%	Satisfatório
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania				91,39%	Satisfatório
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	85,91%	94,00%	1	91,39%	Satisfatório
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade				99,76%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	56,25%	50,00%	1	112,50%	Ótimo
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	84,38%	85,00%	1	99,27%	Satisfatório
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	97,10%	60,00%	1	162,66%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência					Não iniciado
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral				75,00%	Satisfatório
IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	90,86%	40,00%	1	227,16%	Ótimo
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência		50,00%	1		Não realizado
IE 08 - Taxa de mesários voluntários					Não iniciado
IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais					Não iniciado
IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	40,00%	35,00%	1	114,29%	Ótimo
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	51,11%	50,00%	1	102,22%	Ótimo
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria					Não iniciado
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional				70,32%	Satisfatório
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	1.535,45%	100,00%	1	1.518,45%	Ótimo
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	88,81%	100,00%	1	88,81%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	48,82%	45,40%	1	92,46%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	66,73%	27,00%	1	-47,16%	Insatisfatório
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais				0,00%	Não realizado
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau		1,00%	1		Não realizado
IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau		1,00%	1		Não realizado
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã				100,00%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	318,80%	120,00%	1	265,67%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	747,06%	87,00%	1	858,69%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional				100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	97,27%	95,00%	1	102,39%	Ótimo
IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal	100,00%	60,00%	1	166,67%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	83,58%	80,00%	1	104,48%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	2,98%	0,80%	1	372,81%	Ótimo
IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas	8,11%	4,50%	1	180,19%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional				58,39%	Satisfatório
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional					Não iniciado
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia					Não iniciado
IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos		12,00%	1		Não realizado
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	15,00%	20,00%	1	75,00%	Satisfatório
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade					Não iniciado
IE 31 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos					Não iniciado
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna					Não iniciado
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	53,20%	60,00%	1	88,67%	Ótimo

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	41,93%	60,00%	1	69,89%	Satisfatório
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente				65,35%	Satisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	0,00%	30,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	62,72%	65,00%	1	96,49%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	59,74%	60,00%	1	99,57%	Ótimo
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação					Não iniciado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação				69,71%	Satisfatório
IE 39 - Índice de satisfação com as ações de qualidade de vida no trabalho					Não iniciado
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional					Não iniciado
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	6,66%	5,00%	1	133,10%	Ótimo
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	35,48%	45,00%	1	78,85%	Satisfatório
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	0,00%	8,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	30,66%	25,00%	1	122,64%	Ótimo
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira				66,86%	Satisfatório
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	70,01%	78,00%	1	89,75%	Satisfatório
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	60,95%	78,00%	1	78,14%	Insatisfatório
IE 48 - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas	0,00%	5,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	34,84%	35,00%	1	99,55%	Ótimo
OE 12 - Promover a transformação digital				95,26%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,75%	95,00%	1	105,00%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC					Não iniciado
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	84,92%	60,00%	1	141,53%	Ótimo

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	72,95%	90,00%	1	81,05%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	57,14%	50,00%	1	114,28%	Ótimo
IE 55 - Taxa de serviços digitais da Carta de Serviços					Não iniciado
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura				97,94%	Ótimo
IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	11,23%	11,00%	1	102,09%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	74,33%	77,53%	1	95,87%	Ótimo

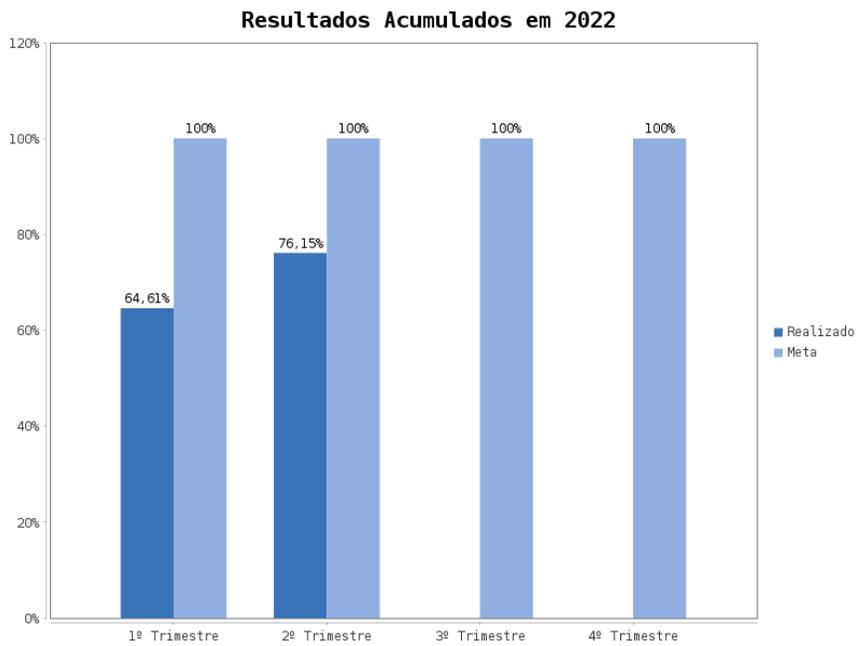
Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

Satisfatório

Desempenho do Período: 76,15%



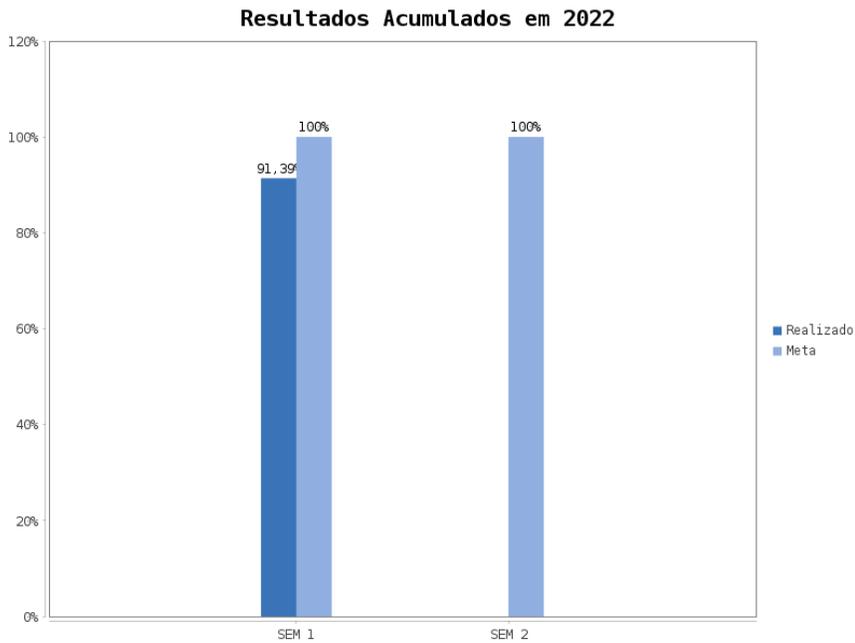
Responsável: SEDEST.

Fechado pela SEDEST 26/07/22.

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania

Satisfatório

Desempenho do Período: 91,39%



Responsável: GABPRE.

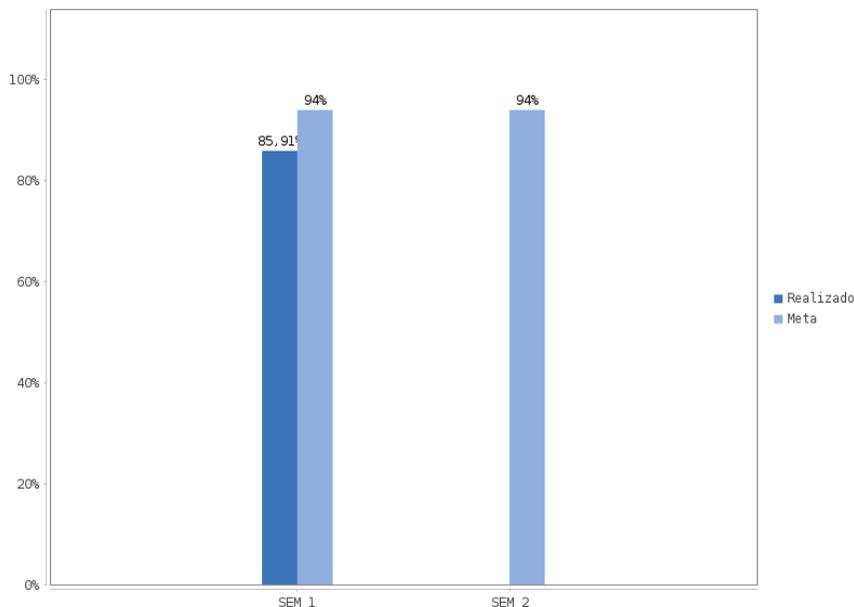
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**Satisfatório****Desempenho do Período: 91,39%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

Após um desempenho insuficiente no cumprimento das Metas Nacionais no ano de 2021 por este Tribunal, a saber: Meta 1 - 76,58% Meta 2 - 76,99% Meta 4 - Eleições 2018 37,04% e Eleições 2020 108,08% Meta 9 - 90,00% Meta 10 - 100% e Meta Específica 90%. Em 2022, iniciou-se um processo de recuperação, no qual foram projetadas diversas ações objetivando impactar positivamente o desempenho nas metas que serão detalhadas no campo seguinte.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- 1- merece destaque a implantação da ferramenta Athena, responsável pela extração e envio de dados do PJE e envio ao CNJ;
- 2- configuração e saneamento de grande volume de informações através da ferramenta Themis pelas unidades judiciais de primeiro e segundo grau em conjunto com a STI;
- 3- limpeza da base processual constante no CNJ com a manutenção de dados à partir de 2020 de acordo com recomendação daquele Conselho;
- 4- intensificação de reuniões entre Unidades Judiciárias, STI, CPLAN e Presidência para monitoramento e identificação de ações necessárias ao bom cumprimento das metas;
- 5- abertura de projeto estratégico para tratamento e monitoramento de dados de prestação judicial;
- 6- implementação de painéis de BI de monitoramento no primeiro e segundo grau;
- 7- ações de comunicação entre unidades julgadoras de primeiro e segundo grau;
- 8- ações corretivas de lançamento de informação pelas zonas eleitorais

Como principais resultados alcançados é possível avaliar o excelente desempenho do Tribunal acumulado no primeiro semestre:

Meta 1 - 460,31% Meta 2 - 108,12% Meta 4 - Eleições 2020 98,04% Meta 9 - 81,50% e Meta 10 - 50%

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de manutenção de desempenho nas metas 2, 4 e 9. Ampliação de desempenho na meta 10 e diminuição de desempenho na meta 1 dada a entrada de grande volume processual no segundo semestre de ano eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Manutenção das ações desenvolvidas no primeiro semestre.

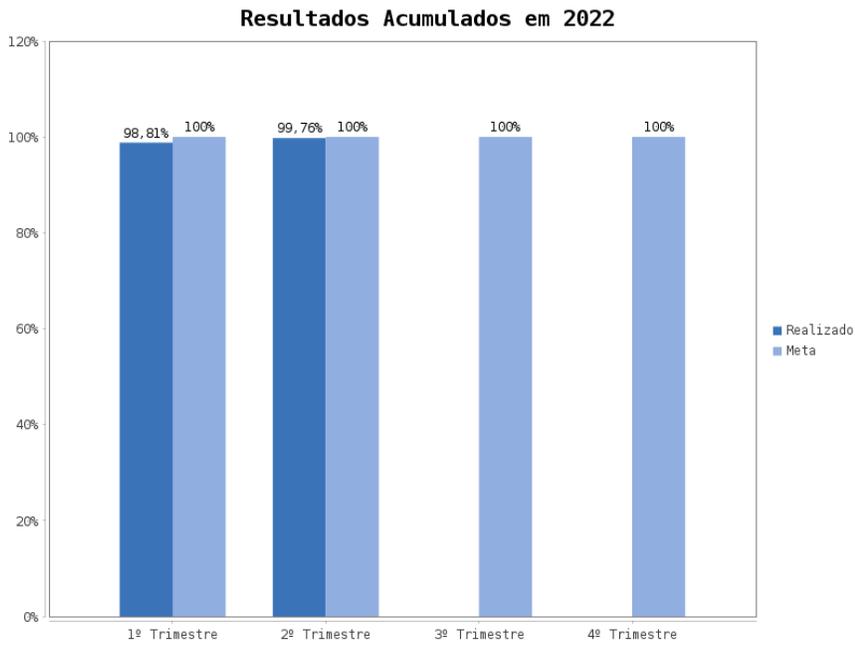
Riscos associados ao objetivo

Considerando o grande volume de processos e as ações para o desenvolvimento da eleição, as ações de comunicação entre as unidades judiciárias, STI, CPLAN e Presidência podem ficar prejudicadas baixando assim o percentual de cumprimento das metas.

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade

Ótimo

Desempenho do Período: 99,76%



Responsável: GABPRE.

Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

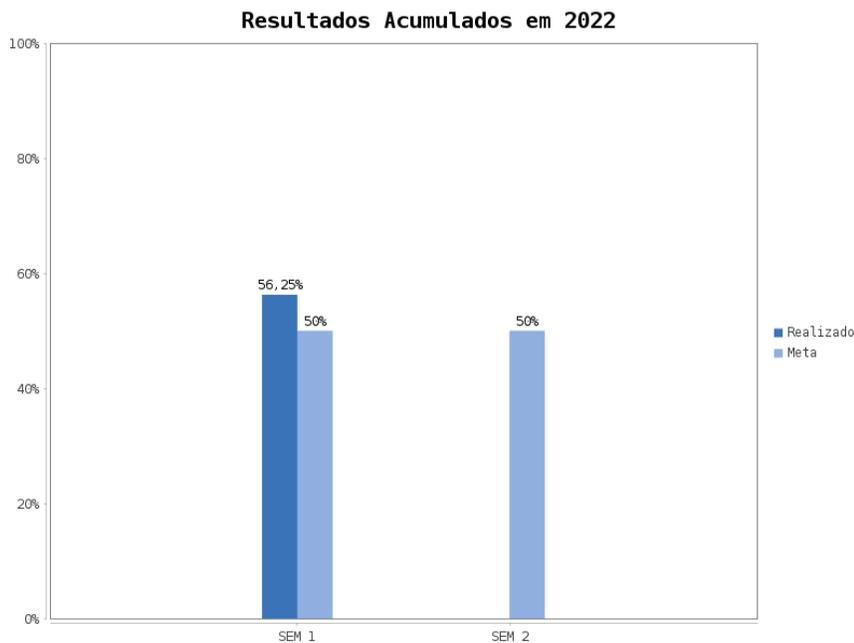
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro

Ótimo

Desempenho do Período: 112,50%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVÉ.

Análise de contexto

Conforme e-mail enviado pelo setor, a SEDEST realizou o preenchimento da análise 20/07/2022. Com a proximidade do fechamento do cadastro eleitoral e a realização do atendimento prioritariamente online, observou-se que muitos eleitores encontraram dificuldades em realizar os requerimentos pelo Título Net. Com isso, muito solicitaram atendimento presencial através do sistema Solicitação de Agendamento.

Através das ocorrências recebidas pela Ouvidoria e a respectiva consulta ao Sistema Solicitação de Agendamento, verificou-se que grande parte das reclamações decorriam da negativa de atendimento presencial, mesmo o eleitor justificando impossibilidade de acesso à internet, dificuldades com o sistema, entre outros obstáculos.

A dificuldade em obter atendimento presencial em algumas unidades do TRE é um ponto que gera grande insatisfação no cidadão. Isto porque muitos não tem acesso à Internet ou possuem dificuldades com procedimentos virtuais, ou têm a necessidade de obter o título ou regularizá-lo em razão de emprego, concurso público, matrícula em universidade, emissão de passaporte, benefícios do governo etc, e não conseguem fazê-lo de forma rápida, o que gera ansiedade e frustração no atendimento da Justiça Eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Nesse segundo trimestre, a Ouvidoria recebeu pelo Sistema Ouvidoria 442 reclamações. Conforme a tabela abaixo, das reclamações recebidas pelo Sistema, as barreiras e dificuldades encontradas para obter atendimento presencial através da Solicitação de Agendamento, figuram na 2ª colocação.

Título net - prazo

108

Solicitação de Agendamento

60

Multa eleitoral

28

Dados divergentes

20

Indeferimento Título Net

15

Título Net - Erro

14

Pendência

11

Título Net - Local de votação

11

No sistema Solicitação de Agendamento, foram realizadas 272 avaliações dos atendimentos virtuais realizados pelas Zonas Eleitorais, conforme aponta a variável AAVRZE, sendo 153 avaliações satisfatórias (ASAVRZE). Isto equivale a 56% de avaliações positivas no período. Tal índice demonstra um elevado índice de insatisfação do cliente externo com o serviço disponibilizado.

Em relação ao sistema Balcão Virtual, não foram identificadas avaliações para o período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Atualmente, o sistema Solicitação de Agendamento encontra-se suspenso.

É de conhecimento notório que as novas ferramentas tecnológicas implementadas, como o Título Net, vieram para somar na qualidade do atendimento ao público externo. No entanto, grande parte da população enfrentará grandes obstáculos para utilizá-la ou não conseguirá obter êxito, seja por falta de acesso ou conhecimento. No período de fechamento do cadastro, a tendência é de que a demanda por atendimento seja menor. Entretanto, após a reabertura do cadastro, a demanda voltará a aumentar, sendo interessante dispor ao usuário tanto o atendimento online quanto presencial.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diante do cenário analisado, observou-se que a taxa de satisfação do cliente externo com o Sistema Solicitação de Agendamento não foi satisfatória. Sendo assim, recomenda-se que seja verificada a possibilidade de ampliação do atendimento presencial, com prévio agendamento, sem a obrigatoriedade de esclarecimentos por parte do eleitor a respeito do motivo pelo qual necessita do atendimento presencial. Dessa forma, o serviço prestado abrangeria de forma igualitária a todos, seja virtual ou no cartório eleitoral, melhorando a taxa de satisfação do cliente externo.

Riscos associados ao objetivo

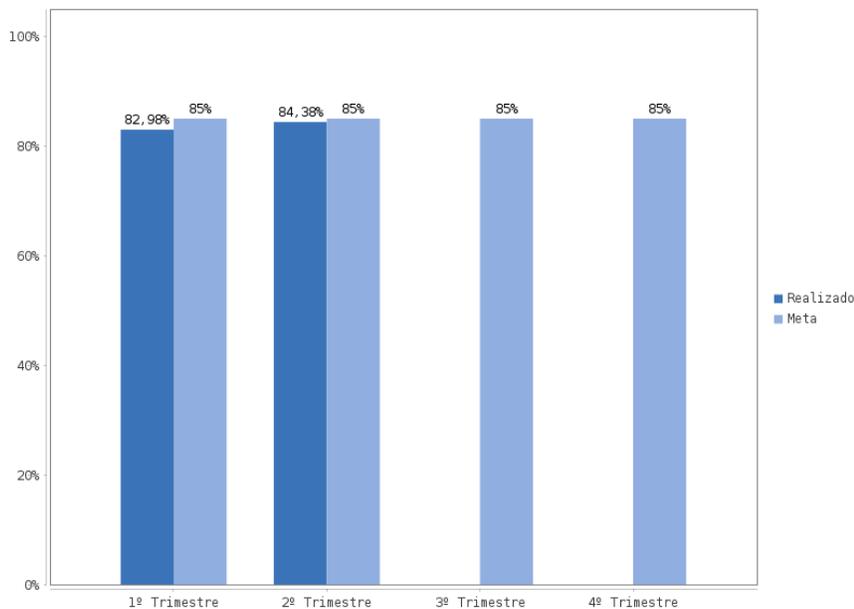
Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,27%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Com a proximidade do fechamento do cadastro eleitoral e a realização do atendimento prioritariamente online, observou-se que muitos eleitores encontraram dificuldades em realizar os requerimentos pelo Título Net e de obter retorno dos cartórios eleitorais a respeito do andamento da solicitação.

Em consulta ao Sistema Ouvidoria, verificou-se que as reclamações se concentram no prazo de análise do requerimento Título Net e nos pedidos de Solicitação de Agendamento. Isto decorreu do grande volume de solicitações online próximas ao fechamento do cadastro, além da dificuldade em obter atendimento presencial, quando solicitado. Dessa forma, os cartórios eleitorais tiveram dificuldades em cumprir com os prazos para processamento dos requerimentos, além de receber um grande volume de eleitores nos últimos dias que antecederam o fechamento do cadastro eleitoral.

O segundo trimestre apresentou os mesmos desafios do primeiro trimestre. Isto se deve a nova forma de prestação de serviços online, e dificuldades de agendamento presencial por grande parte do eleitorado.

Com a modernização das ferramentas tecnológicas e o atendimento prioritariamente online, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande. Isto porque grande parte das demandas recebidas pela Ouvidoria se devem a dificuldades do eleitor em obter informações a respeito dos procedimentos adotados na Justiça Eleitoral, além de ausência de conhecimento ou acesso à instrumentos tecnológicos. Um ponto bastante relevante e observado pela Ouvidoria é que grande parte dos eleitores não possui ou não acessa o e-mail, dificultando a comunicação dos cartórios eleitorais com os mesmos.

Outro ponto que merece destaque é a ausência de resposta ao eleitor após a análise dos requerimentos do Título Net. Essa falta de feedback gera grande insatisfação do público externo, visto que os requerimentos são finalizados sem que o eleitor tenha conhecimento da finalização do processamento.

A dificuldade em obter atendimento presencial em algumas unidades do TRE também é um ponto que gera insatisfação no cidadão. Isto porque muitos têm a necessidade de obter o título ou regularizá-lo em razão de emprego, concurso público, matrícula em universidade, emissão de passaporte, benefícios do governo etc, e não conseguem fazê-lo de forma rápida ou não recebem um prazo definido de finalização do procedimento, o que gera ansiedade e frustração no atendimento da Justiça Eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último trimestre, a Ouvidoria efetuou 1.226 atendimentos via sistema da Ouvidoria, Facebook e Instagram do TRE/RJ.

Título net - prazo	108
Solicitação de Agendamento	60
Multa eleitoral	28
Dados divergentes	20
Indeferimento Título Net	15
Título Net - Erro	14
Pendência	11
Título Net - Local de votação	11

O número de avaliações dos serviços prestados pela Ouvidoria diminuiu do 1º trimestre de 2022 para o 2º semestre de 2022, muito provavelmente, em decorrência do fechamento de cadastro. Contudo, o nível de satisfação manteve-se com média satisfatória.

Dos atendimentos realizados, foram recebidos pelo sistema da Ouvidoria, 442 reclamações e 69 dúvidas. Conforme a tabela abaixo, das reclamações recebidas pelo Sistema a maior parte se deve a prazos do Título Net devido à demora no processamento dos requerimentos, a ausência de retorno dos cartórios eleitorais sobre o status do requerimento realizado, além das barreiras e dificuldades encontradas para obter atendimento presencial, através da Solicitação de Agendamento.

Em relação ao processamento dos requerimentos, muitos eleitores reclamaram da falta de feedback. Questionavam sobre as pendências, diligências, indeferimentos e alteração de local de votação, gerando grande insatisfação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a proximidade das eleições e o acúmulo de tarefas pelas unidades do Tribunal, a tendência é de leve piora no desempenho do indicador, em virtude de possíveis atrasos nas respostas às demandas recebidas através da Ouvidoria.

Entretanto, a nova contratação de telefonia móvel para todas as unidades do tribunal, de acordo com o AVISO SSG nº 18/2022, será de grande relevância para a melhoria na comunicação com o público externo, visto que grande parte da população tem acesso à referida ferramenta. A possibilidade de utilizar o aplicativo Whatsapp para auxiliar na prestação de informações ao eleitor, facilitará e agilizará a transmissão da informação, gerando aumento da satisfação do público externo.

Destaca-se ainda a importância da disponibilização dos números de celular na internet e intranet do Tribunal, da mesma forma que hoje são divulgados os telefones e e-mails. Essa divulgação é de extrema importância para os eleitores, visto que são recebidas muitas ocorrências questionando a legitimidade do contato. Eleitores questionam se o número do Whatsapp corresponde à Justiça Eleitoral, se podem enviar seus dados por esse canal, entre outros questionamentos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

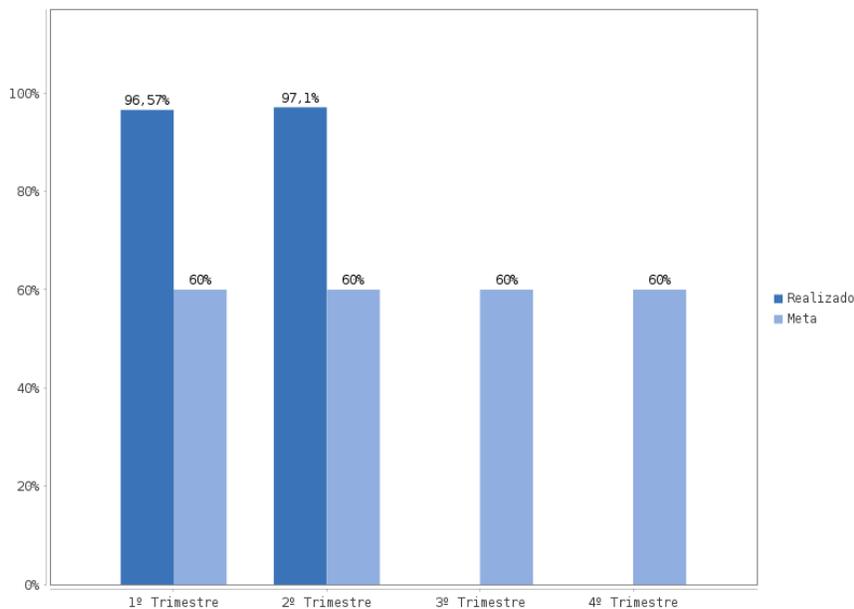
Diante do cenário analisado, observou-se que a taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação permaneceu estável neste primeiro semestre. Dessa forma, as propostas de melhoria permanecem, conforme abaixo:

Em relação a propostas que auxiliariam na melhora da prestação do serviço, e conseqüentemente da imagem do Tribunal perante a sociedade, sugerimos o envio de mensagens após a finalização do processamento do requerimento, informando ao eleitor se a solicitação foi finalizada com sucesso ou não. Essa mensagem poderia ser enviada juntamente com uma orientação de como obter o título de eleitor, já que este não está sendo impresso pela Justiça Eleitoral e muitos eleitores desconhecem como obter a via com os dados do título eleitoral.

A ampliação do atendimento presencial mediante agendamento prévio também seria uma medida bastante benéfica para a imagem do Tribunal, visto que muitos eleitores reclamam da dificuldade em realizar de forma online os serviços disponibilizados, seja por questões técnicas ou intelectuais, além daqueles que sequer possuem internet. Dessa forma, o serviço prestado abrangeria de forma igualitária a todos.

Riscos associados ao objetivo

Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade.

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria**Ótimo****Desempenho do Período: 162,66%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.****Análise de contexto**

Apesar do grande volume de ocorrências em decorrência do fechamento do cadastro eleitoral, as demandas da Ouvidoria são tratadas dentro do prazo pelo setor e enviadas para as unidades responsáveis pela informação, quando necessário. Com a implementação das ferramentas Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), foi possível identificar onde houveram dificuldades para cumprimento dos prazos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

De acordo com a variável RDP (Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria recebeu 458 reclamações e denúncias, sendo 442 reclamações e 16 denúncias. Segundo a variável ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), 436 demandas foram atendidas tempestivamente e 22 intempestivas, devido a atrasos nas respostas dos cartórios eleitorais à Ouvidoria.

Em relação aos pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, todas as demandas foram atendidas tempestivamente. Conforme aponta a variável PIP (Pedido de Informação no Período), foram recebidos um total de 48 pedidos, mesmo valor obtido pela variável ATLAI (Atendimentos Tempestivos com base na LAI no Período).

Cabe ressaltar que não foram recebidas demandas sobre Lei Geral de Proteção de Dados, conforme apontam as variáveis PLGPDP (Pedidos de LGPD no Período) e ATBLGPDP (Atendimentos Tempestivos com base na LGPD no Período).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a implementação das novas ferramentas de medição, foi possível identificar o atraso no envio da resposta de 22 reclamações solicitadas pela Ouvidoria. Dessa forma, será possível identificar a longo prazo se algumas unidades apresentam maior dificuldade em cumprir os prazos estipulados e, se as mesmas, necessitam de orientação para solucionar tal problema.

Em relação aos Atendimentos tempestivos com base na Lei de Acesso à Informação no Período (ATLAI), objetiva-se manter a excelente média atual, através do trabalho em conjunto da Ouvidoria com os setores responsáveis por fornecer a informação solicitada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Analisar, nos próximos trimestres, se há recorrência no atraso das respostas pelas unidades demandas, para que seja possível identificar o motivo da perda de prazo constante, e buscar uma solução conjunta com os setores que apresentarem dificuldades.

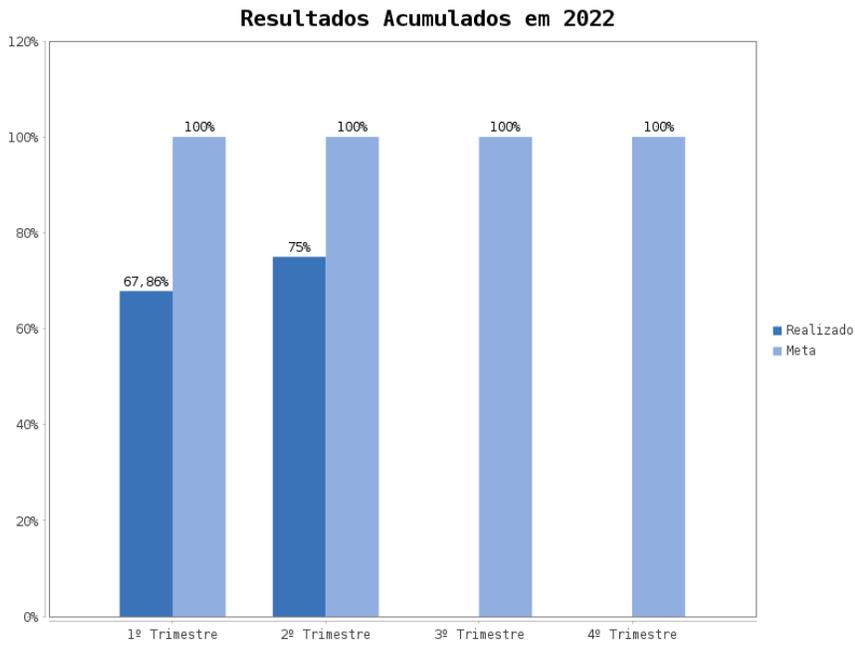
Riscos associados ao objetivo

Insatisfação do usuário devido ao não cumprimento dos prazos.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral

Satisfatório

Desempenho do Período: 75,00%



Responsável: DG.

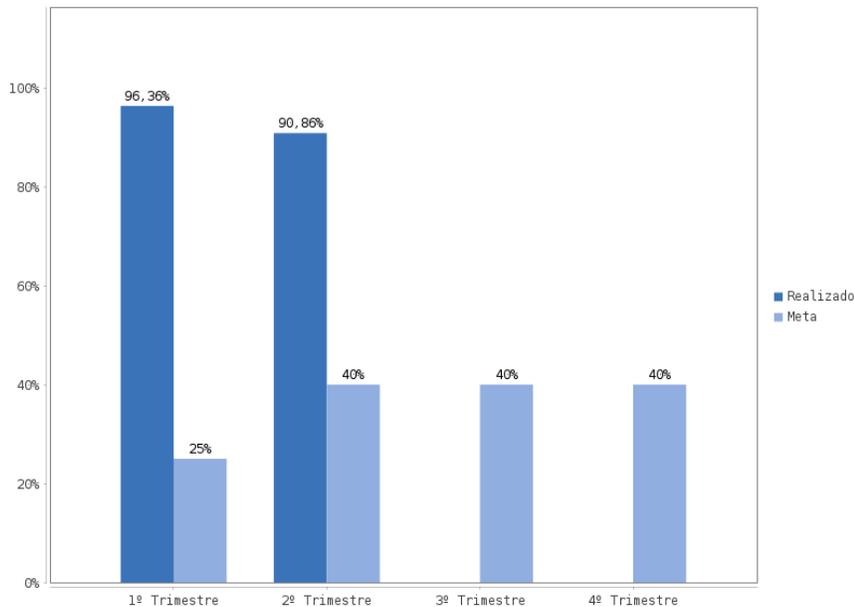
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital**Ótimo****Desempenho do Período: 227,16%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.****Análise de contexto**

No 2º trimestre de 2022, aconteceu o fechamento do cadastro eleitoral para as Eleições 2022, tendo sido 04/05/2022 o último dia para o eleitor requerer sua inscrição, transferência ou revisão eleitoral. Durante esse período, verificou-se um aumento acentuado no número de requerimentos recebidos pelas Zonas Eleitorais, tanto no atendimento presencial, quanto pelo Sistema Título NET. No mês de abril, primeiro do trimestre, foi verificado um aumento de 78,69% no quantitativo total de RAEs no TRE/RJ em relação ao mês anterior, sendo que o quantitativo de RAEs oriundos do atendimento presencial aumentou 240,78%, enquanto aqueles recebidos pelo Título NET aumentaram 69,98%. No mês de maio, foi verificado um aumento de 65,61% no quantitativo total de RAEs no TRE/RJ em relação ao mês anterior, sendo que o quantitativo de RAEs oriundos do atendimento presencial aumentou 110,40%, enquanto aqueles recebidos pelo Título NET aumentaram 60,61%. No mês de junho, devido ao fechamento do cadastro, os RAEs existentes foram oriundos de segunda via, só podendo ser solicitados presencialmente. É importante destacar que, somente nos cinco primeiros dias do mês de maio, foram recebidos 344.858 RAEs nas Zonas Eleitorais, quantitativo que supera a soma de requerimentos recebidos nos meses de março e abril. A demanda exacerbada de eleitores pelos serviços de RAE causou um represamento na análise dos requerimentos pelas Zonas Eleitorais. Soma-se a isso o fato de que, por decisão do TSE, no intuito de criar mais estabilidade no Sistema ELO nos últimos dias antes do fechamento do cadastro, foi desativado o módulo interno do Sistema ELO responsável pela análise dos RAEs. Portanto, a demora na análise dos RAEs, somada às instabilidades do módulo externo do Título NET, utilizado pelos eleitores na realização de seus requerimentos, nos últimos dias do prazo, levaram os interessados a buscarem o atendimento presencial nos Cartórios Eleitorais. Em que pese o expressivo aumento dos RAEs oriundos do balcão, que gerou, durante o período de análise, um decréscimo de 8,12% na taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital, a meta estabelecida para o trimestre foi excedida em 227,16%, atingindo o valor acumulado de 90,86%, superior, inclusive, ao estipulado para o fim do plano estratégico, em dezembro de 2026.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Tendo em vista o fechamento do cadastro eleitoral, foram realizadas campanhas de divulgação e estímulo aos eleitores no sentido de utilizarem o sistema Título NET. Os resultados obtidos foram satisfatórios, tendo em vista que os RAEs oriundos do Título NET foram responsáveis por cerca de 86% dos requerimentos recebidos pelas Zonas Eleitorais no período sob análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

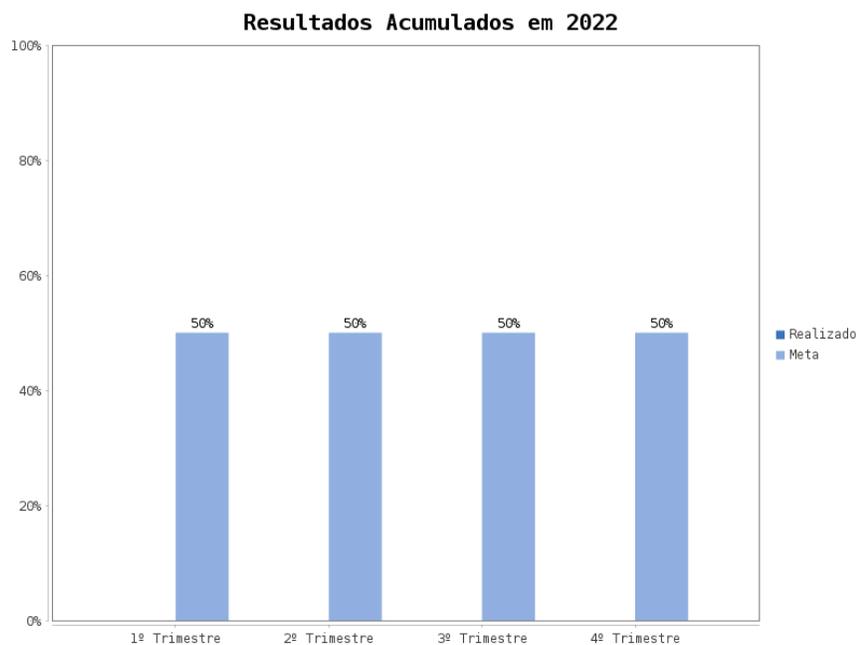
Em virtude do fechamento do cadastro, que perdurará até o fim do mês de outubro, não haverá variáveis mensais que possam afetar o desempenho do indicador. As Zonas Eleitorais estão sendo orientadas a realizarem a reimpressão do título eleitoral como alternativa à segunda via. Dessa forma, os RAEs de segunda via, se ocorrerem, serão diminutos, não afetando o desempenho do indicador. Com a reabertura do cadastro no mês de novembro, será necessário retomar as campanhas de incentivo à utilização do Título NET, chamando a atenção dos eleitores para a possibilidade de requerimento virtual de operações de inscrição, transferência ou revisão eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Melhorias na estabilidade do Sistema Título NET e do Sistema ELO para os momentos de maior demanda, a fim de que o acesso ao módulo interno do Sistema ELO, que permite a análise dos RAEs recebidos pelo Título NET, não tenha que ser desativado temporariamente. Implementação de melhorias no Sistema Título NET, a fim de facilitar a utilização e o acompanhamento dos motivos da colocação em diligência e do indeferimento dos RAEs pelos eleitores. Disponibilização de ferramentas de auto atendimento nas Zonas Eleitorais, a fim de disponibilizar acesso a eleitores excluídos digitais.

Riscos associados ao objetivo

Retorno da coleta de dados biométricos e de revisões eleitorais, que exigem o comparecimento presencial do eleitor, poderão afetar negativamente o indicador.

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência**Não realizado****Desempenho do Período:****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.****Análise de contexto**

O "IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com Padrão Mínimo de Eficiência" ainda não está em monitoramento, tendo em vista que, apesar de ter sido criada ferramenta para iniciar a sua medição, esta encontra-se em processo de testes e validação para ser implementada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

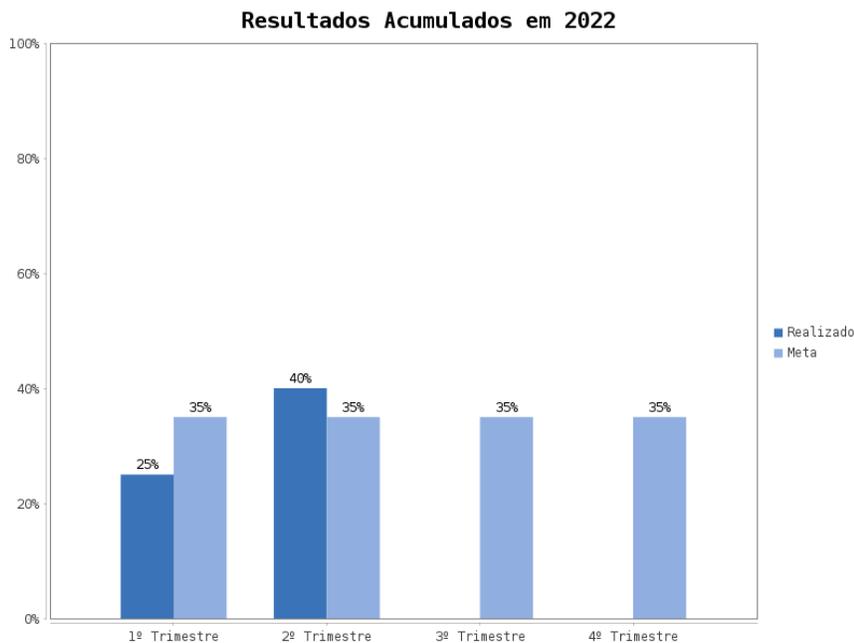
A tendência é que, no próximo trimestre, o "IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com Padrão Mínimo de Eficiência" tenha suas variáveis medidas, iniciando-se a análise e o monitoramento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

.

Riscos associados ao objetivo

Atraso na validação da ferramenta de medição, em virtude do acúmulo de tarefas da Coordenadoria nas atividades relacionadas ao período eleitoral."

IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições**Ótimo****Desempenho do Período: 114,29%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do Indicador Estratégico IE 10 – "TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES ", referente aos eventos ocorridos nos meses de abril, maio e junho de 2022.

Inicialmente, vale relembrar que esta é a segunda medição e análise efetuadas após a entrada em vigor do atual Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, que não possui mais indicadores de apoio aos indicadores estratégicos, mas tão-somente indicadores estratégicos, dos quais a Asplel é responsável por três deles (IE 09- TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS, IE 10 - TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES e IE

11 - TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE), pertencentes ao Objetivo Estratégico 03 - Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral, de responsabilidade da Diretoria-Geral.

Como já mencionado na análise anterior, o atual Indicador Estratégico 10 passou a ser de aderência, ou seja, mede a quantidade de "planos de ação e projetos resultantes da avaliação da eleição anterior previstos para serem executados e que foram concluídos no prazo planejado".

Em relação ao trimestre em análise, estavam previstas seis melhorias para serem implementadas, sendo elas:

1 - APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA AMPLIAÇÃO DE ACESSO A REDES SOCIAIS, COM FOCO NA FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA - prevista para terminar em maio/2022, que, apesar de estar em andamento, ainda não foi concluída;

2 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO CORREIO ELETRÔNICO - prevista para terminar em abril/2022, que, apesar de estar em andamento, ainda não foi concluída;

3 - IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE MELHORIA DA SISTEMÁTICA DE TRANSPORTE DAS URNAS ELETRÔNICAS - prevista para terminar em maio/2022, que, apesar de estar em andamento, ainda não foi concluída;

4 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE CONVOCAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO - prevista para terminar em junho/2022, concluída no prazo;

5 - ESTRUTURAÇÃO DOS FORMATOS E DOS CANAIS INSTITUCIONAIS DE TREINAMENTOS PARA AS ELEIÇÕES DE 2022 - prevista para terminar inicialmente em março/2022, mas com pedido de prorrogação deferido para modificar a data de conclusão para junho/2022, concluído no prazo;

6 - ESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DAS ELEIÇÕES NA INTRANET - prevista para terminar em junho/2022, concluída no prazo;

Com relação à melhoria "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL", esta não foi concluída no prazo previsto (março/2022), sendo finalizada em junho/2022, com a contratação objeto nos autos do processo SEI n.º 2021.0.000024267-0.

Verifica-se que, das 6 (seis) melhorias previstas para serem implementadas no período, 3 (três) delas foram concluídas no prazo. Desta forma, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - $\geq 80\%$) no trimestre, alcançando o percentual de 114,29% do grau de cumprimento da meta (estipulada em 35% para o ano de 2022).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1 – Publicação do andamento dos planos de ação na página de acompanhamento das melhorias advindas da "Avaliação das Eleições 2020", disponibilizada no submenu Planejamento e Avaliação das Eleições e na aba Avaliação das Eleições da página principal do Portal das Eleições, na Intranet;

2 – Registro das informações encaminhadas pelas unidades do Tribunal, nos processos de monitoramento criados no sistema SEI, acerca do andamento dos Planos de Ação que estão sob suas responsabilidades e submissão dos reportes mensais ao conhecimento da Diretoria-Geral;

3 – Envio dos processos de monitoramento às unidades que possuem planos de ação com atividades em atraso, para prestarem esclarecimentos sobre os motivos do atraso, previsão da data de cumprimento da atividade, além dos possíveis impactos no prazo final previsto no plano de ação;

4 - Manifestação da Asplel, quando demandada, nos autos dos processos de execução das melhorias advindas da Avaliação das Eleições 2022, a fim de analisar e submeter à Diretoria-Geral requerimentos efetuados pelas unidades, compilar informações, além de sugerir possíveis melhorias à Administração superior.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Salienta-se que a performance do indicador melhorou no último trimestre em razão do esforço conjunto das unidades envolvidas no planejamento, monitoramento e execução das melhorias advindas da Avaliação das Eleições 2020.

No próximo trimestre, a tendência é que o indicador se mantenha estável, fato que dependerá do cumprimento, informação e encaminhamento dos reportes atualizados pelas unidades responsáveis, nos prazos previstos nos planos de ação e até o terceiro dia útil do mês subsequente, respectivamente.

Outro desafio diz respeito ao atendimento em prazo razoável das informações solicitadas pela Diretoria-Geral, a fim de subsidiar em tempo hábil possíveis decisões pela Alta Administração.

Desta forma, a manutenção da performance do indicador dependerá do engajamento de todas as unidades no cumprimento desses prazos, cabendo destacar que a proximidade do pleito aumenta a necessidade de cumprimento das melhorias dentro dos prazos previstos ou, pelo menos, em prazo razoável que garantam resultados efetivos na execução dos trabalhos eleitorais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

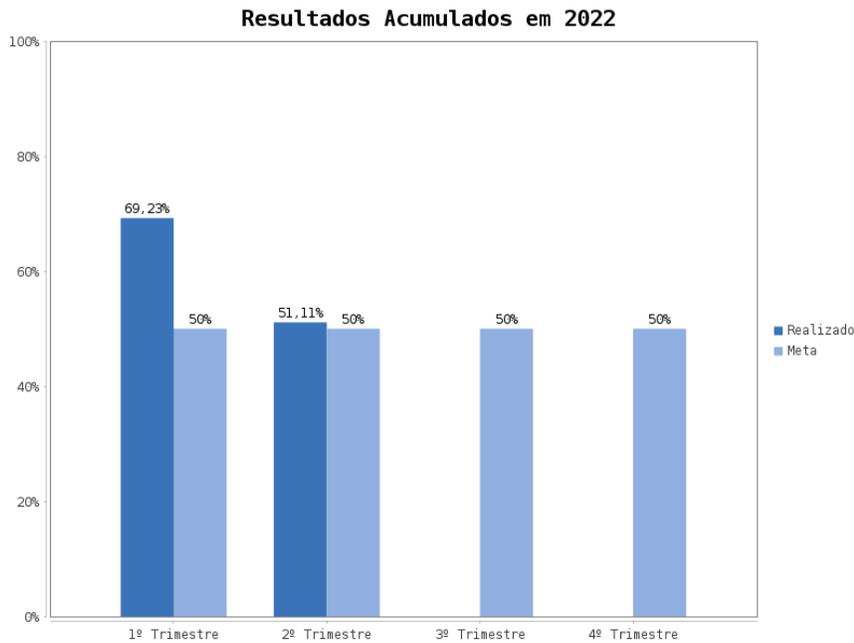
A Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor(a) que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual requerimento de redimensionamento dos prazos previstos nos planos de ação.

É imprescindível, ainda, que as unidades forneçam informações em prazo razoável, quando demandadas pela Diretoria-Geral, acerca dos motivos dos atrasos em seus Planos de Ação e das medidas corretivas que estão sendo tomadas para evitar atraso na conclusão destes.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

- 1 - Proximidade do pleito eleitoral, fato que demanda maior envolvimento das unidades nos trabalhos a ele relacionados;
- 2 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos dos planos de ação;
- 3 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;
- 4 – Alterações significativas na legislação eleitoral que possam impactar os planos de ação;

IE 11 - Taxa de aderência ao PIE**Ótimo****Desempenho do Período: 102,22%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do "Indicador Estratégico IE 11 – " TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE"", referente aos eventos ocorridos nos meses de abril, maio e junho de 2022."

Inicialmente, vale relembrar que esta é a segunda medição e análise efetuadas após a entrada em vigor do atual Plano Estratégico do TRE-RJ 2021/2026, que não possui mais indicadores de apoio aos indicadores estratégicos, mas tão-somente indicadores estratégicos, dos quais a Asplel é responsável por três deles (IE 09- TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS ELEITORAIS, IE 10 - TAXA DE ADERÊNCIA DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES e IE 11 - TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE), pertencentes ao Objetivo Estratégico 03 - Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral, de responsabilidade da Diretoria-Geral.

Com já mencionado na análise anterior, o atual indicador estratégico IE 11 - Taxa de Aderência ao PIE, continua sendo de aderência, mas voltado à mensuração da efetiva "Entrega" no prazo estipulado, mesmo que algumas de suas respectivas "Tarefas" não tenham sido cumpridas nos exatamente nos prazos inicialmente previstos.

No período em análise, havia 32 Entregas previstas para o trimestre, sendo 14 delas cumpridas no prazo previsto.

Dessa forma, o desempenho do indicador foi considerado ótimo (verde - =80%) no trimestre, alcançando o percentual de 102,22% do grau de cumprimento da meta (estipulada em 50% para o ano de 2022), uma vez que das 32 entregas previstas para serem concluídas no período, 14 delas foram concluídas no prazo previsto.

Destaca-se que duas entregas foram concluídas menos de uma semana após o prazo final previsto no planejamento, ou seja, para fins de medição, não foram contabilizadas, porém foram concluídas a tempo de se tornarem efetivas para os trabalhos relacionados ao pleito eleitoral.

No que diz respeito ao ciclo de monitoramento do PIE 2020, que ainda se encontra em fase final de execução, restam pendentes as atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas eleitorais dos candidatos e partidos, bem como ao exame das prestações de contas do suprimento de fundos das Eleições 2020, ambas em andamento, conforme informações prestadas pela Ascepa e pela SOF.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de mitigar os riscos relacionados à futura baixa aderência ao PIE, as seguintes ações foram desenvolvidas pela ASPLEL, unidade responsável pelo monitoramento do PIE 2022, no trimestre em análise:"

1 – Encaminhamento mensal do processo de monitoramento no SEI às macrounidades, para atualização do sistema PIE e justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

2 - Compilação das informações encaminhadas pelas unidades e envio mensal do processo SEI de Monitoramento do PIE 2022 à Diretoria-Geral, para ciência dos atrasos e apreciação dos requerimentos formulados;

3 - Envio de e-mail alertando as unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

4 - Revisão e readequação de prazos, nomes de entregas/tarefas e unidades responsáveis, conforme requerimentos formulados pelas macrounidades e deferidos pela Diretoria-Geral no âmbito do monitoramento mensal;

5 - Abertura de chamado na Central de TI solicitando a modificação da planilha extraída do sistema, para que seu novo formato ficasse mais adequado à inserção de filtros e análise pelas usuárias e usuários, assim como para facilitar a instrução processual.

6 – Desenvolvimento do Painel BI, entregue pela STI em junho, com a finalidade de auxiliar no acompanhamento mensal das tarefas do PIE e na extração de estatísticas para análise de dados pelas unidades interessadas e, principalmente, pela Administração Superior.

7 – Realização de reuniões periódicas entre as gestoras e gestores, a fim de tratar especificamente da gestão da execução das Entregas relacionadas ao planejamento das Eleições 2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, espera-se que ele se mantenha estável, considerando a maior proximidade do pleito eleitoral e a necessidade de que as entregas sejam efetuadas no prazo previsto.

Ressalta-se, contudo, que a performance do indicador também dependerá do cumprimento e alimentação, no prazo, das tarefas previstas no sistema Plano pelos seus respectivos responsáveis."

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhora no desempenho do indicador, a Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE 2022, através dos(as) Gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento ou servidor(a) que faz este papel, a fim de que sejam informados e registrados no sistema PIE, tempestivamente, os andamentos e necessidades de cancelamento de tarefas/entregas.

Registre-se que o monitoramento continuará a ser realizado mediante envio de processo SEI específico às "macrounidades do Tribunal para atualização e encaminhamento de justificativas nas hipóteses de atrasos no início ou na conclusão das tarefas pelos responsáveis de cada unidade;

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:"

1 – Atraso na execução das tarefas previstas no plano ou na atualização dos seus status no sistema PIE, tendo em vista a proximidade do pleito eleitoral, fato que demanda maior envolvimento das unidades nos trabalhos a ele relacionados;"

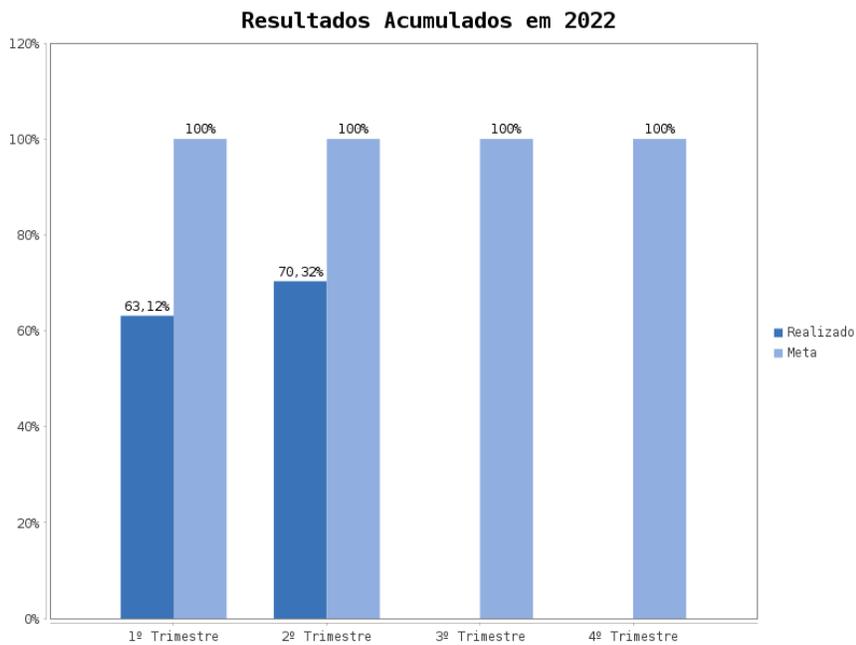
2 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim"das tarefas"e entregas do PIE 2022."

3 –"Alterações significativas na legislação eleitoral, decisões administrativas ou judiciais que possam impactar as tarefas e entregas do PIE 2022;"

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional

Satisfatório

Desempenho do Período: 70,32%



Responsável: GABPRE.

Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

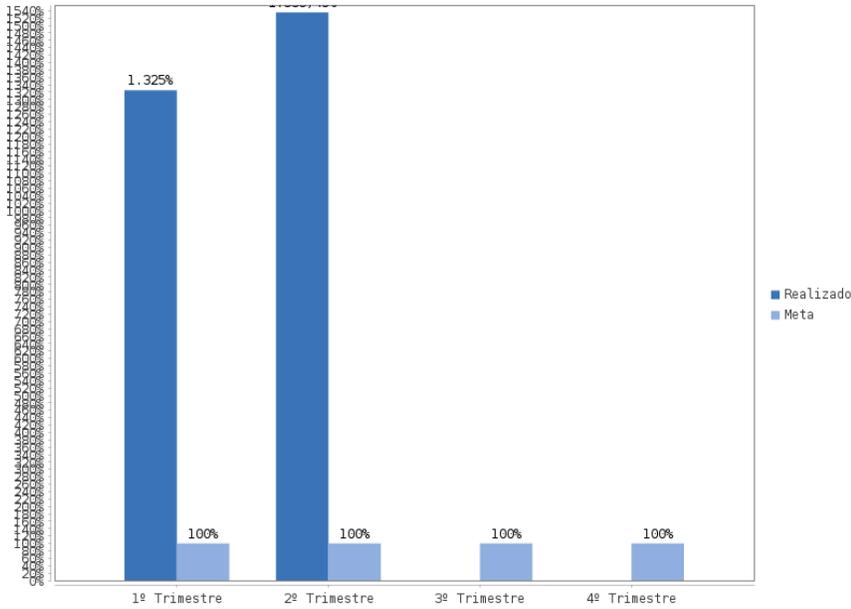
Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Ótimo

Desempenho do Período: 1.518,45%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Inicialmente, cumpre salientar precisou ser feita a retificação das variáveis em relação ao 1º trimestre deste ano, quanto a CnCCrim1º e T BaixCCrim1º. Dessa forma, os valores atualizados são os seguintes:

- JANEIRO
- FEVEREIRO
- MARÇO
- ABRIL
- MAIO
- JUNHO
- CnCCrim1º
- 5
- 6
- 25
- 8
- 10
- 9
- CnCNCrim1º
- 39
- 81
- 86
- 75
- 100
- 92
- TBaixCCrim1º

1
16
23
8
12
20
T BaixCNCrim1º
762
1.147
1.337
1.779
1.306
1.819

Com a implementação do Atena e seu reflexo em consulta criada pelo metabase, conseguimos extrair as variáveis desses dados, além de saber quais os processos e zonas estão envolvidos, fazendo vários filtros pela planilha.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A quase totalidade dos processos que constam na variável T BaixCNCrim1º é de prestação de contas eleitorais. Para se ter uma ideia, confira-se a quantidade:

ABRIL
MAIO
JUNHO
T BaixCNCrim1º
1.779
1.306
1.819
Prestação de Contas Eleitorais
1.562
998
1.573

Esta Corregedoria tem desenvolvido um trabalho de monitoramento junto aos cartórios com processos de PCE pendentes de julgamento. Temos cobrado as zonas eleitorais, seja por meio de ofícios, e-mails ou ligações. O Juiz Auxiliar da VPCRE também tem nos ajudado muito, entrando em contato direto com os magistrados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

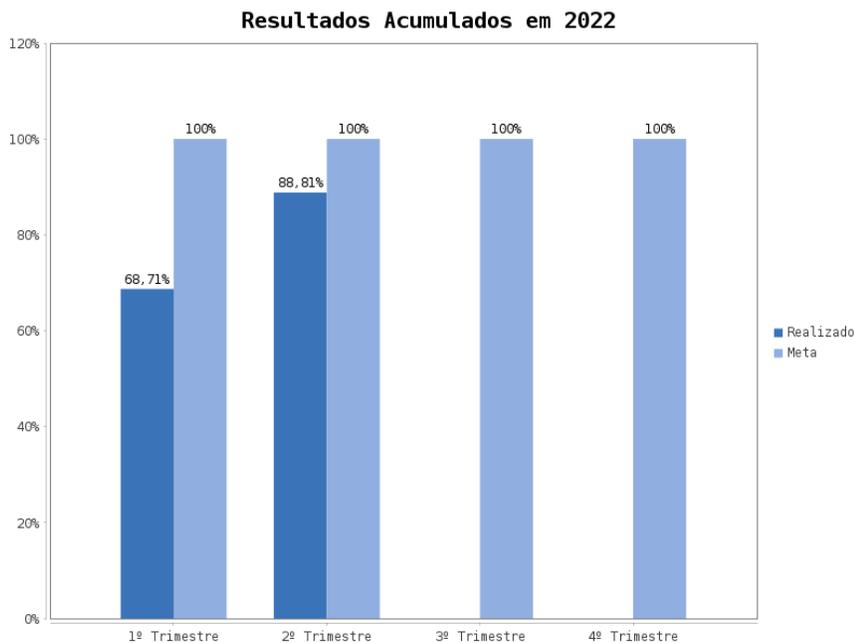
Em janeiro, tínhamos um total de 12.967 PCEs e em junho este número caiu para 6.725. A tendência é acabar com o passivo das PCEs, que é o que mais impacta nos processos pendentes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Continuar monitorando o julgamento dos processos, conversando pessoalmente com o chefe de cartório e ou com o magistrado titular, a fim de identificar eventuais dificuldades enfrentadas e solucioná-las.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual e, no caso específico de prestação de contas, à fiscalização dos gastos feitos com recursos públicos.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau**Ótimo****Desempenho do Período: 88,81%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.****Análise de contexto**

Em decorrência do aumento de processos baixados frente ao número de casos novos, o índice atinge desempenho recorde no ano de 2022 alcançando 109,1%. Foram baixados 301 processos no 2º trimestre, enquanto casos novos representaram 276 processos. Os altos números de processos baixados contribuem para o elevado desempenho do indicador, com destaque para o recursos eleitorais que corresponderam a 219 processos, equivalendo a 73% do total de baixados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhar rotineiramente o acervo processual sob a competência desta Secretaria e agir de forma pró ativa sempre que necessário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Aumento gradual do volume de processos no 2º grau à medida que as eleições gerais se aproximam.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, uma gestão processual eficiente e por meio deste processo de trabalho identifica-se os "gargalos" existentes neste Tribunal que impactam sobre desempenho deste indicador.

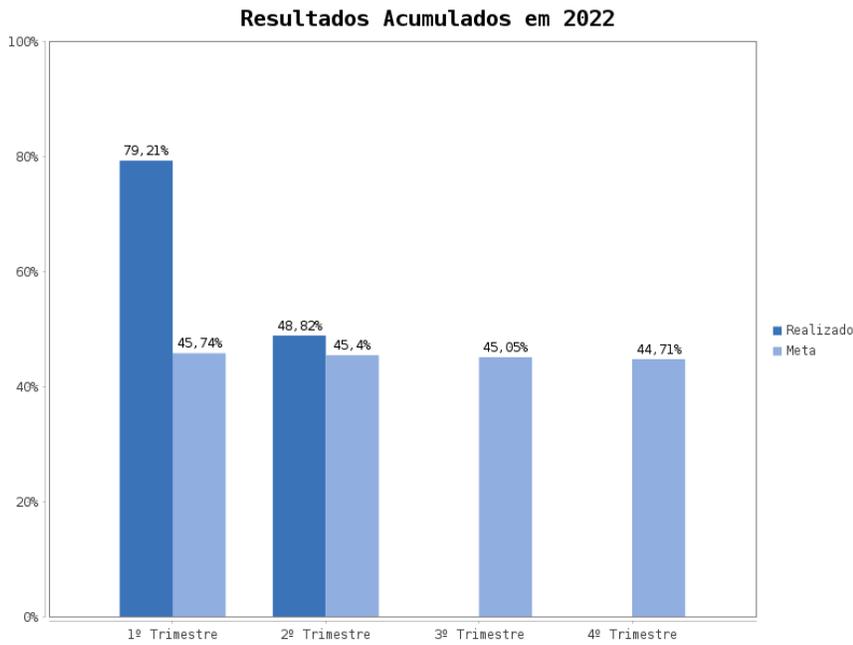
Riscos associados ao objetivo

Espera-se, no curto/médio prazo um aumento significativo do volume de processos eleitorais, o que poderá elevar a taxa de congestionamento.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 92,46%



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Inicialmente, cumpre salientar precisou ser feita a retificação das variáveis em relação ao 1º trimestre deste ano, quanto a CpCCrim1º e T BaixCCrim1º (trimestral). Dessa forma, os valores atualizados são os seguintes:

- JANEIRO
- FEVEREIRO
- MARÇO
- ABRIL
- MAIO
- JUNHO
- CpCNCrim1º
- (trimestral)
- X
- X
- 12.403
- X
- X
- 7.804
- CpCCrim1º
- (trimestral)
- x
- x
- 334
- x
- x

332

TBaixCCrim1º

1

16

23

8

12

20

TBaixCNCrim1º

762

1.147

1.337

1.779

1.306

1.819

Sus1

656

432

214

275

308

285

Com a implementação do Atena e seu reflexo em consulta criada pelo metabase, conseguimos extrair as variáveis desses dados, além de saber quais os processos e zonas estão envolvidos, fazendo vários filtros pela planilha.

Outra inconsistência que verifiquei foi na fórmula do índice. Como nós queremos a Taxa de Congestionamento Líquida, isso não inclui as Execuções Fiscais. Portanto, não pode ser apenas a variável Sus1, mas sim outra que não incluía as Execuções Fiscais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta Corregedoria tem desenvolvido um trabalho de monitoramento junto aos cartórios com processos de PCE pendentes de julgamento. Temos cobrado as zonas eleitorais, seja por meio de ofícios, e-mails ou ligações. O Juiz Auxiliar da VPCRE também tem nos ajudado muito, entrando em contato direto com os magistrados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A quase totalidade dos processos que constam na variável T BaixCNCrim1º é de prestação de contas eleitorais. Para se ter uma ideia, dos 7.804 processos pendentes, 6.725 são PCEs. No trimestre passado, dos 12.403 feitos, 10.842 eram também PCEs. A tendência é acabar com o passivo das PCEs, que é o que mais impacta nos processos pendentes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Continuar monitorando o julgamento dos processos, conversando pessoalmente com o chefe de cartório ou com o magistrado titular, a fim de identificar eventuais dificuldades enfrentadas e solucioná-las.

Riscos associados ao objetivo

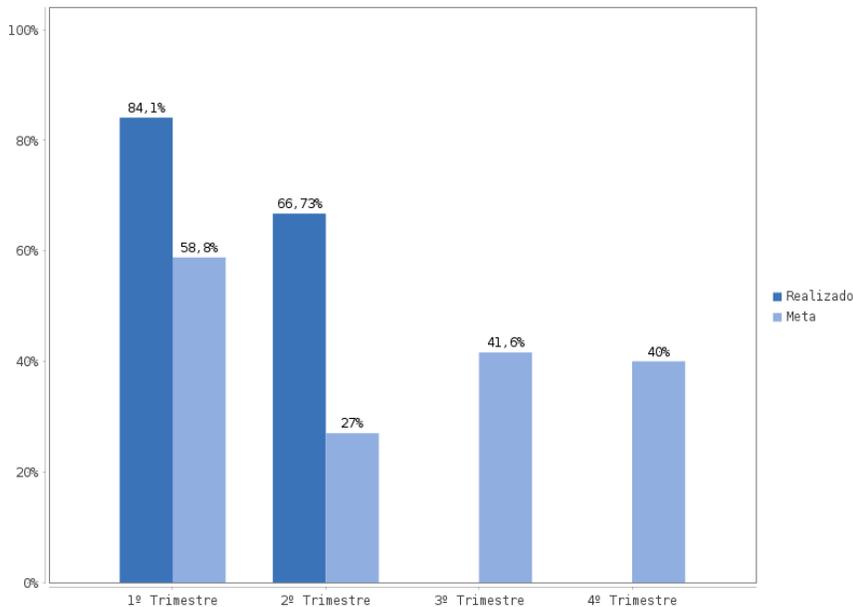
Prejuízo à celeridade processual e, no caso específico de prestação de contas, à fiscalização dos gastos feitos com recursos públicos.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: -47,16%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O índice apresentou um bom desempenho por influência do trabalho promovido na SJD visando às baixas processuais, que proporcionou uma redução de 17,4 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre. Impende salientar que a meta sugerida pela Cplan foi objeto de questionamentos na última RAE acerca da sua factibilidade. Cabe registrar que as metas propostas pela Secretaria Judiciária ainda não foram acolhidas até o momento. Informo abaixo as metas que foram apresentadas pela SJD e, ao lado, as sugeridas pela Cplan.

Metas SJD	Cplan	TCL alcançada
1º Trim 2022: 95%	58,80%	84,10%
2º Trim 2022: 80%	27%	66,73%
3º Trim 2022: 65%	41,60%	--
4º Trim 2022: 40%	40%	--

Há, nesta data (13.07.22), 106 processos com decisão/acórdão e passíveis de baixa, que repercutem sobre o indicador em questão. Abaixo informo a quantidade por unidade de negócio com os respectivos percentuais, bem como as principais classes processuais.

Unidades	Qtde	% SJD
Assessoria	71	75%
Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias	5	5%
CRE / Corregedoria	4	4%
Unidade Assuntos Judiciários	4	4%
Unidade Planejamento e Orçamento	6	6%
TOTAL	95	100%

Classes

Classes	Qtde	% PRESTAÇÃO DE CONTAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	32	30,2%
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	6	6%
RECURSO ELEITORAL	51	48,1%

Cumpre observar que desse total de 106 processos, há 44 com decisão, pendentes de baixa, com tempo de tramitação superior a 1000 dias, sendo que o processo com maior tempo de tramitação (prestação de contas) possui 1.402 dias.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta Secretaria acompanha de forma sistemática a tramitação dos processos judiciais de sua competência agindo de forma pró ativa sempre que necessário e, no que diz respeito às questões de sua alçada, realiza o adequado monitoramento de estatísticas processuais, sobretudo, na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Ajustes e saneamento das inconsistências geradas pelo uso de movimentos não parametrizados pelo CNJ.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, uma gestão processual eficiente e por meio deste processo de trabalho identifica-se os "gargalos" existentes neste Tribunal que impactam sobre desempenho deste indicador.

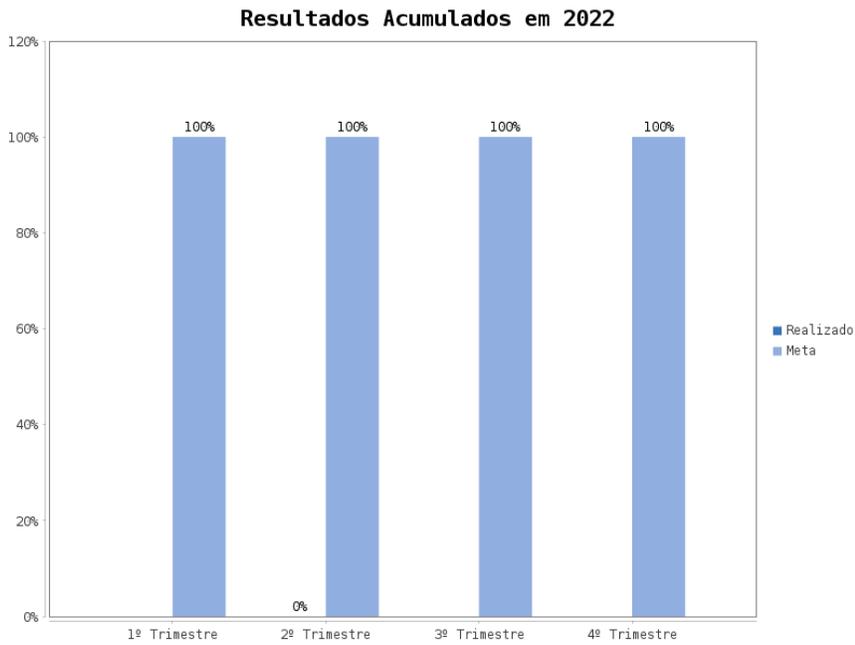
Riscos associados ao objetivo

Espera-se, no curto/médio prazo um aumento significativo do volume de processos eleitorais, o que poderá elevar a taxa de congestionamento.

OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais

Não realizado

Desempenho do Período: 0,00%



Responsável: GABPRE.

Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

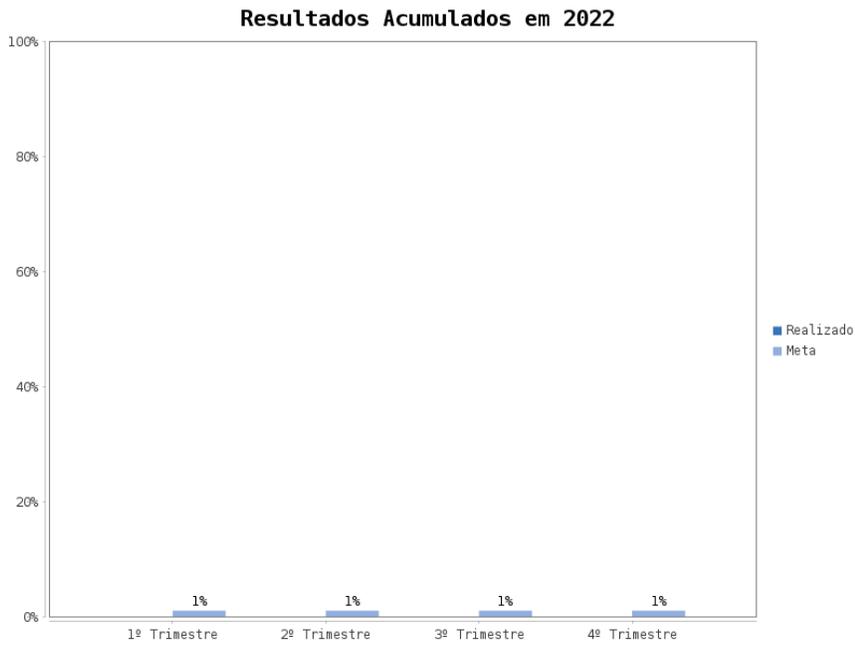
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau

Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

A análise não foi possível em razão da não definição do tempo médio razoável para a tramitação dos processos contemplados no IE 17, primeiro dado essencial e indispensável à sua aferição.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

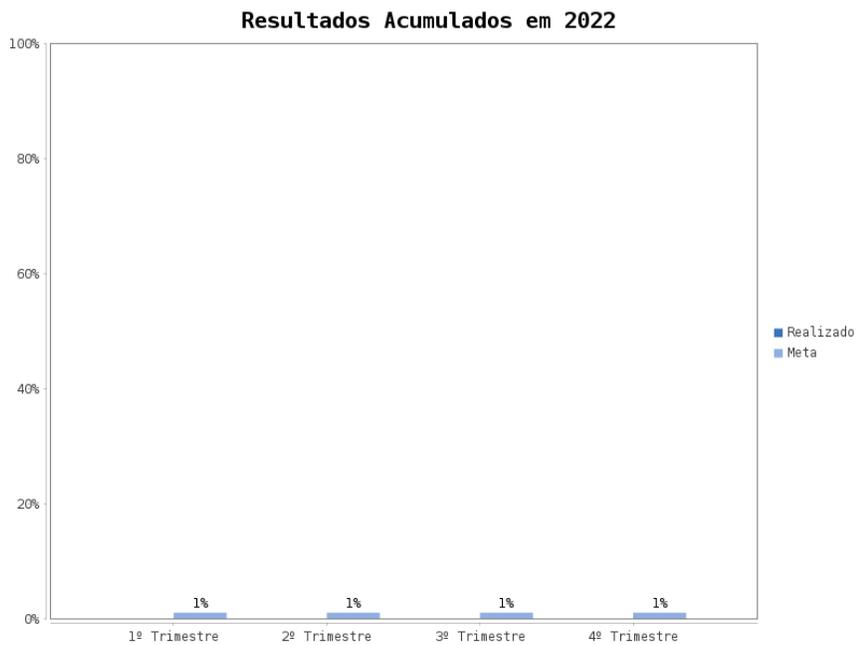
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUFR.

Análise de contexto

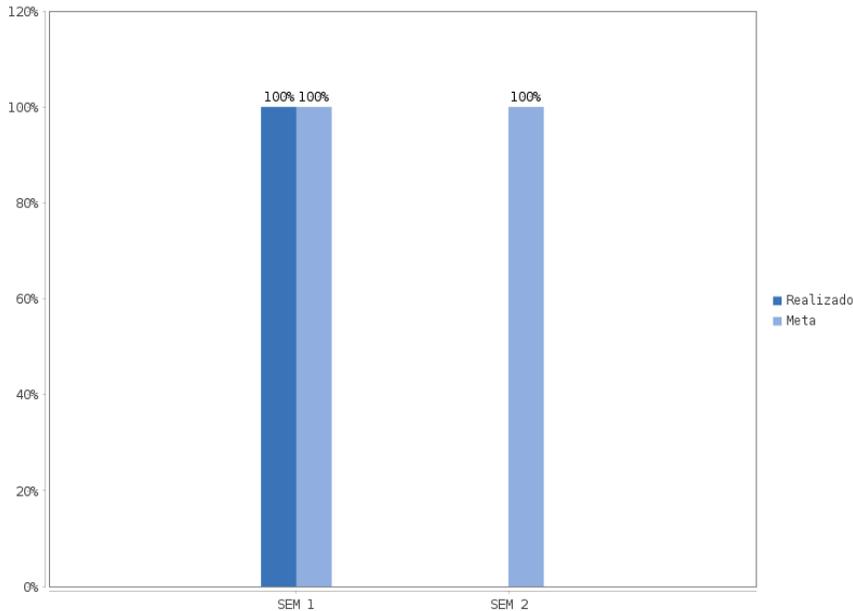
A análise não foi possível em razão do não definição do tempo médio razoável para a tramitação dos processos contemplados no IE 18, primeiro dado essencial e indispensável à sua aferição.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã**Ótimo****Desempenho do Período: 100,00%****Resultados Acumulados em 2022****Responsável: EJE.**

Análise de contexto Sob a vigência do novo Plano Estratégico para o quinquênio vincendo e atravessando o primeiro ano após o fim do ciclo de restrições sanitárias decorrente da Pandemia de Covid 19 que impediam esta Escola Judiciária de implementar seus programas de ações socioeducativas de forma presencial, optou-se pelo planejamento das ações em formato híbrido, em que os referidos programas passam a ser oferecidos tanto na forma virtual quanto na forma presencial às escolas de ensino médio e fundamental, público alvo dos Programas de Ação Socioeducativa da Escola Judiciária. O primeiro trimestre respondeu às necessidades administrativas de implementação do projeto, ajustes orçamentários e produção de conteúdo e material pedagógico. O segundo trimestre respondeu de fato pela implementação dos projetos “TRE vai à Escola” (113 ações), “Semana do Jovem Eleitor” (4 ações) e “Eleitor do Futuro” (10 ações), tendo sido respectivamente 112 ações do TRE vai a Escola no formato virtual, sob a parceria com a PRE no projeto “1º voto/TER vai a Escola; 1 ação do “TRE vai a Escola” no formato presencial, e 10 ações do “Programa Eleitor do Futuro” no formato presencial. Registre-se que, salvo o Programa “Meu primeiro Voto/TRE vai a Escola” cujo formato foi virtual e o agendamento todo efetuado por iniciativa da Procuradoria regional Eleitoral, todas as demandas referentes aos outros Análise enviada por e-mail dia 19/07/22. Programas citados foram atendidas na forma que foram solicitadas, sem nenhum problema decorrente, incentivando a reflexão crítica da cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo a participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizados no total 127 ações socioeducativas por parte desta escola direta ou indiretamente, tanto no formato presencial quanto no formato virtual, totalizando 10 188 alunos alcançados nesse primeiro semestre. A saber:

- 112 ações da Parceria TRE-PRE, sob o formato virtual, no Programa TRE vai a Escola/Meu primeiro voto alcançando 7640 alunos do Ensino Médio.
- 4 ações da Semana do Jovem Eleitor, em Paracambi, no formato presencial alcançando 980 alunos do Ensino Médio.
- 1 ação do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 300 alunos do Ensino Médio
- 10 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 1268 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Para os próximos seis meses, vislumbra-se a tendência de uma redução de número de alunos alcançados,

uma vez que tais números foram fortemente influenciados pelos dados da Parceria entre a Escola Judiciária do TRE-RJ representada pela Doutora Kátia Junqueira e a PRE-RJ representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o TRE vai a Escola e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril do corrente exercício. Outra tendência que se avizinha para os próximos seis meses é a forte redução de ações sob formato virtual, seja para qual programa for, a saber TRE vai a escola e/ou Eleitor do Futuro, uma vez que excluindo o Programa Meu Primeiro Voto que fora concebido no formato virtual, em nenhuma solicitação de ação recebida por parte desta escola judiciária, houve manifestação no sentido de receber a versão virtual (através de zoom) no programa. Justifica-se tal tendência pela normalização das atividades escolares já sob a realidade pós-pandemia e por algum desconhecimento do formato, em que pese já a prévia divulgação nos atos de inscrição. Cabe salientar também a possibilidade de uma queda na adesão dos voluntários com a proximidade das eleições em outubro próximo; bem como uma queda progressiva de adesão dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessa ação no formato presencial. Contudo é importante registrar que já há ações marcadas para agosto e setembro para o programa Eleitor do Futuro e TER vai a Escola como parte do processo de superação dos desafios acima expostos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como Proposta de melhora de desempenho das ações no segundo semestre promoveremos:

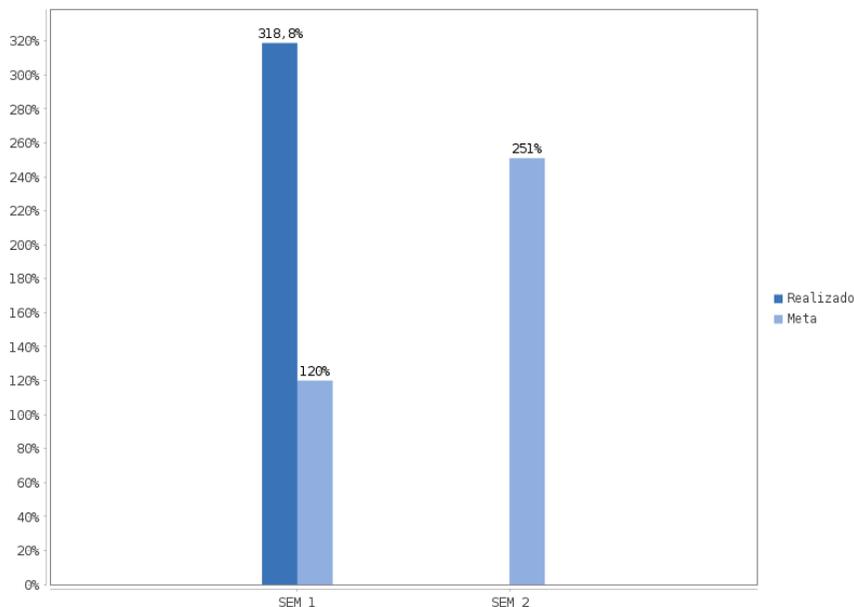
- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas
- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TER vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados.
- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor no Futuro nas escolas
- Sensibilização interna junto as sessões e zonas eleitorais sobre a importância das ações socioeducativas às vésperas das eleições.

Riscos associados ao objetivo:

Como riscos principais ao alcance de tais objetivos temos:

O recrudescimento da pandemia, de forma que inviabilize a realização das ações.

Riscos associados ao objetivo .

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas**Ótimo****Desempenho do Período: 265,67%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Sob a vigência do novo Plano Estratégico para o quinquênio vincendo e atravessando o primeiro ano após o fim do ciclo de restrições sanitárias decorrente da Pandemia de Covid 19 que impediam esta Escola Judiciária de implementar seus programas de ações socioeducativas de forma presencial, optou-se pelo planejamento das ações em formato híbrido, em que os referidos programas passam a ser oferecidos tanto na forma virtual quanto na forma presencial às escolas de ensino médio e fundamental, público alvo dos Programas de Ação Socioeducativa da Escola Judiciária. O primeiro trimestre respondeu às necessidades administrativas de implementação do projeto, ajustes orçamentários e produção de conteúdo e material pedagógico. O segundo trimestre respondeu de fato pela implementação dos projetos “TRE vai à Escola” (113 ações), “Semana do Jovem Eleitor” (4 ações) e “Eleitor do Futuro” (10 ações), tendo sido respectivamente 112 ações do TRE vai a Escola no formato virtual, sob a parceria com a PRE no projeto “1º voto/TER vai a Escola; 1 ação do “TRE vai a Escola” no formato presencial, e 10 ações do “Programa Eleitor do Futuro” no formato presencial. Registre-se que, salvo o Programa “Meu primeiro Voto/TRE vai a Escola” cujo formato foi virtual e o agendamento todo efetuado por iniciativa da Procuradoria regional Eleitoral, todas as demandas referentes aos outros Programas citados foram atendidas na forma que foram solicitadas, sem nenhum problema decorrente, incentivando a reflexão crítica da cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo a participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizados no total 127 ações socioeducativas por parte desta escola direta ou indiretamente, tanto no formato presencial quanto no formato virtual, totalizando 10 188 alunos alcançados nesse primeiro semestre. A saber:

- 112 ações da Parceria TRE-PRE, sob o formato virtual, no Programa TRE vai a Escola/Meu primeiro voto alcançando 7640 alunos do Ensino Médio.
- 4 ações da Semana do Jovem Eleitor, em Paracambi, no formato presencial alcançando 980 alunos do Ensino Médio.
- 1 ação do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 300 alunos do Ensino Médio
- 10 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 1268 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para os próximos seis meses, vislumbra-se a tendência de uma redução de número de alunos alcançados, uma vez que tais números foram fortemente influenciados pelos dados da Parceria entre a Escola Judiciária do TRE-RJ representada pela Doutora Kátia Junqueira e a PRE-RJ representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o TRE vai a Escola e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril do corrente exercício. Outra tendência que se avizinha para os próximos seis meses é a forte redução de ações sob formato virtual, seja para qual programa for, a saber TRE vai a escola e/ou Eleitor do Futuro, uma vez que excluindo o Programa Meu Primeiro Voto que fora concebido no formato virtual, em nenhuma solicitação de ação recebida por parte desta escola judiciária, houve manifestação no sentido de receber a versão virtual (através de zoom) no programa. Justifica-se tal tendência pela normalização das atividades escolares já sob a realidade pós-pandemia e por algum desconhecimento do formato, em que pese já a prévia divulgação nos atos de inscrição. Cabe salientar também a possibilidade de uma queda na adesão dos voluntários com a proximidade das eleições em outubro próximo; bem como uma queda progressiva de adesão dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessa ação no formato presencial. Contudo é importante registrar que já há ações marcadas para agosto e setembro para o programa Eleitor do Futuro e TER vai a Escola como parte do processo de superação dos desafios acima expostos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como Proposta de melhora de desempenho das ações no segundo semestre promoveremos:

- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas
- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TER vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados.
- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor no Futuro nas escolas
- Sensibilização interna junto as sessões e zonas eleitorais sobre a importância das ações socioeducativas às vésperas das eleições.

Riscos associados ao objetivo

Como riscos principais ao alcance de tais objetivos temos:

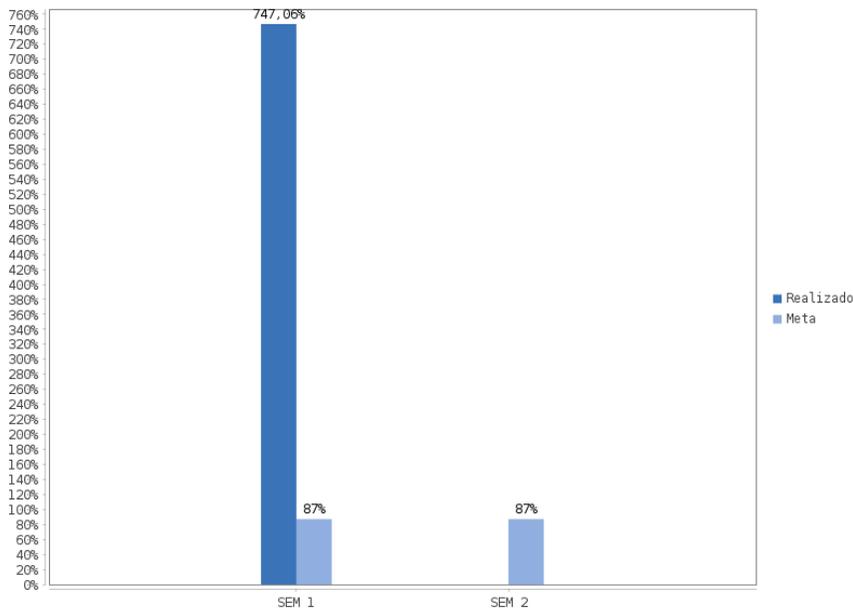
O recrudescimento da pandemia, de forma que inviabilize a realização das ações.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Ótimo

Desempenho do Período: 858,69%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

Sob a vigência do novo Plano Estratégico para o quinquênio vincendo e atravessando o primeiro ano após o fim do ciclo de restrições sanitárias decorrente da Pandemia de Covid 19 que impediam esta Escola Judiciária de implementar seus programas de ações socioeducativas de forma presencial, optou-se pelo planejamento das ações em formato híbrido, em que os referidos programas passam a ser oferecidos tanto na forma virtual quanto na forma presencial às escolas de ensino médio e fundamental, público alvo dos Programas de Ação Socioeducativa da Escola Judiciária. O primeiro trimestre respondeu às necessidades administrativas de implementação do projeto, ajustes orçamentários e produção de conteúdo e material pedagógico. O segundo trimestre respondeu de fato pela implementação dos projetos “TRE vai à Escola” (113 ações), “Semana do Jovem Eleitor” (4 ações) e “Eleitor do Futuro” (10 ações), tendo sido respectivamente 112 ações do TRE vai a Escola no formato virtual, sob a parceria com a PRE no projeto “1º voto/TER vai a Escola; 1 ação do “TRE vai a Escola” no formato presencial, e 10 ações do “Programa Eleitor do Futuro” no formato presencial. Registre-se que, salvo o Programa “Meu primeiro Voto/TRE vai a Escola” cujo formato foi virtual e o agendamento todo efetuado por iniciativa da Procuradoria regional Eleitoral, todas as demandas referentes aos outros Programas citados foram atendidas na forma que foram solicitadas, sem nenhum problema decorrente, incentivando a reflexão crítica da cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo a participação como protagonistas do processo democrático, e da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizados no total 127 ações socioeducativas por parte desta escola direta ou indiretamente, tanto no formato presencial quanto no formato virtual, totalizando 10 188 alunos alcançados nesse primeiro semestre. A saber:

- 112 ações da Parceria TRE-PRE, sob o formato virtual, no Programa TRE vai a Escola/Meu primeiro voto alcançando 7640 alunos do Ensino Médio.
- 4 ações da Semana do Jovem Eleitor, em Paracambi, no formato presencial alcançando 980 alunos do Ensino Médio.
- 1 ação do programa TRE vai a Escola no formato presencial para 300 alunos do Ensino Médio
- 10 ações do Programa Eleitor do Futuro no formato presencial para 1268 alunos do Ensino Fundamental.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para os próximos seis meses, vislumbra-se a tendência de uma leve redução na taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas, uma vez que os números do primeiro semestre foram fortemente influenciados pelos dados da Parceria entre a Escola Judiciária do TRE-RJ representada pela Doutora Kátia Junqueira e a PRE-RJ representada pela Procuradora Neide Cardoso, cujas ações se deram no formato virtual para o TRE vai a Escola e já se encerraram enquanto programa aplicado nos meses passados de março e abril do corrente exercício. O Programa Meu Primeiro Voto fora concebido no formato virtual, e nenhuma solicitação de ação fora recebida por parte desta escola judiciária, ao contrário das outras ações efetuadas por parte desta escola. Cabe salientar também a possibilidade de uma queda na adesão dos voluntários com a proximidade das eleições em outubro próximo; bem como uma queda progressiva de adesão dos juízes ao programa TRE vai a Escola, como sempre se registrou nos últimos anos dessa ação no formato presencial. Tais tendências podem comprometer a taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como Proposta de melhora de desempenho das ações no segundo semestre promoveremos:

- Uma maior divulgação do formato virtual das ações socioeducativas
- Uma sensibilização maior dos magistrados com a divulgação do programa TER vai a Escola nos cursos direcionados aos magistrados.

- Nova rodada de divulgação do Programa Eleitor nos Futuro nas escolas
- Sensibilização interna junto as sessões e zonas eleitorais sobre a importância das ações socioeducativas às vésperas das eleições.

Riscos associados ao objetivo

Como riscos principais ao alcance de tais objetivos temos:

O recrudescimento da pandemia, de forma que inviabilize a realização das ações.

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional

Ótimo

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: COSOC.

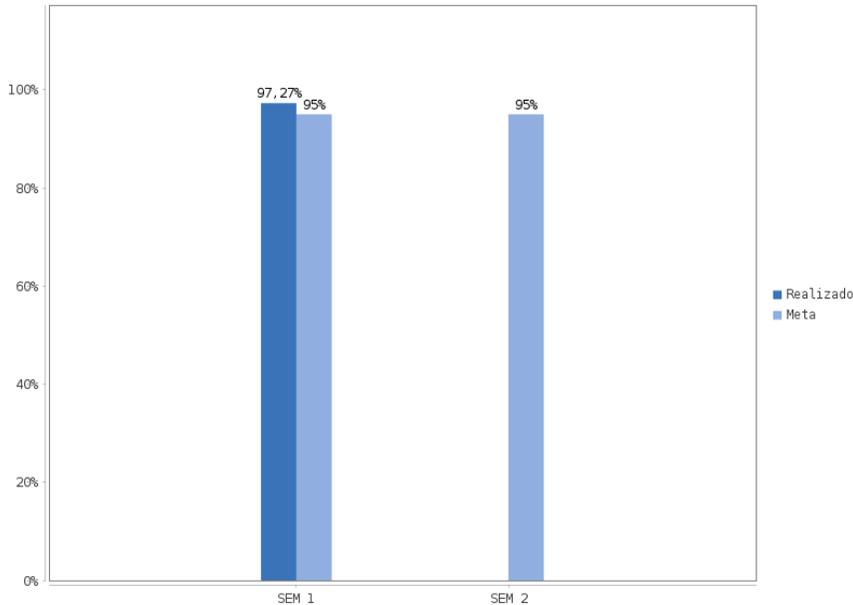
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa**Ótimo****Desempenho do Período: 102,39%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.****Análise de contexto**

No primeiro semestre de 2022, essa taxa apresentou-se de forma satisfatória, acima da meta prevista de 95%. A meta foi alcançada em todos os seis meses, obtendo um desempenho geral de 102,39%. Essa taxa já é medida há anos pelo Tribunal e historicamente apresenta um resultado positivo. A decisão da Administração pela manutenção da referida taxa nesse novo plano estratégico deveu-se à sua importância na preservação da imagem institucional.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações principais são a publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa. Com essas ações disponibilizamos conteúdo de interesse público e prestamos o esclarecimento aos jornalistas, o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória. Nos próximos seis meses deve haver um aumento de notícias sobre o Tribunal, tendo em vista o período eleitoral e por mais que suba o número de matérias negativas, a quantidade de matérias positivas também cresce bastante, acarretando na estabilidade da taxa.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Não há nenhuma proposta prevista tendo em vista que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%.

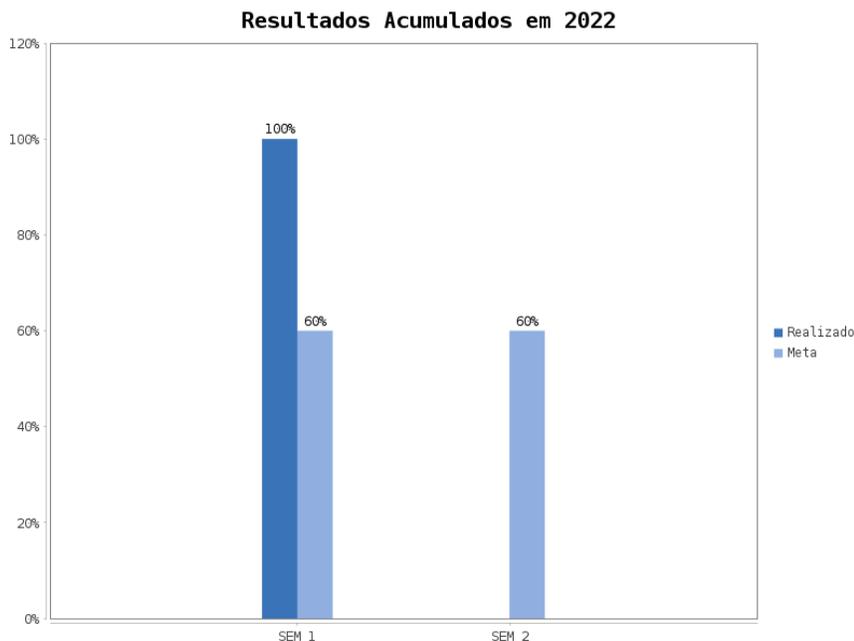
Riscos associados ao objetivo

É importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal

Ótimo

Desempenho do Período: 166,67%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

No primeiro semestre de 2022, a taxa alcançou desempenho classificado como ótimo, acima da meta de 60% para o período. A repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal começou a ser mensurada neste ano, com a aprovação do novo Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026.

Conforme definido no glossário do Plano, quanto ao IE 22, "Será definido, no mínimo, um tema por semestre, que será escolhido pela Coordenadoria de Comunicação Social. Após a definição do tema, será feito um Plano de divulgação, onde serão estabelecidas as estratégias e mídias de comunicação. O referido Plano, com o tema e pontuação, será registrado em processo SEI).

No 1º semestre, a Cosoc elaborou 1 plano de divulgação, com o tema: fechamento do cadastro eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram elaboradas e executadas ações para a divulgação da campanha de fechamento do cadastro, destacando-se a campanha para emissoras de rádio "Não espere até 4 de maio. Regularize já o seu título eleitoral pela internet", que divulgou spot veiculado nas emissoras de Rádio do interior e da Capital; a palestra para jornalistas sobre o alistamento eleitoral nas eleições (abordou o fechamento do cadastro eleitoral) e antecipação da divulgação do fechamento do cadastro eleitoral junto a grande Imprensa televisiva, para diminuir a procura do eleitorado pelos serviços eleitorais, de forma concentrada, na última semana do prazo. Todas as ações previstas no Plano foram executadas em sua totalidade, tendo o indicador alcançado 100% em sua medição.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

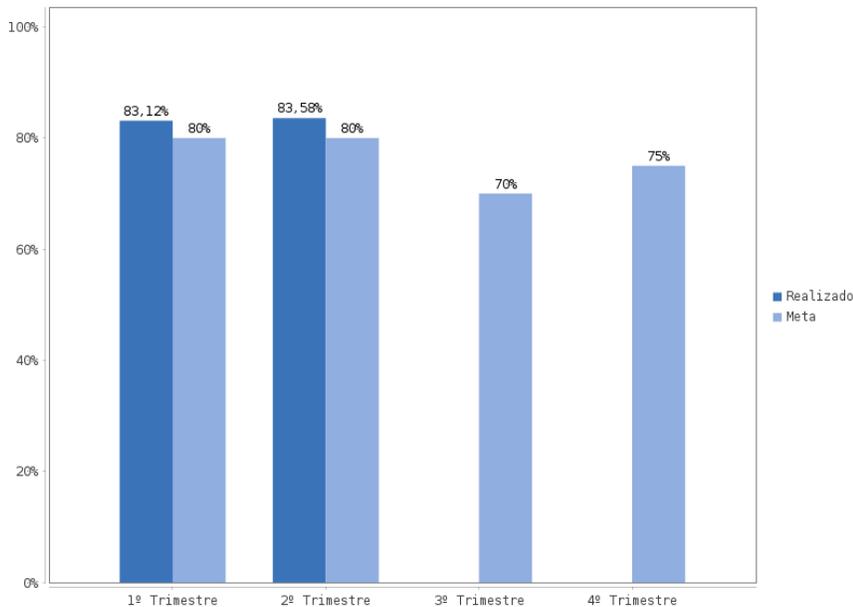
Para o 2º semestre, foi elaborado o plano de divulgação da campanha "Desinformação nas eleições, uma ameaça à democracia", que se encontra em andamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Por se tratar de um novo indicador, e tendo este alcançado excelente desempenho no 1º semestre 2022, não foram vislumbradas propostas de melhoria.

Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados no momento.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo**Ótimo****Desempenho do Período: 104,48%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECIOR.****Análise de contexto**

No segundo trimestre de 2022, essa taxa apresentou-se de forma satisfatória, com 83,12% das demandas respondidas dentro do prazo solicitado pelos jornalistas, acima, portanto, da meta de 80%, estabelecida para o período. A agilidade é um importante fator no relacionamento com a imprensa e contribui na divulgação, para a sociedade, de conteúdos de interesse público sobre a Justiça Eleitoral por meio dos veículos de comunicação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O setor mantém como protocolo a caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitora as mensagens recebidas frequentemente para ter acesso às demandas de imprensa tão logo elas são enviadas. Com isso, o setor tem conhecimento sobre os pedidos de imprensa rapidamente para respondê-los com mais agilidade possível.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como é a primeira vez que a agilidade no atendimento aos jornalistas será medida num período eleitoral, não temos como afirmar de que forma a taxa irá se comportar. De certo, há um grande aumento das solicitações da imprensa, tornando esse indicador mais desafiador, o que provavelmente irá aumentar o número de atendimentos fora do prazo, mas com certeza também haverá um incremento do quantitativo de respostas a termo.

Na análise do segundo trimestre de 2022, identificou-se as duas causas primordiais do atraso no envio das respostas aos jornalistas. Em primeiro lugar, com 52,6%, foi o não recebimento no prazo da informação solicitada ao setor interno responsável pela informação, tendo em vista que, muitas vezes, o prazo dado pela imprensa é muito exíguo. A segunda causa, com 21,1% dos casos de não cumprimento do prazo, foi o recebimento das solicitações fora do horário de expediente, impedindo o envio de resposta no prazo solicitado pelo jornalista.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para o primeiro ponto, informado no item acima, foi sugerida, a Coordenadoria de Comunicação Social, como plano de ação, a elaboração de Aviso da Presidência sobre a necessidade de agilização no atendimento às solicitações da imprensa pelas unidades administrativas e cartórios.

Para o segundo ponto, foi sugerido como plano de ação a implantação de funcionalidade que permite uma resposta automática, por email, com o horário de funcionamento sempre que recebermos um email de solicitação de informação da imprensa fora do horário de expediente. A STI informou que não é possível implementar essa funcionalidade na plataforma corporativa de email do Zimbra. A orientação é aguardar a implantação do pacote do Google, que, de acordo com e-mail marketing do secretário de Tecnologia da Informação do dia 18 de julho, irá ocorrer “em breve” no Tribunal.

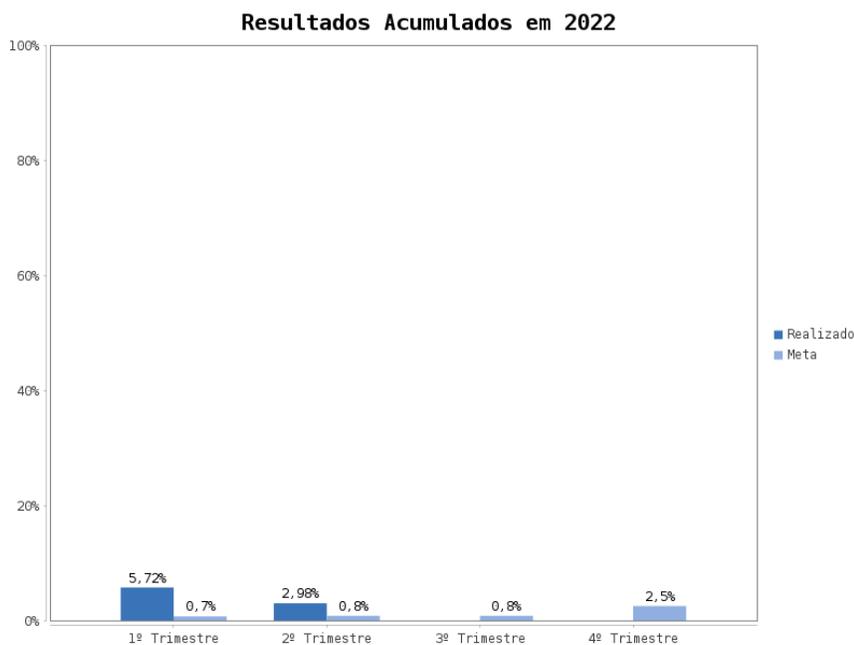
Riscos associados ao objetivo

A proximidade das eleições, quando há um aumento considerável das solicitações de informação por parte da imprensa, sem um aumento do número de servidores encarregados dessa tarefa, pode trazer um risco de não se conseguir cumprir a meta estabelecida para o período.

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Ótimo

Desempenho do Período: 372,81%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contexto

As ações realizadas neste segundo trimestre buscam atender, em grande parte, o crescente interesse do público pelo tema das Eleições 2022. Nesse período, também, reforçamos a divulgação de serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral. Ainda, concluímos a campanha de fechamento de cadastro. Essas ações costumam atrair grande atenção nas mídias sociais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com uma comunicação cada vez mais voltada para o contexto das eleições 2022, podemos destacar a divulgação de ações voltadas ao calendário eleitoral, tais como: fechamento de cadastro, regularização de título, transferência de domicílio eleitoral. Também, aquelas dedicadas aos diversos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral relacionados às eleições, como: e-título, assistente virtual no app Whatsapp, impressão do título em casa. Ainda, publicações de cards sobre temas como mesário voluntário universitário e o início das convocações de mesários, comemoração dos 26 anos das urnas eletrônicas e, por fim, cards voltados à divulgação do Seminário Desafios e Inovações da JE para as eleições de 2022. Como resultados, mantivemos o desempenho ótimo no alcance de nossas metas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora nos índices, uma vez que, à medida que as eleições se aproximam, o interesse do público sobre o tema costuma aumentar, o que se reflete no desempenho de nossas postagens nas mídias sociais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Monitorar as redes sociais e identificar de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

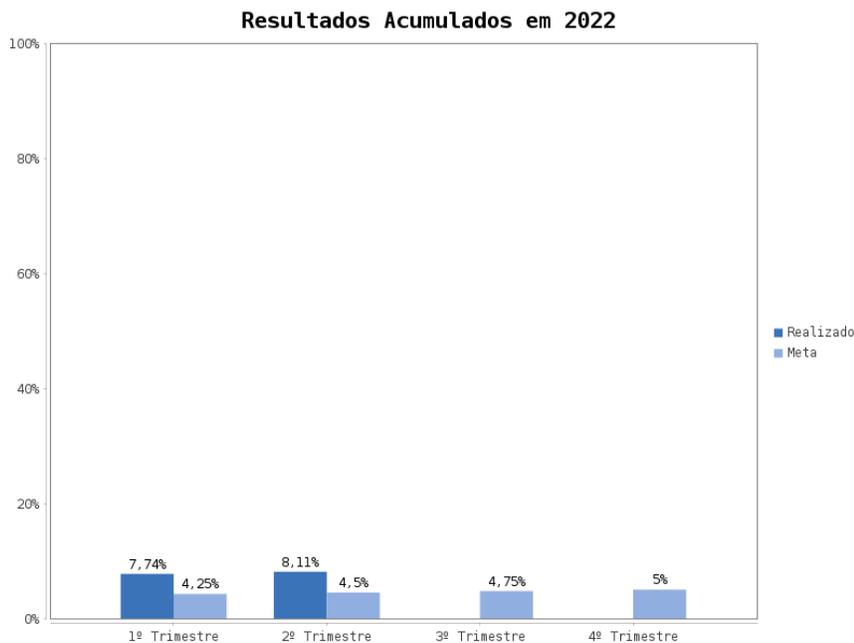
Riscos associados ao objetivo

Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas

Ótimo

Desempenho do Período: 180,19%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No segundo trimestre de 2022, essa taxa apresentou-se de forma satisfatória, com 8,11%, ou seja, acima da meta de 4,5% para o período. A quantidade de acesso às notícias institucionais publicadas na intranet do Tribunal começou a ser medida neste ano, com o objetivo de monitorar o interesse das servidoras e servidores nas notícias institucionais internas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Secjor publica notícias diariamente na intranet, para atender, por exemplo, o Plano Integrado das Eleições, os planos de comunicação de forma geral, e os expedientes de solicitação de divulgação interna recebidos via SEI e email. O setor também fica atento aos acontecimentos que possam ter interesse para as servidoras e servidores.

Ao analisar as notícias mais acessadas nesses três meses, verificou-se que aquelas que estão relacionadas diretamente à rotina do servidor, como regime de trabalho, nova sede e alteração de expediente, incluindo aqui as modalidades presencial e remoto, foram as mais acessadas. As matérias no formato Parlatório mantiveram-se com bom acesso também.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Numa primeira análise preliminar verifica-se que oscila bastante a quantidade de acessos às matérias todo o mês, mas a taxa sempre ficou acima da meta estabelecida. Acredita-se que isso reflete não apenas ao interesse provocado pelas notas, mas a própria rotina dos servidores, tendo em vista que, ao contrário dos avisos, não existe um normativo que torne compulsória a leitura das notícias, o que se justifica pela própria natureza das notas jornalísticas.

Em junho, a página da intranet passou por uma reformulação, criando duas áreas para as notas: Em Pauta, para as de mais destaque, e o Notícias, agora sem imagem na primeira página. O critério de quais notas são publicadas no Em Pauta ou no Notícias é definido pela Coordenadoria de Comunicação Social.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Primeiramente, deve-se ficar constantemente atento às pautas de interesse dos servidores e das servidoras. Neste momento, deve-se aguardar se a reformulação da intranet vai impactar ou não a variável desta taxa. À princípio, não há novas propostas previstas tendo em vista, inclusive, o bom desempenho da taxa.

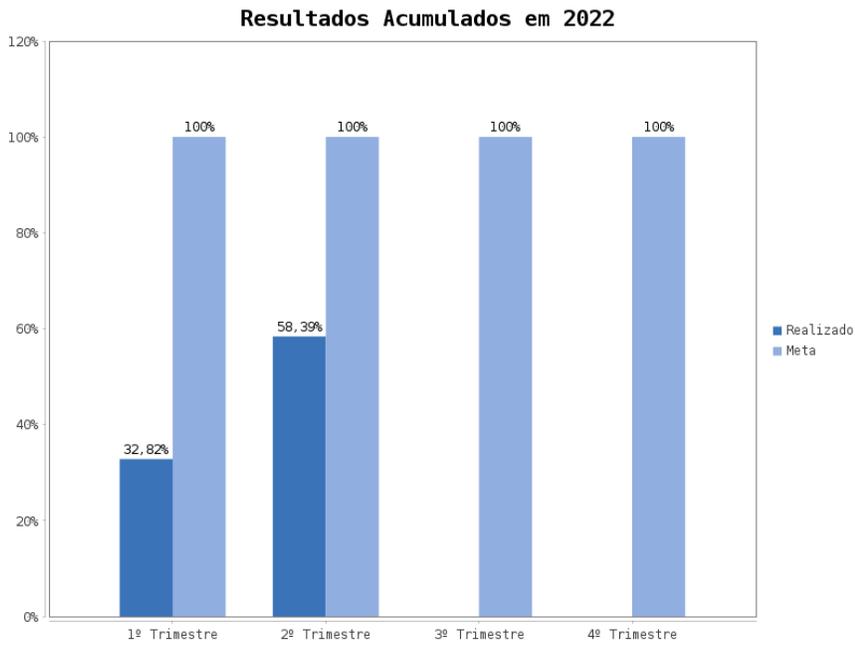
Riscos associados ao objetivo

A publicação de muitas notas em um único dia não contribui com o indicador, uma vez que as notas saem rapidamente da página principal, contribuindo para a diminuição do número de acessos.

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional

Satisfatório

Desempenho do Período: 58,39%



Responsável: GABPRE.

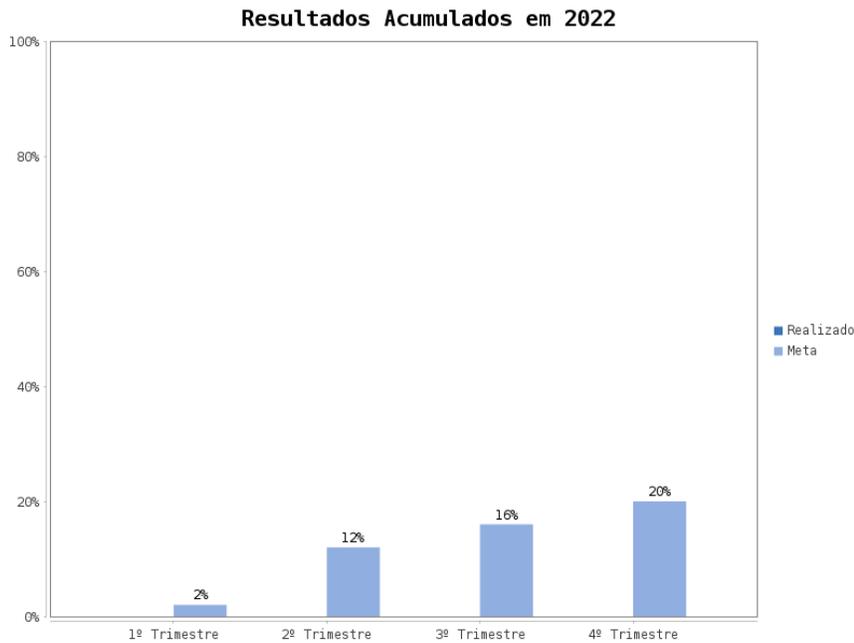
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos**Não realizado****Desempenho do Período:****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.****Análise de contexto**

Análise enviada por e-mail pela Assessora da ASGERI e registrada pela SEDEST. A medição do indicador permanece impossibilitada, aguardando a definição do rol de processos críticos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último mês, porém, foi apresentada a proposta de riscos estratégicos obtida a partir da avaliação do material produzido ao longo da formulação da estratégia, o qual servirá de subsídio para a priorização dos processos para a implantação da gestão de riscos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

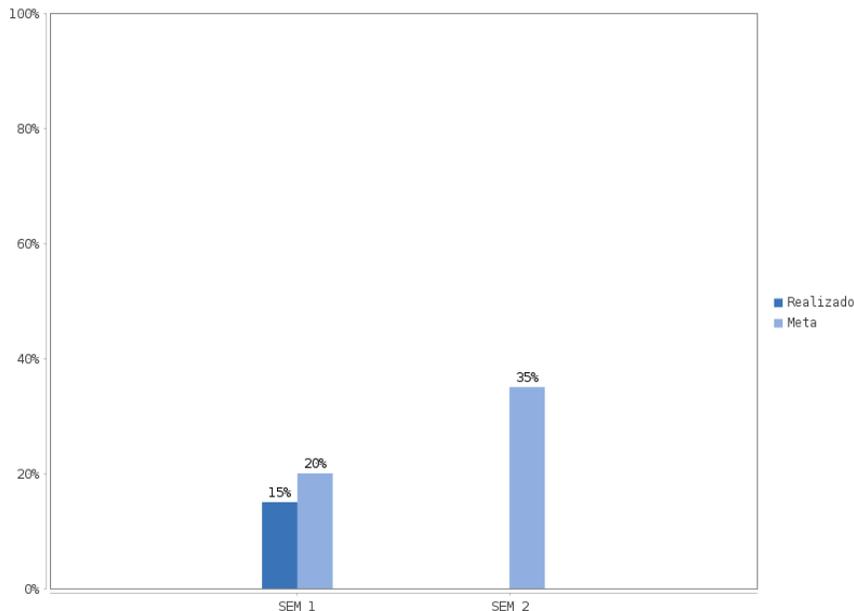
A medição do indicador permanece impossibilitada, aguardando a definição do rol de processos críticos. No último mês, porém, foi apresentada a proposta de riscos estratégicos obtida a partir da avaliação do material produzido ao longo da formulação da estratégia, o qual servirá de subsídio para a priorização dos processos para a implantação da gestão de riscos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para que o desempenho do indicador se restabeleça da forma mais rápida possível, sugere-se que haja um esforço concentrado das áreas afetas aos processos que serão priorizados, na implantação do gerenciamento de riscos, mediante uma estratégia de implantação suportada pela ASGERI, que demande o menor esforço das áreas e os maiores ganhos para os resultados institucionais.

Riscos associados ao objetivo

1. Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam o gerenciamento de riscos dos processos priorizados;
2. Indisponibilidade do Portal de Riscos, prejudicando o processo de comunicação dos riscos;
3. Insuficiência/inadequação das ferramentas atualmente utilizadas no gerenciamento de riscos para um número grande de processos, prejudicando a integração da gestão de riscos

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos**Satisfatório****Desempenho do Período: 75,00%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.****Análise de contexto**

O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. Atualmente, a gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ (Resolução nº 1.101/2019) e a metodologia adotada para sua aplicação encontra-se prevista no Manual de Gerenciamento de Riscos, aprovado pelo Ato GP nº 462/2019.

A Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno - ASGERI, criada em junho de 2021, assumiu a responsabilidade pela estruturação das atividades relacionadas a gestão de riscos do Tribunal. As práticas contempladas no indicador direcionam as ações necessárias a essa estruturação.

Neste sentido, observa-se que houve avanço na implementação da maioria das práticas, de acordo com a meta prevista, refletindo o desempenho satisfatório do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

1. Levantamento e proposição pela ASGERI, a partir da avaliação do material produzido na construção do Planejamento Estratégico, do rol de riscos estratégicos, para avaliação do Comitê de Gestão de Riscos.
2. Foi realizada capacitação de 7 (sete) servidores em Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, nos meses de maio e junho, já tendo sido realizadas reuniões entre a ASGERI e a CPLAN para planejamento da elaboração do Business Impact Analysis (BIA), documento base para a estruturação da GCN.
3. Foi aprovado o plano de gerenciamento de riscos do macroprocesso de contratações e iniciado o respectivo monitoramento, que se encontra divulgado no Portal de Compras e Contratações.
4. Foi iniciada, em junho, auditoria para avaliação da maturidade de gestão de riscos
5. Foi apresentada pela ASGERI requisição para o desenvolvimento do Portal de Riscos, em fase de priorização.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se que nos próximos meses haja um significativo avanço das práticas relacionadas à gestão de riscos críticos, tendo em vista que as etapas previstas para sua implementação estão sendo cumpridas conforme programado.

Com a definição dos riscos estratégicos espera-se também um avanço com relação à utilização da gestão de riscos no apoio aos processos decisórios.

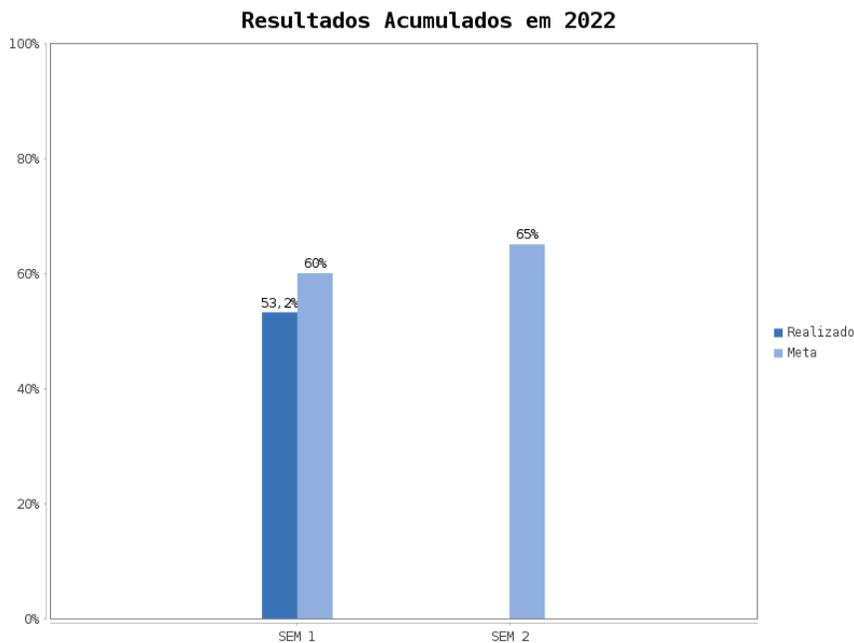
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Priorizar o desenvolvimento do Portal de Gestão de Riscos de forma a melhorar a comunicação da gestão de riscos.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a implantação do gerenciamento de riscos críticos;

Indisponibilidade do Portal de Riscos, prejudicando o processo de comunicação dos riscos e a integração do sistema de governança.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações**Ótimo****Desempenho do Período: 88,67%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.****Análise de contexto**

A mensuração do indicador neste semestre adotou as respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do IGovContrat disponível, referente ao ano de 2021. O CGovCon reúne-se, anualmente, para responder ao questionário exigido pelo TCU, não tendo havido necessidade, no corrente semestre, desse encontro para tal finalidade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Adotou as respostas do Comitê de Governança de Contratações (CGovCon) ao último questionário do IGovContrat disponível, referente ao ano de 2021.

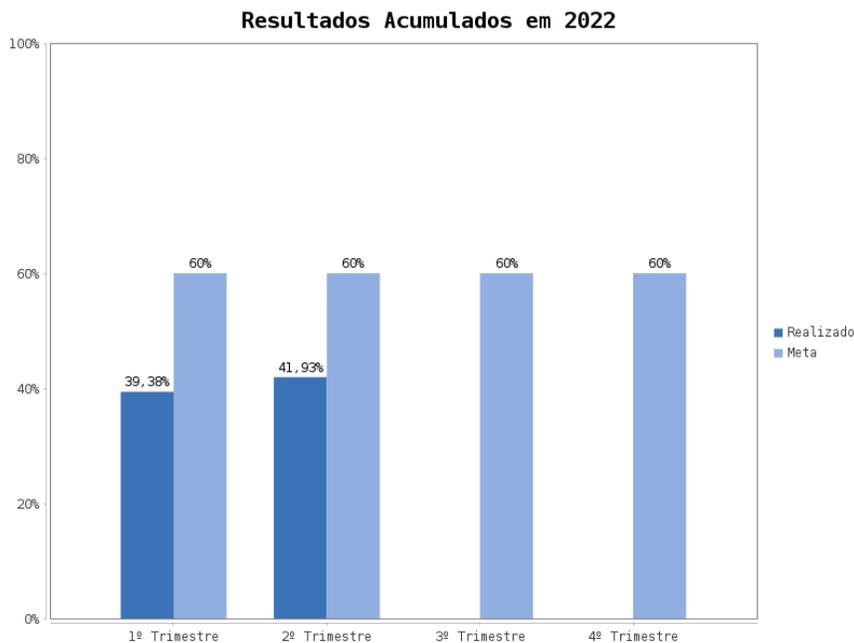
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Foi feito um estudo sobre os principais pontos do questionário em que o Tribunal obteve desempenho insatisfatório e identificaram-se lacunas na capacitação dos gestores e colaboradores da área de contratações, gestão de contratos e gestão de riscos. A tendência é de melhora no resultado quando comparado ao ano anterior, tendo em vista os avanços alcançados, principalmente na área de gestão de riscos e de contratos do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Elaborou-se um plano de ação para o segundo semestre do corrente ano, com base nas lacunas identificadas, visando a alavancar os índices e elevar o resultado final no próximo questionário oficial. Dentre as ações propostas, focou-se na capacitação dos gestores e colaboradores da área de contratações, no monitoramento do plano de gerenciamento de riscos do macroprocesso de contratações e na gestão de contratos.

Riscos associados ao objetivo

IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)**Satisfatório****Desempenho do Período: 69,89%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.****Análise de contexto**

O desempenho foi influenciado pela existência de contratações que foram canceladas por ausência de interesse ou por terem sido atendidas por outras contratações. Foi verificada também a inclusão de um quantitativo superior ao permitido por lei para contratações por dispensa de licitação, o que gerou cancelamentos. Como estas contratações ainda constavam no PCA, foram contabilizadas para a composição do indicador. Na área de aquisições (materiais) houve forte influência do estoque de materiais não utilizados durante o período de funcionamento híbrido das atividades do tribunal em função da pandemia, o que levou ao adiamento do interesse em algumas aquisições.

Outro aspecto de extrema relevância são as falhas identificadas na instrução dos processos, relativas à fase de planejamento de contratação, que provocam atraso nas respectivas conclusões, impactando nas fases intermediárias.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O processo de monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA) passou a ser exercido dentro do Gabinete da Secretaria por dois servidores designados para esta tarefa de forma específica, havendo um responsável direto e um supervisor. Houve, também, a edição e publicação do Ato GP 155/2022, que regulamentou a elaboração e o monitoramento do PCA. Tais ações impactaram o desempenho do indicador, que apresentou uma melhora quando comparado com o trimestre anterior.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A principal tendência é o real conhecimento da necessidade das unidades do tribunal. Principalmente no que diz respeito ao excesso de desistências de contratações, possibilitando que, no futuro próximo, possamos diagnosticar a causa do afastamento do planejamento e da efetiva contratação levada a termo pelo Tribunal. A concretização de uma cultura de planejamento das contratações tende a se intensificar, tendo em vista as diversas atividades de treinamentos e aperfeiçoamentos a que os envolvidos se submetem. Ademais, a inclusão de data de início do planejamento no PCA de 2023 passará a elevar o PCA como instrumento de gestão, servindo, além de uma ferramenta de controle, como uma efetiva ferramenta de planejamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

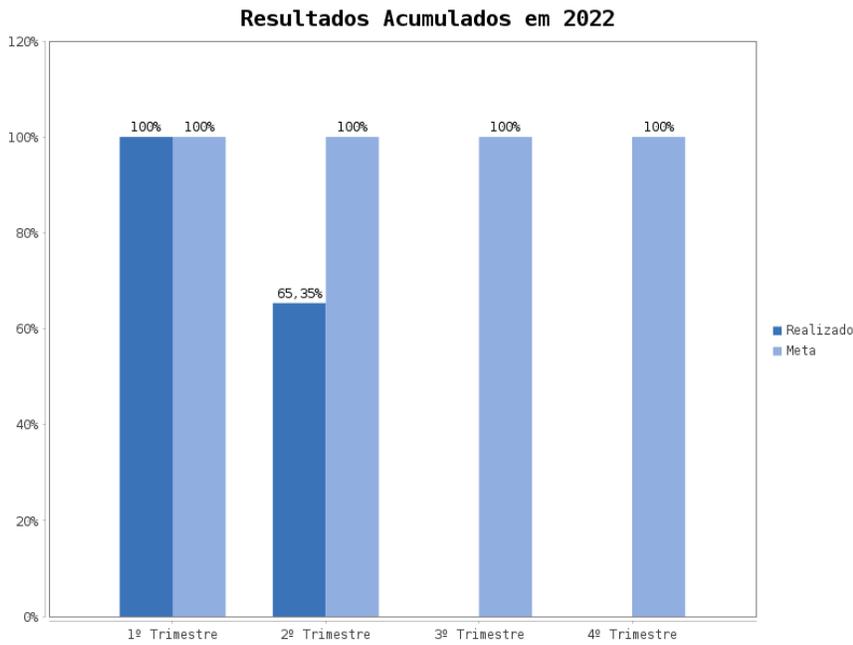
Para a inclusão de novas propostas de contratação, a exigência de que já exista termo de referência aprovado antes da inclusão da contratação na proposta final do plano de contratações. Capacitação de servidores.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos do macroprocesso de contratações foram mapeados e tratados pela ASGERI, com apoio da SAD, sendo monitorados mensalmente.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente

Satisfatório Desempenho do Período: 65,35%



Responsável: SAD.

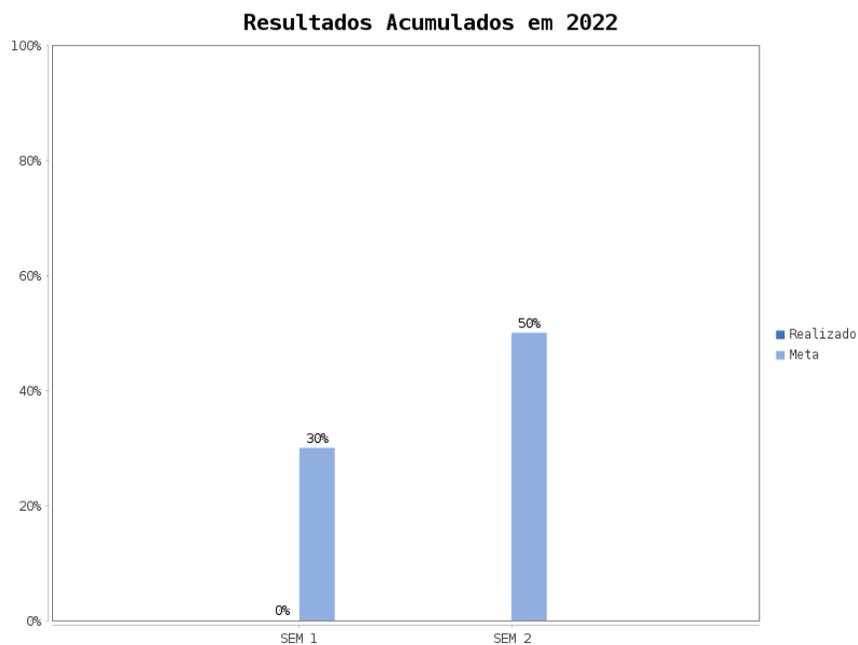
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECGIN.****Análise de contexto**

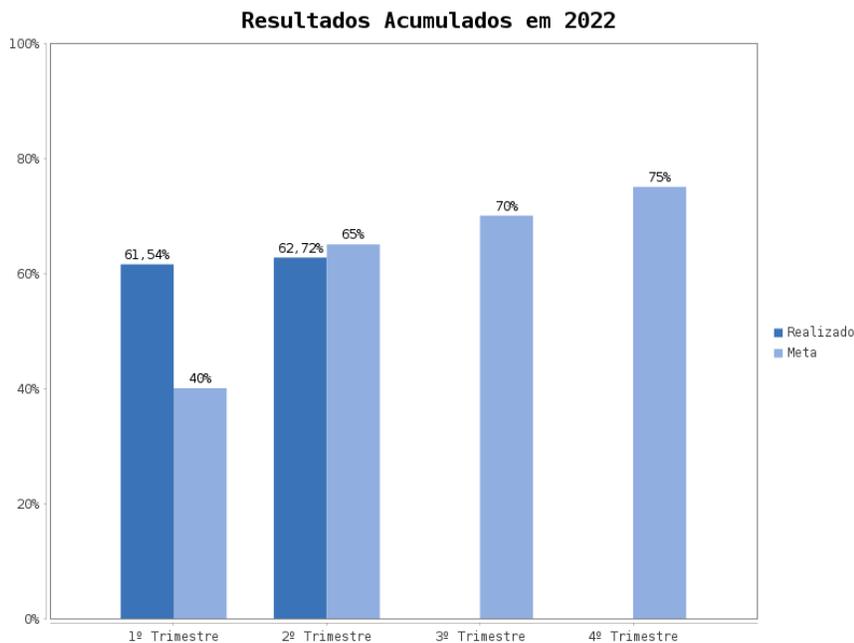
Registro de análise realizado pela SEDEST, conforme e-mail enviado do setor. Informo que neste 1º semestre de 2022 não foi realizada nenhuma atividade relacionada ao indicador em questão.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados**Ótimo****Desempenho do Período: 96,49%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPRES.****Análise de contexto**

Confirmando a previsão do período anterior, a produtividade da seção foi afetada pela cessão de um dos operadores de escâner a outra unidade administrativa. Também foi confirmada a fragilidade dos documentos, haja vista que inúmeras vezes foi necessária a atuação de arquivistas para reparar documentação danificada, colocando-a em condições para digitalização.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. No período em análise, foi iniciada a tarefa de digitalizar o acervo documental de servidores inativos e pensionistas sob a guarda da SECINP (50 metros lineares de documentos); 2. O desempenho ficou aquém do previsto, confirmando a tendência de redução da produtividade causada pela fragilidade dos documentos manuseados, bem como a cessão de um dos digitalizadores a uma das unidades administrativas da Sede do Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

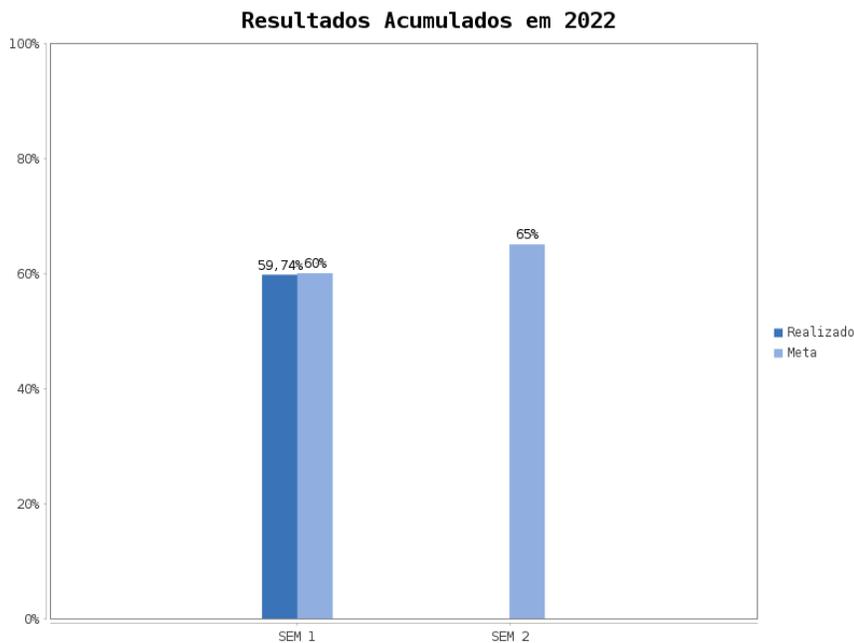
Espera-se razoável melhora no desempenho da equipe envolvida na tarefa de digitalização em face da retomada do ritmo de trabalho verificado no ano de 2021, antes do encerramento do contrato de prestação de serviços de digitalizadores anterior; associada à melhor prática no manuseio de documentos frágeis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Atuação exclusiva de arquivistas e digitalizadores nas tarefas de digitalização de pasta funcionais de servidores inativos e pensionistas e tarefas de apoio às atividades inerentes ao setor de protocolo. Readequação dos percentuais de entrega, uma vez que foi verificado um ritmo mais lento na execução da tarefa de digitalização em virtude da fragilidade dos documentos trabalhados.

Riscos associados ao objetivo

Ao principal risco ao alcance do objetivo está associado à cessão de digitalizadores a outras unidades administrativas deve ser adicionada a possibilidade de atraso na remessa de documentos pela unidade administrativa responsável por sua guarda.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico**Ótimo****Desempenho do Período: 99,57%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.****Análise de contexto**

Trata-se de nova fase de trabalho que envolveu anteriormente sensibilização e preparação para início de mudança de cultura em relação à identificação de tipos documentais (aqui, caracterizados no sistema SEI! como tipos de documentos e de processos), agora aplicados de forma prática, no sistema SEI!, à produção desses tipos de documentos e de processos nesse sistema eletrônico, estruturados a partir das Bases de Conhecimento, orientando todos os usuários internos do TRE (servidores e magistrados) quanto à estruturação de fluxo processual 'ideal' para a produção de processos administrativos digitais no SEI!.

O início da medição desse indicador tem como objetivo subsidiar a percepção da SEGDOC (Unidade Gestora do SEI! no TRE/RJ) quanto à adequada utilização de milhares de tipos documentais reconhecidos pelas próprias Unidades do Tribunal quanto à especificidade de seus objetivos de produção para apoio às suas atividades cotidianas, permitindo aferir o grau de maturidade em relação ao uso estruturado do SEI! no Tribunal, como ferramenta associada à adoção do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi publicado Aviso Intranet no final de 2021 (Aviso COGED nº 207/2021), já tentando realizar uma sensibilização prévia das Unidades do Tribunal quanto à importância do uso correto das Bases de Conhecimento e respectivos tipos documentais para os objetivos de produção efetivamente associados aos respectivos documentos e processos implantados no SEI!.

Foi criado processo específico no SEI (Processo para análise do uso da Base de Conhecimento no SEI) para operacionalizar a aferição do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para cada grupo de tipos processuais. Para seleção dos processos críticos objeto da medição do indicador estratégico, utilizou-se, no início do 1º semestre/2022, o critério relacionado aos 20% de processos mais produzidos no SEI!, por Competência (Pessoas, Infraestrutura, Eleições, Documentação e Informação etc.). De acordo com a quantidade dos tipos de processos críticos selecionados pela SEGDOC, adotou-se porcentagem específica de processos de cada tipo processual a ser analisado pela SEGDOC, mediante estratos específicos por quantidade. Para a análise, adotou-se como critério de análise para cada tipo de processo crítico selecionado o início da data de implantação da 1ª versão da Base de Conhecimento deste tipo processual no SEI! (ou seja, 14/01/2019 - data da implantação geral do SEI! no Tribunal - ou data posterior).

A partir dessa medição, adotou-se no primeiro semestre, para maturação do trabalho (inteiramente novo no Tribunal), apenas os tipos processuais ligados à competência "Pessoas", pela percepção de que constituem parcela significativa dos tipos processuais atualmente implantados no SEI! e por possuírem volume de produção também muito significativo, com impactos relevantes sobre a produção estruturada de documentos e processos no geral, no sistema SEI!.

O resultado quanto à implantação das Bases de Conhecimento no SEI! pode ser considerado excelente, posto que se possui mais de 85% das Bases com tipos processuais ativos neste sistema já implantadas no SEI!. Por outro lado, houve resultado ruim quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento realizadas, pouco acima de 30%, o que, embora esperado para o momento, teve impacto decisivo no desempenho geral do IE37 para o 1º semestre/2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Percebeu-se, em relação às Bases de Conhecimento, um trabalho que já vem com indícios de maior consolidação de implantação no Tribunal, vez que a SEGDOC já percebe haver uma internalização crescente do uso das Bases de Conhecimento pelos usuários internos do Tribunal a partir de suas atividades cotidianas de suporte ao SEI!, como medida de eficácia da produção de processos administrativos digitais no SEI!.

Quanto à análise do uso da Base de Conhecimento no SEI!, observou-se ainda haver uma adesão relativamente baixa ao uso de Bases de Conhecimento, o que possivelmente pode ser associada, além da necessidade de maior consolidação de cultura organizacional quanto à produção estruturada de documentos e processos administrativos digitais no Tribunal, talvez possa estar também associada a eventuais dificuldades no uso de sistemas eletrônicos especialmente no início da pandemia e em acesso remoto, o que pode ter tido algum impacto na observação do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI!.

Pelo observado na SEGDOC, indica-se a possibilidade de haver no mínimo estabilidade ou, ao menos, uma leve melhora do desempenho do indicador à medida que cria-se maior consciência no Tribunal em relação ao uso adequado das Bases de Conhecimento pelas Unidades. Há a impressão de haver melhorias bem recentes na maior aderência ao uso de Bases de Conhecimento, a exemplo da publicação do Aviso COPAT/SECREP nº 7/2022, realizada após produção de relatório de análise de uso de Base de Conhecimento feita pela SEGDOC.

Há algum temor de desempenho particularmente ruim dos processos relacionados à competência "Eleições" nos próximos 6 meses, justamente por abrangerem processos relacionados às atividades eleitorais, com prazos não raro (muito) curtos, o que vir a prejudicar eventual produção com maior qualidade de processos e documentos no SEI sem a utilização adequada das respectivas Bases de Conhecimento desses processos.

Pretende-se observar melhor essas tendências nas próximas análises do indicador estratégico IE37.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em relação à implantação de Bases de Conhecimento, um caminho já vislumbrado em especial para algumas Unidades da SGP é a maior vinculação com o trabalho de digitalização e posterior preservação dos documentos de pastas funcionais de servidores, promotores e magistrados, em que já se percebeu ainda no ano passado maior adesão à implantação de Bases de Conhecimento mediante essa percepção de que o tratamento estruturado das pastas funcionais possuía relação bastante próxima com o trabalho de identificação de tipos documentais já realizado previamente pela SEGDOC, e sua associação aos tipos de documentos já implantados no SEI!, envolvendo documentos que potencialmente podem estar associados à construção do Assentamento Funcional Digital (AFD).

Quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento, pretende-se em princípio continuar com a estratégia atualmente adotada, da sensibilização já verificada e, sempre que verificada a necessidade, de roteiro reforçando a sensibilização dos impactos quanto ao uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para as Unidades Gestoras do processo e, como normalmente a maioria dos processos implantados no SEI! são transversais, podem atingir potencialmente as demais unidades operadoras desses processos com eventuais inconformidades verificadas no uso prático das Bases de Conhecimento no SEI!.

Vislumbra-se a possibilidade de ação (ações) de comunicação a ser(em) realizada(s) para o Plano de Comunicação Social Integrado para o ano de 2023, reforçando a importância e os impactos futuros para a adequada utilização das Bases de Conhecimento implantadas no SEI!

Riscos associados ao objetivo

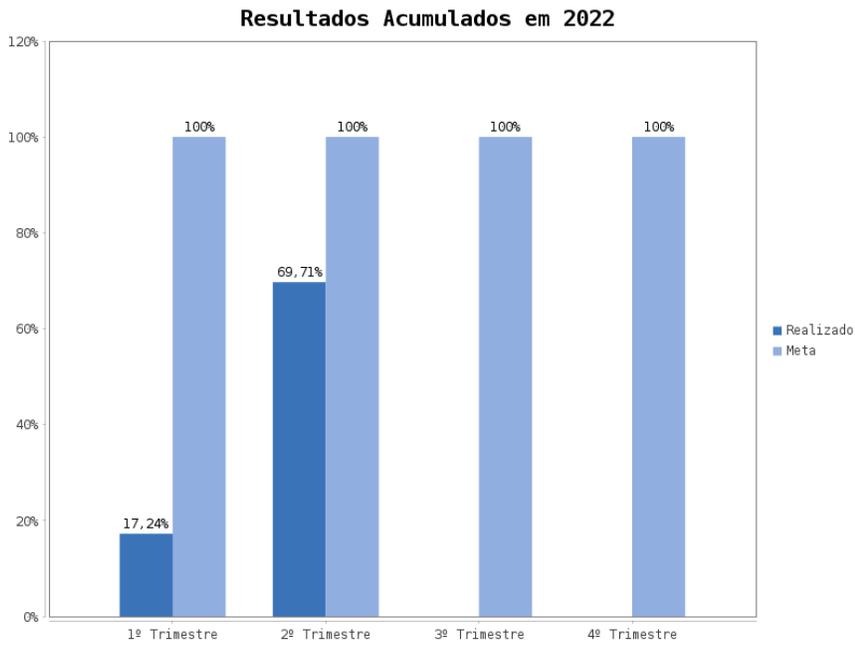
Produção e pesquisa inadequada por tipos de documentos produzidos no SEI!, quando há uso inadequado dos tipos de documentos e processos já implantados no SEI! e estruturados através do uso de Bases de Conhecimento (isso, quando as Bases de Conhecimento estão efetivamente implantadas no SEI!, o que ainda apresenta desafios especialmente envolvendo algumas Unidades da SGP, embora essa situação venha melhorando progressivamente, inclusive, dentro do último período).

O uso inadequado e, também, a própria ausência de Bases de Conhecimento no SEI! tem impacto sobre parcela significativa de trabalho posterior de preservação digital a ser melhor estruturado neste Tribunal, visto que a produção e tramitação de processos necessariamente antecedem à preservação destes, inclusive em meio digital.

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação

Satisfatório

Desempenho do Período: 69,71%



Responsável: SGP.

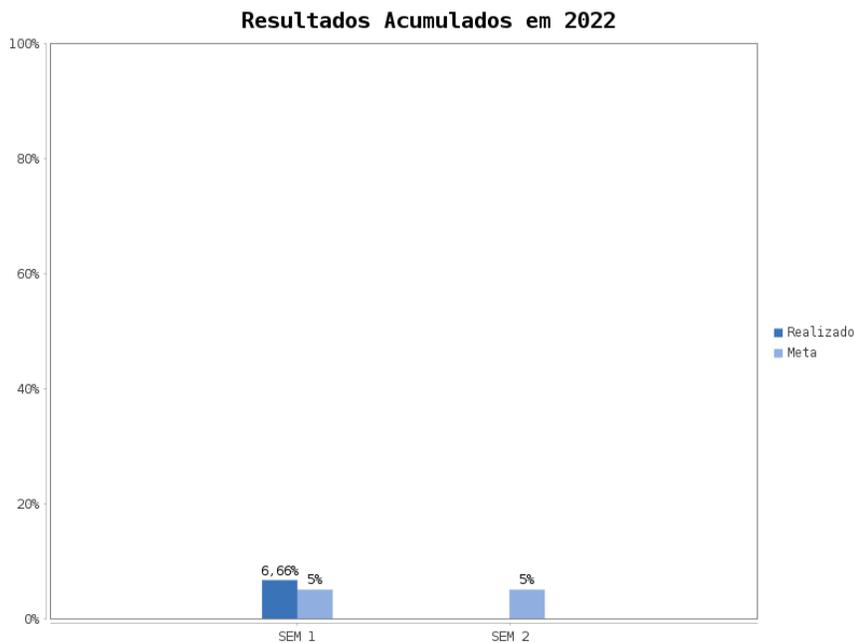
Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)**Ótimo****Desempenho do Período: 133,10%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEATES.****Análise de contexto**

Análise enviada por e-mail dia 19/07. Os exames periódicos de saúde – EPS - iniciaram-se em 29/03/2022, não havendo, portanto, comparativo com o período anterior.

Apesar de haver sido realizado em momento de sistema de trabalho híbrido, e o EPS ser obrigatoriamente presencial, houve grande adesão por parte dos chefes, coordenadores e secretários, os quais foram instados a estimular a participação de suas equipes, tendo em vista o comparecimento de 100% dos servidores convocados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizado pela Seates um vídeo motivacional, com a explicação do que é o EPS, seus objetivos e forma de realização. Esse vídeo, além de disponibilizado na intranet e TV da portaria 194, foi encaminhado no e-mail de agendamento, encaminhado pela Seates aos secretários e coordenadores. O e-mail com o vídeo, além do agendamento, encaminha uma tabela com datas e horários disponíveis, para um agendamento centralizado pela coordenadoria e para ciência de todos, evitando-se assim re-agendamentos e atrasos na conclusão dos trabalhos naquela coordenadoria e secretaria.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como estamos em período eleitoral, a partir de agosto, é esperada alguma dificuldade na adesão e participação dos servidores no EPS, tendo em vista o aumento da demanda nas unidades, mesmo considerando o retorno ao trabalho presencial. O desafio é manter a adesão em 100%.

No aspecto operacional, destacam-se, ainda, duas dificuldades que impactam a realização do EPS:

a) o acompanhamento e controle das ações decorrentes do EPS requerem monitoramento complexo, que foi, inicialmente, realizado por meio de planilhas do Excel. Foi apresentada Redesti para elaboração de sistema de prontuário eletrônico, englobando-se os dados para monitoramento dos EPS's. O desenvolvimento da solução ainda não foi iniciado, pois aguarda apreciação de priorização pelo CGovTIC (2021.0.000039841-6); e

b) a falta de previsão orçamentária específica para a realização do EPS impacta na tomada de decisões, haja vista que a utilização da verba hoje destinada ao reembolso do plano de saúde pode gerar diminuição do benefício, gerando insatisfação dos servidores e prejudicando sua adesão ao EPS. Nesse ponto, uma vez que não houve deliberação quanto à previsão orçamentária para

cobertura de exames complementares, o EPS está sendo realizado de forma multidisciplinar, sem a solicitação, pelo médico, desses exames.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Tendo em vista as dificuldades apontadas, como medida de redução desse impacto na adesão ao EPS, a Seates pretende organizar as Secretarias que tem previsão de agendamento para o segundo semestre, realizando uma análise de seu envolvimento nas atividades das eleições. Assim, a proposta é agendar a SOF, SJD e SSG, nesta ordem, entre agosto e outubro de 2022.

Riscos associados ao objetivo

A eleição e o envolvimento dos servidores nesse período em atividades específicas é um evento que pode impactar na adesão dos servidores ao EPS.

IE 42 - Taxa de aderência ao PAC

Satisfatório

Desempenho do Período: 78,85%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Em maio houve mudança na gestão da SEDCOR. A nova gestora (Flavia Vidal) passa por um período de adaptação e treinamento, para uso dos sistemas e instrução de processos de contratação de cursos (turmas abertas e fechadas).

A instrução de processo de contratação de cursos exige conhecimento sobre inexigibilidade de licitação, elaboração de projeto básico e formalização de contrato.

Foi publicada a alteração do Ato GP nº 09/17, passando o cronograma das ações de treinamentos a ser trimestral. Assim, o cronograma quadrimestral precisou ser refeito para o molde trimestral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A SEDCOR, considerando as demandas do PAC-22 que ainda faltavam ser iniciadas, e com vistas ao planejamento do PAC - 23, elaborou pesquisas para identificar as dificuldades encontradas no processo de solicitação de cursos, por meio de um questionário, que foi encaminhado às unidades para preenchimento até 27/05/22.

A pesquisa foi respondida pelas seguintes unidades: COINF, SEALMO, SECTRA, SJD, SEURNA, ASJUPR, SESERG, ASGERI, CSCOR, GABINETE SSG, CDESC, CSINT, COENG, ASAPRE, CPLAN-SEDPRO, SECCON, OUVIDORIA, GABSAU, SEPROD, SEAAZE/VPCRE.

O resultado demonstrou pontos a serem melhorados na elaboração do PAC, bem como, na sua execução.

Foram implementadas pela SEDCOR novas rotinas de controle da execução do PAC, considerando tanto a aderência quanto a execução orçamentária.

Considerando que foram solicitados diversos cursos não previstos no PAC-22 e, ainda, que algumas unidades não puderam efetivar a solicitação do treinamento previsto, por razões adversas, como por exemplo, a indisponibilidade de treinamento no mercado, foi solicitada a revisão do PAC, que foi aprovada pelo Comitê Gestor da Estratégia e passou a contar com 93 cursos. No arquivo com a nova versão do PAC já foi implementada uma das melhorias levantadas na pesquisa, referente à identificação da área motivadora da capacitação.

Outra informação importante, foi a disponibilização do novo ambiente virtual de aprendizagem para os servidores.

No novo Moodle, foram disponibilizados 8 cursos a distância que estavam previstos no PAC.

Assim, tanto a pesquisa realizada, quanto a disponibilização do novo moodle, que viabilizou a disponibilização de mais cursos ao alcance de mais servidores, e a revisão do PAC, aproximando-o das reais necessidades das unidades demandantes, contribuíram para uma melhor aderência na execução do plano de capacitação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em Outubro serão realizadas as Eleições 2022, o que provavelmente comprometerá a execução do PAC, considerando que as unidades do Tribunal estarão envolvidas nos preparativos para as eleições.

Além disso, a servidora Jucineidy Lanes de Andrade Filippo Gonzalez é integrante da equipe do Grupo de Treinamento de Mesários (Eleições 2022) e a servidora Letícia Rebello Tifvesson Nunes faz parte da força tarefa da SJD, ficando lotada naquela unidade, no período de 01/08/2022 a 30/09/2022. Ambas são da equipe da SEDCOR, o que acarretará prejuízo no desempenho das atividades daquela unidade, que ficará com uma redução de 50% da força de trabalho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

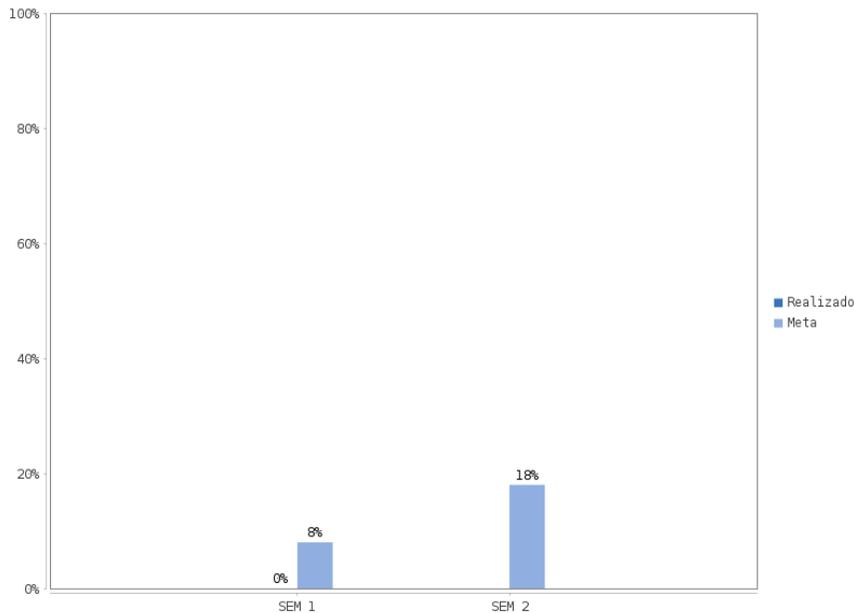
Ratificar junto as unidades a importância da execução do que foi planejado e está previsto no PAC 2022, considerando o reflexo da aderência nos indicadores do PE.

Realizar pesquisa para identificar quais ações de treinamentos previstas no PAC, serão efetivamente executadas até dezembro de 2022, com vistas a ajustar o PAC e a sua dotação orçamentária.

Riscos associados ao objetivo

Realização das Eleições, o que dificulta a participação de servidores em treinamentos, que não são obrigatórios ou ligados ao processo eleitoral.

Redução momentânea da equipe da Sedcor, por força da necessidade de realização de trabalhos voltados para as Eleições, reduzindo em 50% a força de trabalho da unidade.

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2022****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.**

Análise retificada pela unidade e enviada por e-mail dia 29 de julho

Análise de contexto

Houve unificação dos indicadores estratégicos IE43 e IE 45 (Gestão por Competências e Gestão de Ocupações Críticas), aprovada nos autos do Processo SEI nº 2021.0.000045115-5. Assim, o alcance da meta estabelecida para o período pressupõe a realização de inúmeras etapas. Apesar de se tratar de ano eleitoral, com diversas demandas para a STI que dificultam a disponibilidade, sobretudo, dos gestores para a participação das oficinas previstas no plano de ação, a maior parte das etapas foi realizada dentro do prazo estabelecido, mas somente a finalização da implantação da GpC e GOC é considerada para fins de aferição do alcance da meta estabelecida para o período.

Acrescente-se que, simultaneamente ao andamento dessas ações, o ambiente virtual de aprendizagem necessitou de atualização para a versão Moodle 3.9.1. Esse processo foi bastante demorado, no que se refere ao backup dos cursos existentes na versão anterior e sua alocação para o novo ambiente, cujas atividades de atualização do AVA (novo Portal EAD), com realização de testes, pesquisas, capacitação de servidores e desenho do ambiente virtual dependeram diretamente de servidor que compõe a equipe do GpC.

Outra entrega importante que realizada no 1º semestre foi a execução do Plano Anual de Capacitação/2022, que demandou esforço da CDESC para que a SEDCOR conseguisse realizar todas as contratações de cursos previstas para o período.

A servidora Ariane da CDESC, realizou contato as unidades para alertar sobre a necessidade de preenchimento do formulário de solicitação de cursos previstos no PAC. Houve ajuda da CDESC, também, nas instruções dos processos de contratação de treinamentos (internos e externos).

Também houve significativo impacto no andamento das diversas ações no semestre a alteração da titularidade na chefia da Sedcor. A nova gestora (Flavia Vidal) passa por um período de adaptação e treinamento, para uso dos sistemas e instrução de processos de contratação de cursos (turmas abertas e fechadas).

A instrução de processo de contratação de cursos exige conhecimento sobre inexigibilidade de licitação, elaboração de projeto básico e formalização de contrato, cujas orientações foram passadas a nova gestora pela antigo chefe da SEDCOR, Francisco Cunha, bem como, pelo Coordenador da CDESC.

Por fim, cumpre-me informar que, considerando o Plano iGovTIC e o Prêmio de Qualidade, cujas entregas devem estar finalizadas e evidenciadas até 30/08/2022, houve a inclusão de uma nova etapa (levantamento das competências gerenciais da TI), que não estava prevista e, por conseguinte, a necessidade de contratação de capacitação para a equipe de implantação da GpC.

O curso foi dividido em parte teórica e prática, cujo resultado final é o levantamento das competências gerenciais dos gestores da TI.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas e finalizadas as seguintes etapas da implantação da GPC a STI:

1. Levantamento das competências técnicas e comportamentais
2. Validação das competências técnicas e comportamentais
3. Preparação do sistema (GID)
 - 3.1 – Lançamento de dados dos servidores e do organograma do tribunal, no sistema GI;
 - 3.2 – Lançamento dos Mapas de atribuições por Produto, no sistema GID;
 - 3.3 – Realização de testes;
4. Avaliação das competências;
 - 4.1 – Preparação dos gestores e avaliados para o 1º ciclo;
 - 4.2 - Abertura do sistema para avaliação por competências
5. Preparação dos gestores para feedback e elaboração do PDI.
6. Levantamento das competências gerenciais
 - 6.1 Preparação das oficinas;
 - 6.2 Realização de Oficinas - Grupo 1
 - 6.3 Realização de Oficinas - Grupo 2
 - 6.4 Validação Síncrona das Competências - Oficinas
 - 6.5 Validação Assíncrona das Competências
 - 6.6 Elaboração de relatórios

Todas essas etapas dependem de outras unidades, não somente da CDESC, o que gerou atraso na sua execução, considerando que havia servidores de férias, unidades da TI envolvidas no processo eleitoral, além da necessidade de customização do sistema de avaliação por competências.

Foi realizada oficina de sensibilização de todos os gestores da SAD (27/04/2022) e da SOF (13/05/2022), visando à aplicação da GpC nas respectivas unidades.

No entanto, a SAD encontrava-se assoberbada com os processos de contratações para as eleições e, no caso da SOF, houve necessidade de interrupção devido à urgência na execução de outras atividades da CDESC, antes descritas, bem como, a inclusão de uma nova etapa (levantamento das competências gerenciais na TI), por força do Prêmio CNJ (IgovTic).

Essa etapa não prevista, também, contribuiu para que não fosse possível o cumprimento do cronograma

A implantação da GpC na TI, apesar de estar com atraso no cronograma, será realizada de forma mais completa e robusta e serviu para a criação de uma metodologia, bem como, para a customização do sistema de avaliação de competências.

Importante, também, frisar que durante a customização do sistema GID, no que se refere a etapa do PDI, houve problemas técnicos que resultaram no atraso do início dessa etapa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Etapas que faltam ser concluídas:

1. Devolutivas (FEEDBACK)
2. Construção do Plano de Desenvolvimento Individual
 - 2.2 Empenho das competências (Técnicas e Comportamentais) para a próxima avaliação;
 - 2.3 Proposição de treinamentos para o PAC2023
3. Identificação das Ocupações Críticas
 - 3.1 Construção do Plano de Ação
4. Mapeamento das competências gerenciais
 - 4.1 Entrevistas com gestores das unidades de TI
 - 4.2 Descrição das competências gerenciais
 - 4.3 Validação das competências gerenciais

4.4 Relatório de mapeamento de competências

5. Finalizar relatório do Levantamento das Competências Gerenciais

Todas essas etapas listadas dependem da participação de todas as unidades da TI, cujo prazo final para conclusão está previsto para 30/08/2022.

Duas servidoras (uma da SEGEDE e uma da SEDCOR) foram convocadas para força tarefa da SJD e duas outras (SEDCOR e CDESC) para o Grupo de Treinamento de Mesários, reduzindo a mão de obra e, conseqüentemente, as entregas da unidade, sendo um delas, simultaneamente, integrante da CPDIS.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acompanhamento regular das atividades que a TI está realizando, a fim de detectar possíveis atrasos no plano de execução.

Riscos associados ao objetivo

1. Período eleitoral;

- Medida(s) para eliminar/mitigar o risco: As oficinas para realização das etapas são realizadas de forma síncrona. Quando não for possível, por conta do período eleitoral, disponibilizar material e gravar vídeos de orientação, sempre reforçando a importância do empenho da unidade para realização das atividades propostas

2. Dependência das unidades, que estão envolvidas no processo, para conclusão das diversas etapas;

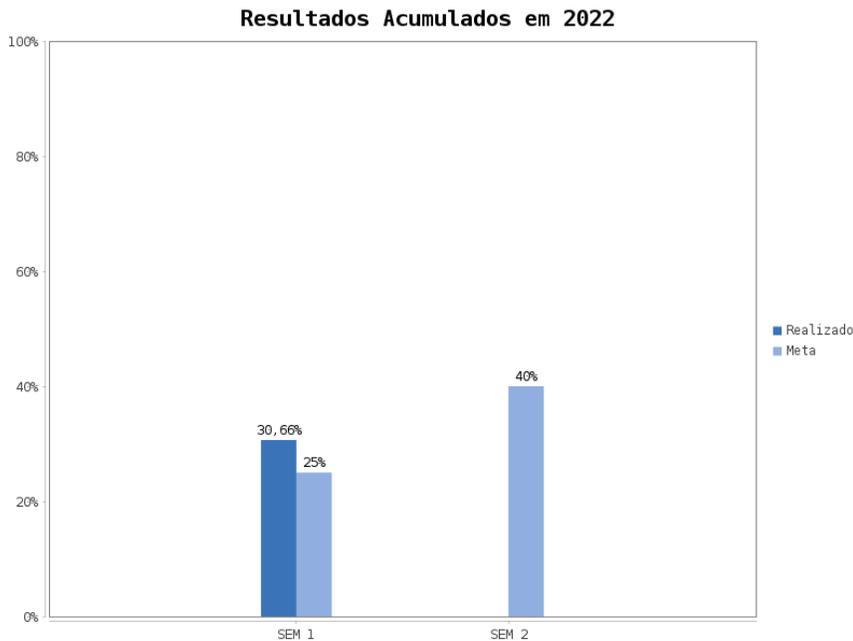
-- Medida(s) para eliminar/mitigar o risco: Apesar da sensibilização realizada no início da implantação, reforçar a importância do empenho das unidades para cumprimentos das etapas e cronograma.

3. Demandas concorrentes não planejadas para o período;

- Medida(s) para eliminar/mitigar o risco: Disponibilizar material e gravar vídeos de orientação, sempre reforçando a importância do empenho da unidade para realização das atividades propostas; Sensibilizar e alertar a administração que outras demandas concorrentes, poderão causar prejuízo das entregas previstas na implantação em outras unidades

4. Falhas de sistema informatizado.

- Medida(s) para eliminar/mitigar o risco: Verificar a possibilidade de antecipação de outras etapas que não dependam do sistema.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados**Ótimo****Desempenho do Período: 122,64%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Análise enviada por e-mail 14/07.

Em maio houve mudança na gestão da SEDCOR. A nova gestora (Flavia Vidal) passa por um período de adaptação e treinamento, para uso dos sistemas e instrução de processos de contratação de cursos (turmas abertas e fechadas).

O ambiente virtual de aprendizagem foi atualizado para a versão Moodle 3.9.1.

Esse processo foi bastante demorado, no que se refere ao backup dos cursos e sua alocação no novo ambiente.

A atualização do AVA (novo Portal EAD) demandou realização de testes, pesquisas, capacitação de servidores para que todos os procedimentos fossem realizados e os resultados fossem satisfatórios.

Essa atualização foi apenas uma das etapas da "Estruturação dos formatos e dos canais institucionais de treinamento para as Eleições 2022", (processo SEI 2021.0.000017630), oriunda da "Avaliações das Eleições 2020", além da atualização do Sistema de Ações de Capacitações Internas (SACI), e construção de tutorial de como usar tal formato.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A SEDCOR, considerando as demandas do PAC-22 que ainda faltavam ser iniciadas, e com vistas ao planejamento do PAC - 23, elaborou pesquisas para identificar as dificuldades encontradas no processo de solicitação de cursos, por meio de um questionário, que foi encaminhado às unidades para preenchimento até 27/05/22.

A pesquisa foi respondida pelas seguintes unidades: COINF, SEALMO, SECTRA, SJD, SEURNA, ASJUPR, SESERG, ASGERI, CSCOR, GABINETE SSG, CDESC, CSINT, COENG, ASAPRE, CPLAN-SEDPRO, SECCON, OUVIDORIA, GABSAU, SEPROD, SEAAZE/VPCRE.

O resultado demonstrou pontos a serem melhorados na elaboração do PAC, bem como, na sua execução.

Foram implementadas pela SEDCOR novas rotinas de controle da execução do PAC, considerando tanto a aderência quanto a execução orçamentária.

Considerando que foram solicitados diversos cursos não previstos no PAC-22 e, ainda, que algumas unidades não puderam efetivar a solicitação do treinamento previsto, por razões adversas, como por exemplo, a indisponibilidade de treinamento no mercado, foi solicitada a revisão do PAC, que foi aprovada pelo Comitê Gestor da Estratégia e passou a contar com 93 cursos. No

arquivo com a nova versão do PAC já foi implementada uma das melhorias levantadas na pesquisa, referente à identificação da área motivadora da capacitação.

Outra informação importante, foi a disponibilização do novo ambiente virtual de aprendizagem para os servidores.

No novo Moodle, foram disponibilizados 8 cursos a distância que estavam previstos no PAC.

Assim, houve possibilidade de aumentar a oferta de cursos, principalmente, a distância, que a meta fosse atingida (Meta 1º s 2022 - 25%). No primeiro semestre, foram capacitados 455 servidores, com carga horária mínima de 8 horas, o que representa, aproximadamente, 30% do total de servidores deste Regional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em Outubro serão realizadas as Eleições 2022, o que provavelmente comprometerá a participação de servidores em treinamentos, considerando que as unidades do Tribunal estarão envolvidas nos preparativos para as eleições.

Além disso, a servidora Jucineidy Lanes de Andrade Filippo Gonzalez é integrante da equipe do Grupo de Treinamento de Mesários (Eleições 2022) e a servidora Letícia Rebello Tifvesson Nunes faz parte da força tarefa da SJD, ficando lotada naquela unidade, no período de 01/08/2022 a 30/09/2022.

Ambas são da equipe da SEDCOR, o que acarretará prejuízo no desempenho das atividades daquela unidade, que ficará com uma redução de 50% da força de trabalho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ratificar junto as unidades a importância da execução do que foi planejado e está previsto no PAC 2022, considerando o reflexo da aderência nos indicadores do PE.

Realizar pesquisa para identificar quais ações de treinamentos previstas no PAC, serão efetivamente executadas até dezembro de 2022, com vistas a ajustar o PAC e a sua dotação orçamentária.

Oferecer novas turmas de cursos na modalidade a distância, possibilitando a participação de um número maior de servidores.

Riscos associados ao objetivo

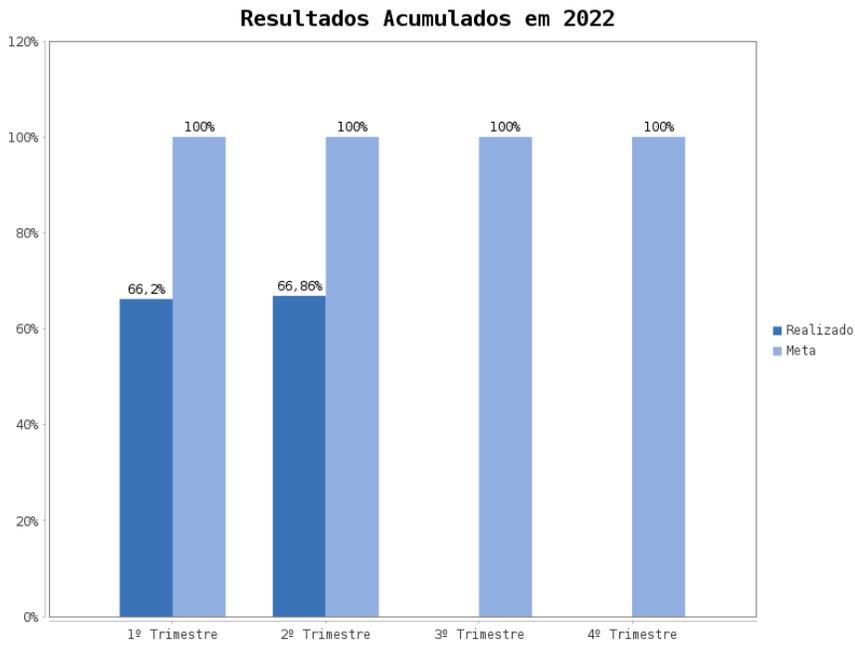
Realização das Eleições, o que dificulta a participação de servidores em treinamentos, que não são obrigatórios ou ligados ao processo eleitoral.

Redução momentânea da equipe da Sedcor, por força da necessidade de realização de trabalhos voltados para as Eleições, reduzindo em 50% a força de trabalho da unidade.

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Satisfatório

Desempenho do Período: 66,86%



Responsável: SOF.

Análise de contextoDispensado de análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDispensado de análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Dispensado de análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDispensado de análise.

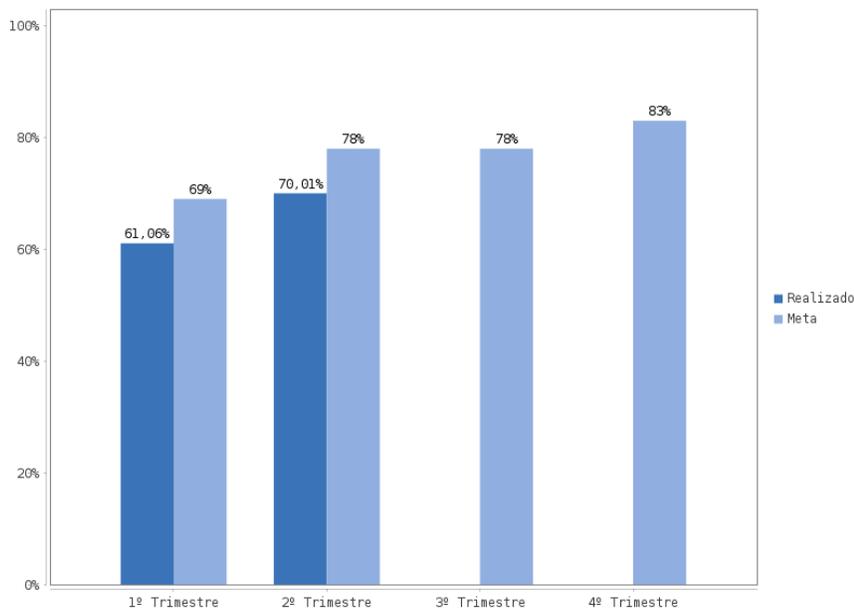
Riscos associados ao objetivoDispensado de análise.

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Satisfatório

Desempenho do Período: 89,75%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

A execução planejada do orçamento das despesas discricionárias, após o segundo trimestre de 2022, registrou uma taxa de 70,01%, equivalente percentualmente à taxa de 68,77% do mesmo período do exercício de 2021.

O valor da dotação correspondente ao Plano Orçamentário Segurança da Informação não foi contabilizado para fins de análise deste IE, tendo em vista que a despesa não foi objeto de planejamento pela UGR na Proposta Orçamentária 2022.

Solicitação de crédito especial para atender à despesa com a reforma do muro do Caju, no valor de R\$ 200.000,00, encontra-se tramitando no Congresso Nacional para aprovação. Na 2ª fase de créditos adicionais foi providenciado o remanejamento de R\$ 925.470,00 do Plano Orçamentário “Segurança da Informação” para o PO “Capacitação de RH”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Abertura do processo 2022.0.000003303-1 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas e normativas, em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar as reuniões com os Gestores para acompanhamento da execução do orçamento planejado.

Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução de um orçamento impositivo.

Riscos associados ao objetivo

Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

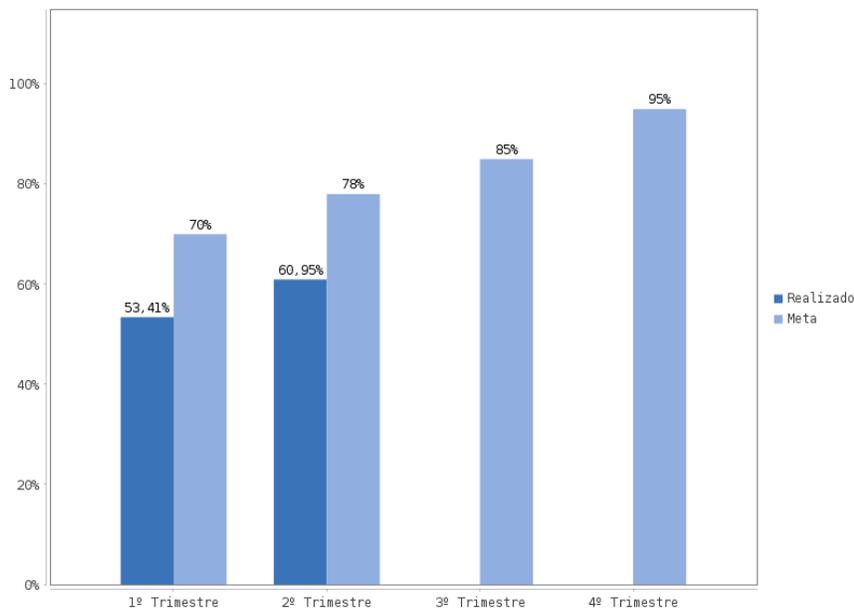
O cenário de incertezas sobre a evolução da Pandemia COVID-19 poderá impactar na execução do orçamento planejado.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias

Insatisfatório

Desempenho do Período: 78,14%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

Dotação orçamentária disponibilizada integralmente no final do mês de janeiro. A execução orçamentária das despesas discricionárias após o segundo trimestre registrou uma taxa de 60,95%, restando impactada expressivamente pela inexecução da dotação disponibilizada no Plano Orçamentário Segurança da Informação, cujo valor corresponde a 14,82% da dotação em análise (DADD). Constata-se que há um pequeno decréscimo da taxa de execução quando comparada com o mesmo período do ano anterior, que foi de 67,7%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Solicitação de crédito especial para atender à despesa com a reforma do muro do Caju, no valor de R\$ 200.000,00, que encontra-se tramitando para aprovação no Congresso Nacional. Na 2ª fase de créditos adicionais foi solicitado o remanejamento de R\$ 925.470,00 do Plano Orçamentário "Segurança da Informação" para o PO "Capacitação de RH" para treinamento dos servidores em Cibersegurança.

Abertura do processo 2022.0.000003303-1 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados. Há possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE, uma vez que a dotação correspondente ao Plano Orçamentário Segurança da Informação não foi objeto de planejamento pela UGR na Proposta Orçamentária 2022, pois foi incluída na fase final da elaboração da proposta (extrateto).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

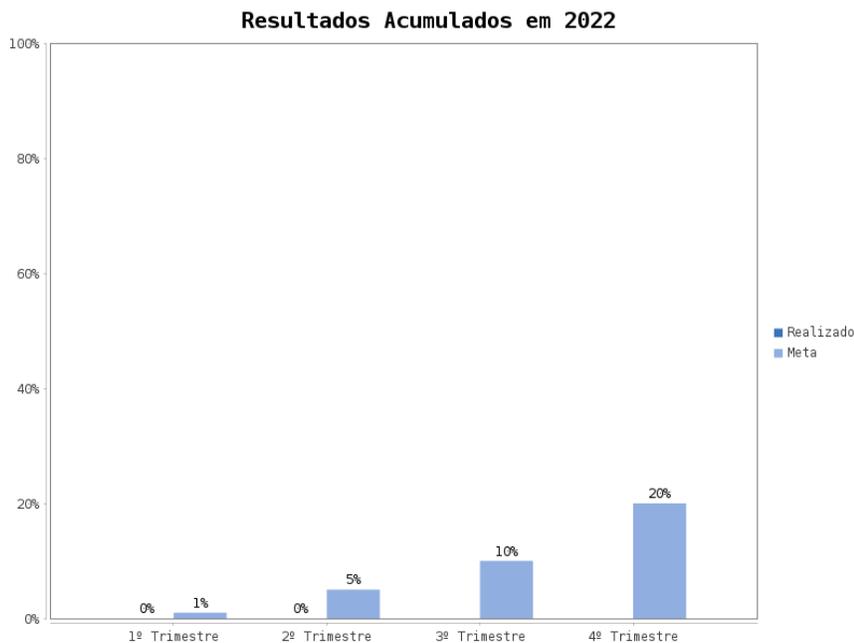
Intensificar as reuniões com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

Possibilidade de aprovação de normativo que disciplinará a execução orçamentária, sobretudo, os cancelamentos de valores não utilizados dos contratos, assim como a destinação dos recursos disponíveis às unidades gestoras - UGRs deste Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

A determinação do retorno dos servidores ao trabalho presencial no trimestre agosto/outubro, possivelmente acarretará um aumento de despesas e por consequência um acréscimo de empenhos, o que resultaria em uma melhoria no indicador em análise, porém há de se ressaltar que um eventual retrocesso na Pandemia COVID-19, pode impactar negativamente na execução do orçamento.

IE 48 - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.****Análise de contexto**

No segundo semestre, foi replicado o resultado nulo (0%) com relação à execução orçamentária das iniciativas estratégicas presentes do Plano Diretor da Estratégia em vigor, constantes na proposta orçamentária para o exercício 2022.

Desta forma, frisa-se que, do total orçamentário destinado às iniciativas estratégicas (R\$ 185.160,00), nenhum valor foi executado em relação ao referido trimestre, não sendo atingida a meta de 5% planejada para o período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como já mencionado na análise do trimestre anterior, o alcance da meta teve desempenho insatisfatório em virtude de falha no planejamento orçamentário durante a fase de estruturação dos projetos, que incluiu dois valores nas iniciativas estratégicas, um de maneira equivocada e outro que será executado a menor em decorrência de mudança de diretriz relacionada a uma das etapas da iniciativa estratégica.

De qualquer forma, a SEDINE segue envidando esforços para repensar, junto com os gerentes, formas de amadurecer o planejamento orçamentário para os próximos anos, a fim de que possa refletir a realidade, aumentando a aderência em termos de execução orçamentária.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Pela justificativa ora supracitada, não há perspectiva de melhoria para o indicador, visto que os valores incluídos na proposta orçamentária para as iniciativas estratégicas não serão utilizados durante o exercício de 2022.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em virtude do acima exposto, anota-se a premente necessidade de ajustes dos processos envolvendo o planejamento orçamentário referente às iniciativas estratégicas, para que estas possam constar do novo PDE com informações consistentes e horizonte de execução orçamentária realista, dentro do previsto.

Neste sentido, importante ressaltar que foram realizadas capacitações essenciais durante o primeiro semestre para os gerentes, assistentes de planejamento e outros servidores envolvidos em áreas contíguas, visando a sedimentação de uma cultura de gestão de projetos e, conseqüentemente, um amadurecimento no planejamento orçamentário.

Além disso, esta unidade vem debatendo a possibilidade da elaboração de estudos de viabilidades como elementos prévios para projetos de alta complexidade.

Por fim, como também já mencionado na análise anterior, ficou acertado durante a 1ª. Reunião de Análise Crítica (RAC) da Diretoria Geral, que esta unidade envidará esforços para criar mecanismos de amadurecimento e otimização das necessidades orçamentárias para os projetos em 2024, visto que para 2023 os valores já foram solicitados, não havendo garantia de desempenho satisfatório para o próximo ano.

Riscos associados ao objetivo

Observa-se que o risco apontado é a possível continuidade de solicitação de orçamentos com a rubrica para execução de projetos estratégicos, sem que, na prática, essas verbas sejam utilizadas para a finalidade originária. Isto é, em virtude do planejamento equivocado, as referidas verbas podem ser menores ou maiores do que o devidamente necessário para a sua execução ou ainda podem acabar sendo executadas e utilizadas com outras finalidades.

Frisa-se, por oportuno, que por mais que o planejamento e a solicitação sejam devidamente programados, os projetos tem a plasticidade como uma das suas características intrínsecas, podendo ser, desta forma, suscetíveis às possíveis intercorrências como decisões políticas, normativos dos Tribunais Superiores, mudança de diretriz, mudança de política institucional, dentre outros.

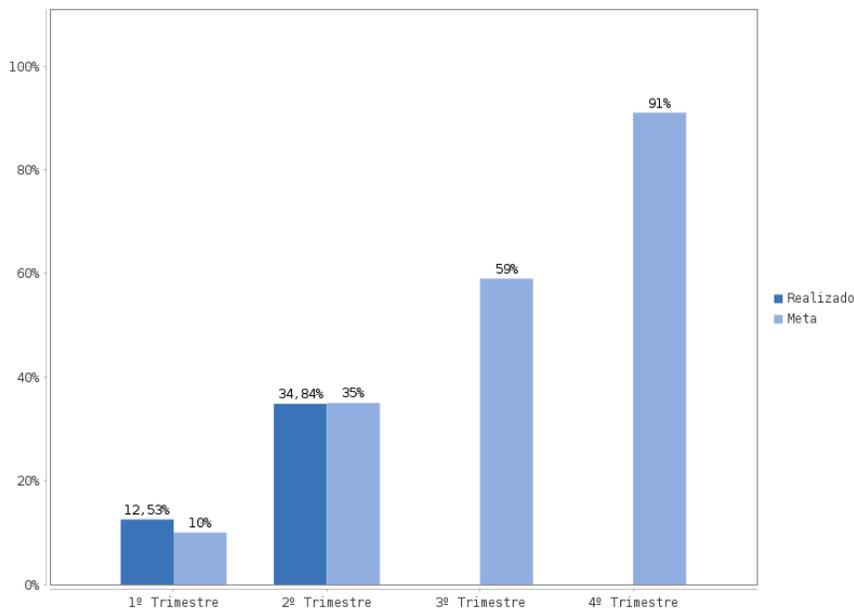
Cumprindo observar, por fim, que, em virtude da periodicidade bianual do orçamento, por muitas vezes, embora devidamente planejado, este não vai ser executado da forma como foi solicitado.

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Ótimo

Desempenho do Período: 99,55%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto

O período de medição contempla os valores pagos acumulados até junho/2022, em relação ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

A meta para o TRE-RJ foi atingida em 99,55%, mostrando novamente um índice satisfatório.

Como parâmetro comparativo de desempenho, foram calculadas as taxas de pagamentos do Tribunal efetuados até o 2º semestre dos anos de 2019 (36,34%), 2020 (33,99%) e 2021 (36,70%).

De forma geral, observou-se que os resultados orbitam numa performance homogênea das rotinas dos pagamentos, sinalizando uma sedimentação na condução das atividades, o que foi abordado também na análise do trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme análise do 1º trimestre, são esperados resultados positivos da implementação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, cuja vigência deu-se a partir de 01/04/2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

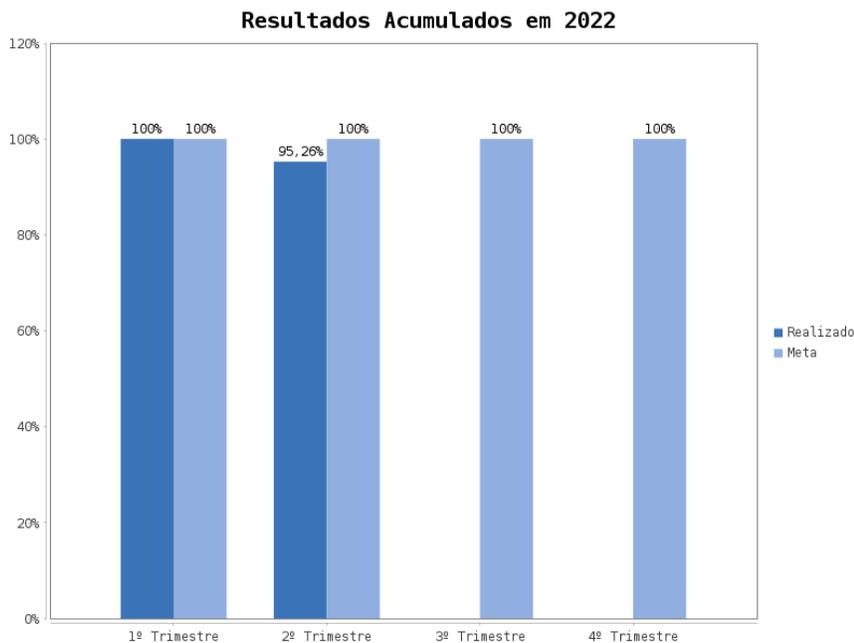
Idem análise do trimestre anterior.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Idem análise do trimestre anterior.

Riscos associados ao objetivo

Idem análise do trimestre anterior.

OE 12 - Promover a transformação digital**Ótimo****Desempenho do Período: 95,26%****Responsável: STI.**

Análise de contexto Analisando o desempenho do Objetivo OE12 pela primeira vez, desde o início das medições dos novos Indicadores Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico referente ao período 2021-2026, podemos observar um bom resultado, com alcance de 95,26% da meta. Este resultado é consequência do bom desempenho dos Indicadores Estratégicos IE50 (209,99%), IE52 (141,53%), IE53 (81,05%) e IE54 (114,28%) neste primeiro semestre. Os IEs 51 e 55 não tiveram suas medições iniciadas, pois possuem periodicidades anuais.

Ressalta-se que o IE52 - Taxa de satisfação de usuários de TIC é um indicador novo, que não existia no PEI anterior, e teve registrada a sua primeira medição relativa ao primeiro semestre de 2022, apresentando resultado positivo, o que indica uma boa percepção dos serviços de TIC pelos usuários internos. É importante também o registro de que foi proposto pela STI (através de processo SEI, em junho) a ser aprovado pelo CGE, a alteração do IE55 - Taxa de serviços digitais da Carta de Serviços pelo IE - Taxa de atendimento ao PTD (Plano de Transformação Digital). O PTD foi aprovado pelo CGovTIC em maio de 2022. O indicador proposto será mais eficiente por conter ações de transformação digital que estão alinhadas com a estratégia do Tribunal e com a estratégia nacional de TIC (ENTIC-JUD).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Diversas foram as ações implementadas no período, entre elas: a contratação de suporte à infraestrutura, acelerando os trabalhos realizados pela COINF, no que se refere às atividades de manutenção e otimização da rede do Tribunal como um todo, bem como às atividades realizadas em conjunto com a COLOG, relacionadas à troca de equipamentos de todas as Zonas Eleitorais e da Sede, impactando diretamente os Indicadores IE50 e IE53. No âmbito da CSCOR, os novos servidores e servidoras vindos através do PSI deram celeridade ao processo de desenvolvimento de sistemas, resultando num maior número de demandas entregues no período. Além disso, houve contratação de consultoria de Business Intelligence, iniciando um aumento no potencial da coordenadoria de realizar entregas de painéis de BI. Está em execução um Plano de Ação para alavancar a nota obtida no iGovTIC de 2021, para que em 2022 possamos obter uma melhor avaliação neste indicador do CNJ, com o objetivo de alcançar o nível "aprimorado". Neste semestre foram formalizados e aprovados novos processos, elaborados normativos e outros artefatos essenciais para uma maior maturidade em Gestão e Governança de TIC, estas ações vão impactar positivamente o IE51, que tem registro anual, tendo em vista que o questionário do CNJ é respondido também anualmente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) No próximo semestre teremos muitos desafios, tendo em vista as atividades decorrentes do período eleitoral, aumentando significativamente as demandas na área de infraestrutura e logística.

Apesar disso, a tendência é de estabilidade nos desempenhos dos indicadores. Há previsão de instalação do Datacenter ainda no segundo semestre, bem como a implantação da solução VOIP e de nova solução da Central de Serviços. Além disso, deverá ser disponibilizada a nova solução de colaboração Google Workspace, que inclui solução de correio eletrônico e maior espaço de armazenamento de dados, o que deverá impactar diretamente o IE52, que mede a satisfação dos usuários de TIC. A realização destes projetos propiciará grandes benefícios para a infraestrutura e os serviços de TIC, impactando positivamente no trabalho dos servidores, que perceberão uma grande melhoria na disponibilidade e qualidade dos serviços de TIC na execução de suas atividades.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Através da análise da Pesquisa de Satisfação dos Usuários de TI será possível identificar os pontos de melhoria e para prover melhores serviços de TI. Para a melhora do desempenho relativo à infraestrutura, será importante o apoio da alta administração no que se refere à implantação do Datacenter, tendo em vista os atrasos decorrentes das obras de infraestrutura no prédio do Tribunal. A STI acredita que a implementação do Teletrabalho irá trazer alguns benefícios, como aumento de motivação e de desempenho, para os servidores e servidoras que necessitam de maior concentração, como por exemplo, os que trabalham na área de desenvolvimento.

Riscos associados ao objetivo

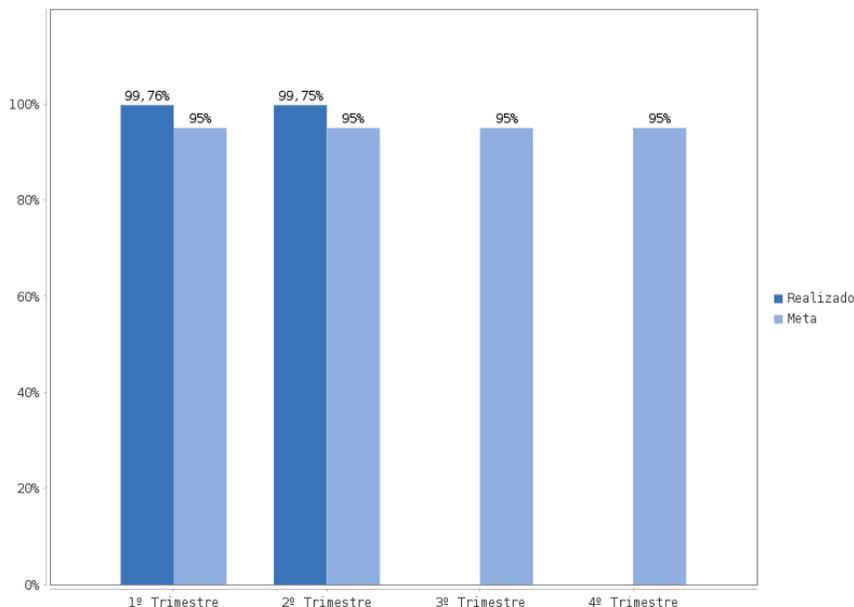
As atividades constantes no novo Manual de Contratações do Tribunal estão demandando grandes esforços dos envolvidos nas contratações, principalmente nas atividades de pagamento. São tarefas meramente administrativas que estão sendo executadas por pessoal técnico de TI, suprimindo tempo dos servidores que poderiam atuar mais em atividades de tecnologia da informação. Isso gera um risco de atraso nos diversos projetos de TI que estão em andamento e que possuem prazos exíguos, pois estas novas atividades diminuem de forma geral a capacidade produtiva da Secretaria.

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Ótimo

Desempenho do Período: 105,00%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

O Objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho ótimo no 2º trimestre;

As variáveis relativas aos serviços de rede e a disponibilidade dos serviços essenciais ficaram acima de 99%.

Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos.

Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Zimbra e da Intranet.

Nos sistemas críticos foram monitorados: SEI, Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, CSTI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com a contratação do suporte de infraestrutura, a SEREDE intensificou visitas técnicas às unidades judiciárias para manutenção preventiva e corretiva dos circuitos de rede, e vem trabalhando junto com a empresa OI num processo de otimização da configuração dos circuitos, assim com também no upgrade da velocidade dos links. A implantação da dupla abordagem nas unidades judiciárias da capital também está em andamento, seguindo o cronograma previsto.

Os equipamentos servidores da Intranet foram substituídos num trabalho em conjunto com a SEINTE.

Foram renovados os contratos de backbone secundário e links de internet da sede.

A licitação da solução VOIP foi marcada para o mês de julho.

A contratação da nova Central de Serviços foi realizada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência de desempenho do indicador nos próximos 6 meses é de estabilidade.

Estamos na fase final de implantação do projeto de modernização do Datacenter, devido a atrasos por conta de intervenções na infraestrutura do prédio da SEDE, a previsão ficou para novembro de 2022.

Implantação da solução de colaboração que irá substituir o Zimbra está prevista para julho-agosto de 2022.

Implantação da solução VOIP tem previsão para agosto/setembro de 2022.

Implantação da nova solução da Central de Serviços, com previsão para julho/agosto de 2022.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Suporte da Administração para que as unidades envolvidas consigam priorizar as atividades referentes à implantação do novo Datacenter, Central de Serviços, Solução de Colaboração e VOIP.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto o Projeto de Modernização do Data Center não for implantado, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center atual e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD.

Enquanto não implantarmos uma nova solução de correios, continuaremos a ter dificuldades com a aplicação atual que já demonstra estar no seu limite e não apresenta mais opções para uma possível melhoria em seu desempenho.

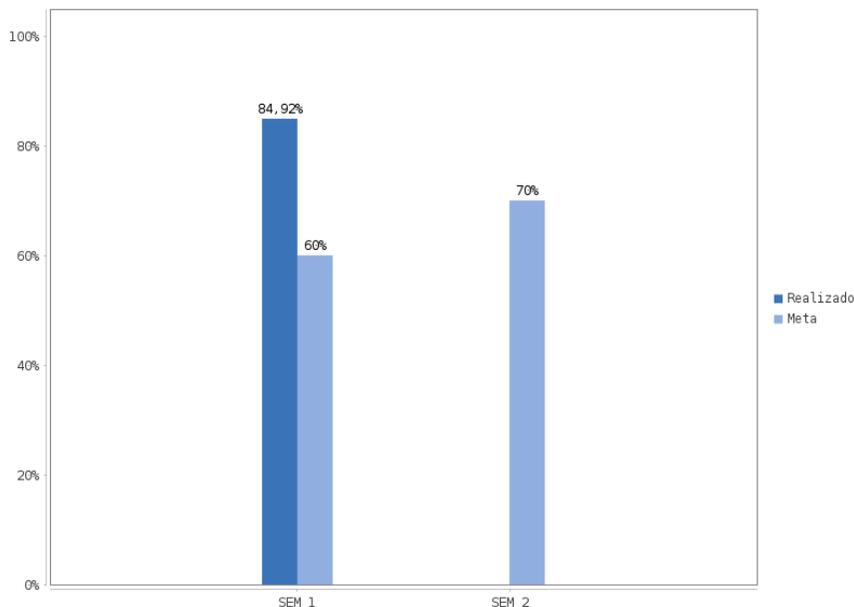
Caso haja atrasos na implantação da nova solução de Central de Serviços, os usuários terão dificuldades em abrir chamados de suporte de TI, o que irá dificultar o atendimento.

IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC

Ótimo

Desempenho do Período: 141,53%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Foi disponibilizada uma pesquisa de satisfação para resposta dos servidores e colaboradores durante duas semanas ao final do mês de julho, para avaliação dos serviços de TI prestados no primeiro semestre de 2022. Cento e setenta e nove (179) servidores responderam ao questionário.

O questionário era composto por uma pergunta de avaliação geral e mais 16 perguntas para avaliação dos diversos serviços de TIC. Estas perguntas poderiam ser respondidas com notas de 1 à 10 e somente a primeira era obrigatória. Havia também 3 perguntas de respostas discursivas para que os servidores incluíssem suas sugestões, críticas e elogios, o que auxiliou na elaboração da análise deste indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O indicador apresentou resultado de 84,92% com desempenho ótimo.

As piores notas médias na avaliação ficaram por conta dos seguintes itens:

- Correio eletrônico - média 4,90
- Ferramentas de Escritório - média 6,33

O correio eletrônico é uma fonte notória de insatisfação por conta da solução Zimbra e o pouco espaço de armazenamento disponível para o e-mail atualmente.

A insatisfação relacionada às ferramentas de escritório se deve pela recente substituição dos pacotes Microsoft Office pelo Libre Office.

As melhores médias ficaram por conta dos seguintes itens:

- Cortesia dos atendentes - média 9,16
- Atendimento de Suporte - média 8,70
- Serviço de manutenção e troca de equipamentos - média 8,63

Os itens relacionados ao suporte de TI obtiveram as melhores médias, o que indica uma boa percepção do atendimento das equipes de suporte. O serviço de manutenção e troca de equipamentos também recebeu uma boa avaliação, dado que finalizamos recentemente a atualização de todos os micros dos cartórios e está em andamento o trabalho de atualização dos micros da Sede.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se uma melhora na satisfação geral com a melhoria dos critérios que foram os piores na avaliação: Correio Eletrônico e Ferramentas de Escritório.

A implantação da nova solução de colaboração Google Workspace, que possui solução de correio eletrônico e uma suíte de escritório em nuvem, vai trazer enormes ganhos para o Tribunal e facilidades no uso, além de mais espaço para armazenamento dos dados.

A atualização dos micros da Sede também pode melhorar a satisfação dos usuários com seus equipamentos.

É provável que a nova Intranet, recém disponibilizada em meados de julho, também receba melhores avaliações, visto que a antiga intranet recebeu a avaliação média de 8,01.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O questionário disponibilizado procurou englobar diversos aspectos da área de TI e o resultado nos ajudará a identificar onde podemos melhorar e assim prover melhores serviços de TIC. As críticas e sugestões serão analisadas em reunião de análise crítica pelos gestores de TIC.

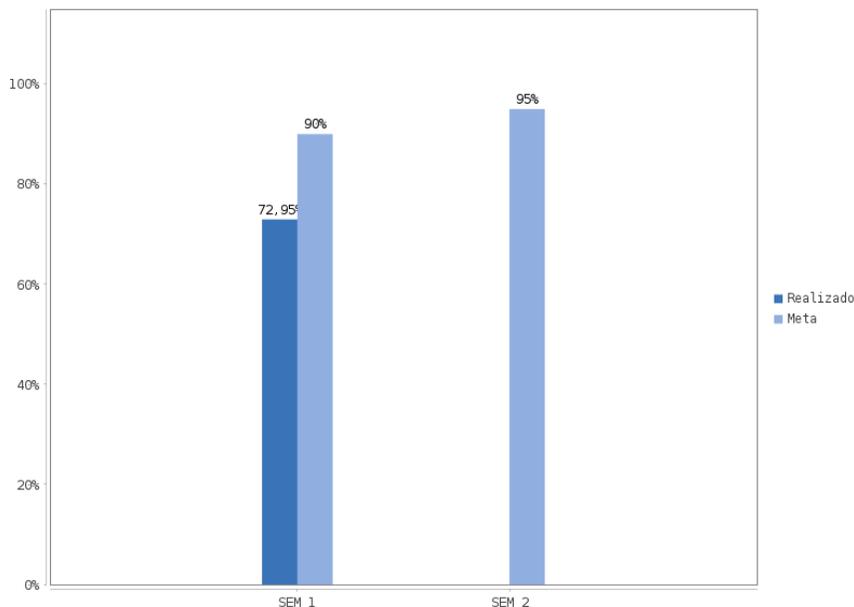
Riscos associados ao objetivo

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Ótimo

Desempenho do Período: 81,05%

Resultados Acumulados em 2022



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado ficou abaixo da meta estabelecida (72,95%), mas melhor que o do semestre anterior (47,76%). Observando cada seguimento de equipamentos, microcomputadores e impressoras, verifica-se que houve significativa melhora na adequação dos computadores dos cartórios (de 64,05% para 99,31%) e melhora parcial no que se refere aos microcomputadores das unidades da Sede (de 39,74% para 62,81%). O ponto fraco continua sendo o nível de adequação das impressoras nas zonas eleitorais (de 36,70% para 35,49%). No caso das impressoras da Sede, não houve alterações significativas (de 84,02% para 84,69%), mantendo-se um bom nível.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram finalizadas as trocas dos micros de todas as zonas eleitorais e iniciada a troca dos equipamentos das unidades da Sede, gerando impacto direto no indicador (de 64,05% para 99,31% nas ZEs e de 39,74% para 62,81% na Sede).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O indicador tem tendência de melhora devido à finalização da troca de computadores de todas as unidades da Sede.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A próxima iniciativa a ser realizada com objetivo de melhorar o desempenho do indicador é a contratação de outsourcing para as impressoras das zonas eleitorais do interior. Porém, o planejamento da contratação somente deverá ser iniciado ao final do ano de 2022. A expectativa é que a implantação possa ocorrer no primeiro semestre de 2023.

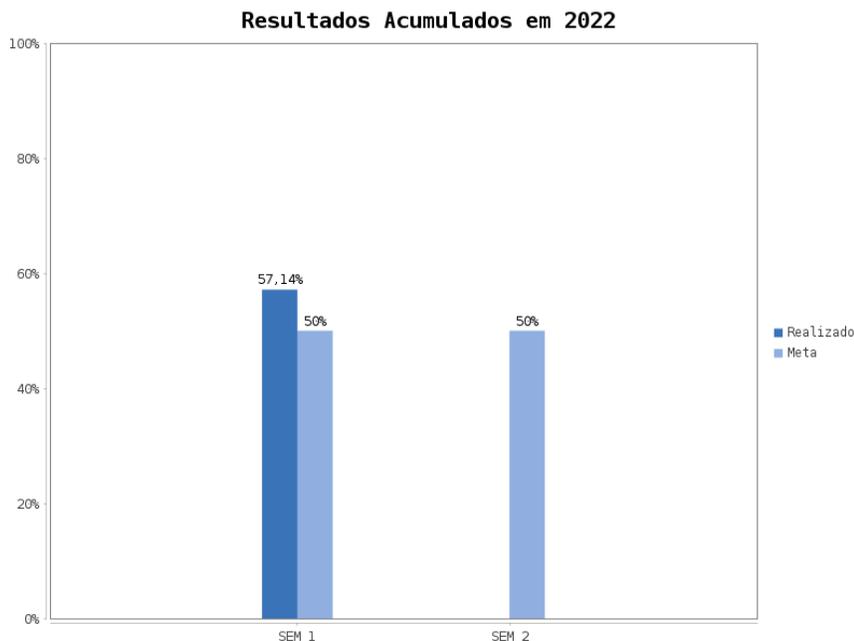
Riscos associados ao objetivo

O planejamento e a licitação dos serviços de outsourcing tem grande complexidade, sendo a atual fase de atender ao interior do Estado do Rio um desafio logístico. Uma empresa pode prestar bem o serviço na região norte do Estado mas não ter capacidade de atender a região sul, por exemplo. Peças, insumos e impressoras precisarão ser transportados ou armazenados em polos regionais. Assim, a definição da solução para atender o interior é mais complexa em termos de logística do que a capital e grande rio, demandando maior estudo por parte da equipe de planejamento da contratação.

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI

Ótimo

Desempenho do Período: 114,28%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

Este semestre se iniciou com a lista de demandas priorizadas pelo CGovTIC e isso nos auxiliou na definição e manutenção do foco do trabalho, trazendo um ótimo resultado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O trabalho de mentoria e formação dos novos servidores e servidoras vindos no PSI nos papéis de Scrum Master e Product Owner agilizou o processo de desenvolvimento de sistemas e conseqüentemente aumentou bastante a quantidade de demandas entregues. Além disso, a contratação de consultoria de BI foi iniciada no segundo trimestre, aumentando a capacidade de entrega de painéis de BI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para o próximo semestre talvez haja risco de diminuição da quantidade de entregas e conseqüente piora do indicador pelas seguintes razões: O CGovTIC adiou reuniões e não houve novas priorizações planejadas; com o retorno ao trabalho presencial para todos, o desempenho das equipes tende a cair porque a sala de trabalho dos desenvolvedores é muito cheia, de modo que a quantidade de interrupções e o barulho se tornam significativos. Considerando que o desenvolvimento de soluções é um trabalho criativo, o ambiente interfere diretamente no desempenho das pessoas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

As seções vão se organizar e solicitar o teletrabalho para os servidores e servidoras nos termos da resolução TRE-RJ 1.218/22 a fim de melhorar as condições do ambiente de trabalho, aumentar a motivação e, conseqüentemente, o desempenho dos técnicos.

Riscos associados ao objetivo

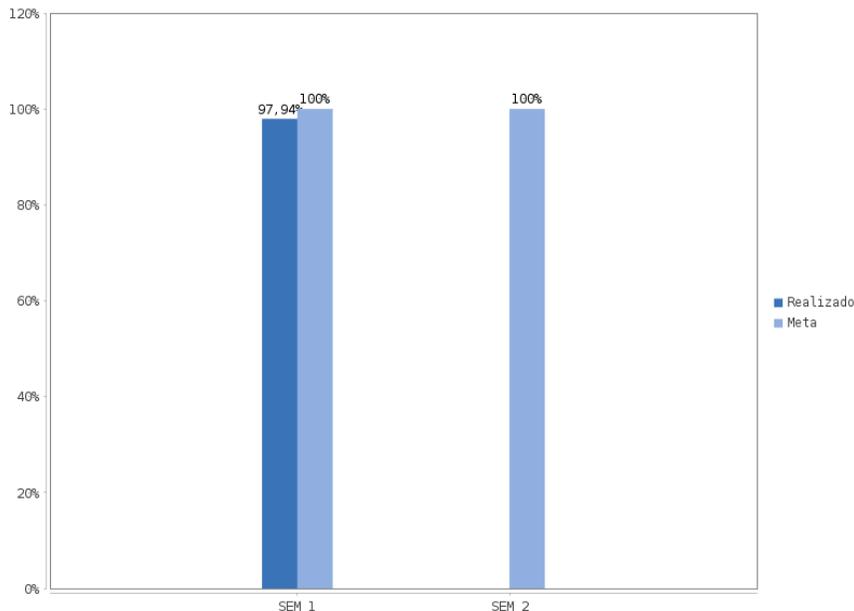
A não autorização do teletrabalho na quantidade necessária para gerar o bom desempenho das equipes.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura

Ótimo

Desempenho do Período: 97,94%

Resultados Acumulados em 2022



Responsável: SSG.

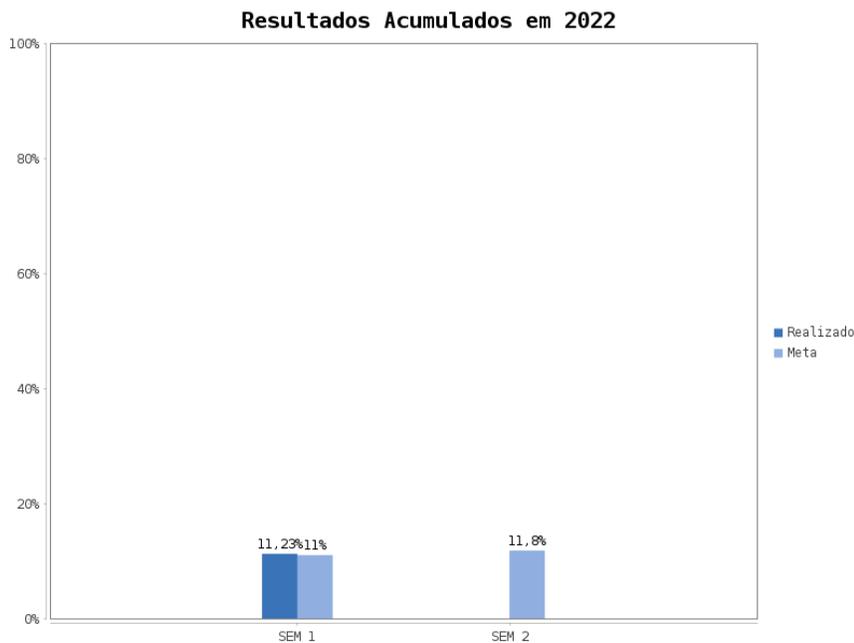
Análise de contexto Em que pese persistir, ainda que mais brando, o cenário da pandemia de Covid-19, o presente objetivo estratégico apresentou um desempenho satisfatório neste primeiro semestre de 2022 graças ao somatório dos desempenhos, acima das metas estabelecidas, dos novos indicadores estratégicos IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada e IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A quantidade expressiva de transferências de zonas eleitorais e a criação de novos Polos Eleitorais proporcionaram uma melhora significativa na infraestrutura imobiliária do Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Dentro dos próximos dias haverá um substancial ganho no desempenho deste objetivo, estão previstas as transferências de mais 7 (sete) Zonas Eleitorais em São Gonçalo e 2 (duas) Zonas em Resende, respeitando-se o conceito de acessibilidade universal para estas instalações, haja vista que serão instaladas em Shopping Centers dos municípios. Além do mais, será realizada a instalação de um elevador no imóvel de Bangu onde estão abrigadas 5 (cinco) Zonas Eleitorais daquele município.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Em consonância com a Resolução TRE nº 1198/2021, deve-se priorizar a busca e/ou otimização de imóveis que comportem Polos permanentes, visando ao armazenamento de urnas eletrônicas.

Riscos associados ao objetivo A alta capilaridade da estrutura imobiliária impacta negativamente na padronização dos imóveis utilizados pelo Tribunal. Atrelado a isso, tem-se a dificuldade de se encontrar imóveis adequados em determinadas regiões, especialmente devido ao aumento da mancha criminal no Estado do Rio de Janeiro.

IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada**Ótimo****Desempenho do Período: 102,09%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.****Análise de contexto**

(Análise encaminhada por e-mail dentro do prazo) Nesse 1º semestre de 2022 o IE 56 substituiu em parte o IA 70 que foi desativado. Cumpre observar que o IA 70 era composto de outros cinco indicadores, eram eles: IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis; IA 72 - Índice de unidades com mobiliário adequado; IA 73 - Índice de unidades com condições adequadas de segurança; IA 74 - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis e IA 75 - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56 mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis (antigo IA 71), com equipamentos econômicos (antigo IA 74) e instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados (antigo IA 75). Quanto aos outros índices de apoio que compunham o IA 70, o antigo IA 73 que mede a taxa de segurança das unidades está contemplado atualmente no IE 57, enquanto o antigo IA 72 que tratava do mobiliário foi excluído nessa nova formatação do Gerir. O IE 56 - Índice de unidades com instalações padronizadas faz parte do OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste índice irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ. O IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes. Seguindo a estratégia imobiliária a SSG/ COENG tem aumentado o número de polos permanentes, captando imóveis capazes de abrigar diversas zonas eleitorais de uma região ou município e o referido polo para armazenamento permanente das urnas eletrônicas, além de uma CAE que em anos eleitorais pode ser desmontada para aumento da área operacional do polo e remontada após os pleitos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi satisfatório com desempenho no 1º semestre de 2022 de 11,23%, acima da meta de 11% prevista para o período. Cumpre esclarecer que tratase de estimativa, uma vez que o Gerir até o momento não computou a variável referente ao Total de Cartórios (TCart) e não calculou o desempenho do indicador, possivelmente por uma falha do sistema. Neste 1º semestre de 2022 foram realizadas as transferências das zonas eleitorais 24ª, 230ª, 233ª, 234ª, 238ª de Bangu do Shopping Sulacap para a Avenida Marechal Fontenelle nº 4650, também no Jardim Sulacap, e das zonas eleitorais 96ª e 256ª de Cabo Frio. Essas transferências não interferiram positivamente no IE 56 neste primeiro momento, mas proporcionaram a melhoria da infraestrutura que atende as zonas 96ª e 256ª e a criação do polo permanente no imóvel de Cabo Frio, além dos polos permanentes

de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz no imóvel do Jardim Sulacap. Observa-se que restou pendente por parte do proprietário a instalação do elevador no imóvel do Jardim Sulacap, prevista agora para o 2º semestre de 2022. Essa medida irá impactar diretamente no IE 56 na próxima medição.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56. Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostra critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Portanto, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade está integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário. Uma vez atendidas às exigências, dificilmente haverá obstáculos para a instalação de equipamentos econômicos visando a sustentabilidade, tais como lâmpadas de LED e descargas e torneiras com controle de fluxo. A tendência nos próximos 6 meses é de melhora expressiva do Indicador Estratégico com a transferência das unidades de São Gonçalo (sete Zonas) e Resende (duas Zonas), haja vista que todas estarão instaladas em Shopping Centers, portanto, atendendo também aos critérios de acessibilidade, além das cinco Zonas de Bangu que com a instalação do elevador no imóvel que as abriga também serão incluídas entre as Zonas Eleitorais com acessibilidade universal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1198/2021, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, bem como em observância ao artigo 4º da referida de 2021, recomenda-se priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes. A Estratégia Imobiliária (EI) proposta pela SSG/COENG em alinhamento com essas Resoluções prevê a concentração da nossa estrutura imobiliária, a padronização de suas instalações e criação de polos permanentes para armazenamento das urnas eletrônicas.

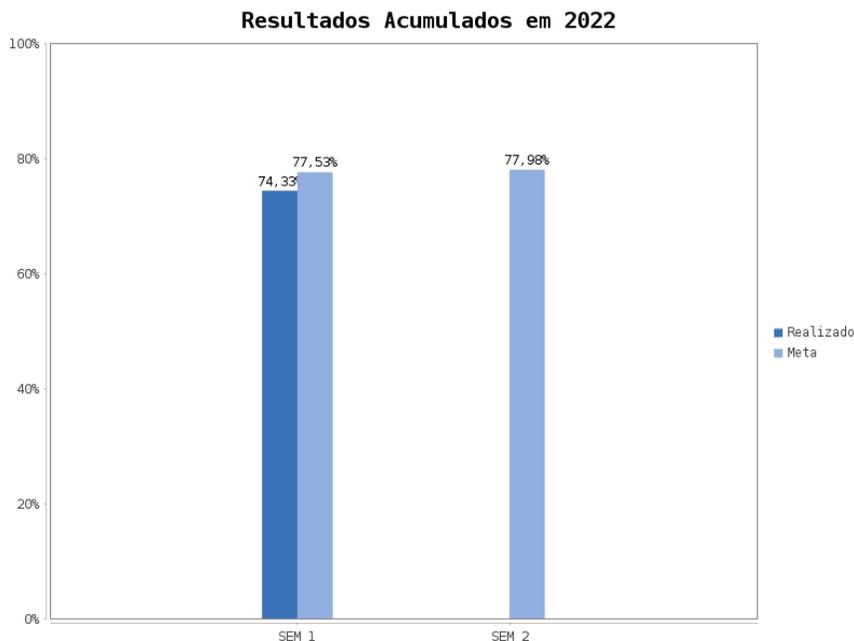
Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a capilaridade e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações complexas e, em alguns casos, inviáveis. Assim, o aprimoramento do IE 56 passa necessariamente pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observando-se os critérios de aceitação previstos no indicador. Em linha com esta Estratégia Imobiliária e visando mitigar/solucionar os riscos acima apontados, podemos informar que estão previstas para os próximos anos a criação de ao menos três novos polos permanentes com suas respectivas Zonas Eleitorais e CAE (Nova Iguaçu, Madureira e Friburgo), locais que historicamente apresentam grandes dificuldades para locações provisórias, bem como a mudança das ZE's de Belford Roxo e seu respectivo polo, que neste caso se dará pelas condições precárias do imóvel onde estão instalados.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Ótimo

Desempenho do Período: 95,87%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.

Análise de contexto

Conforme e-mail enviado pelo setor, a SEDEST realizou o preenchimento da análise enviada (18/07/22) A alocação de policiamento em unidades da Justiça eleitoral esbarra na inexistência de Convênio próprio com o Governo do Estado. A ausência de Convênio justificasse, em parte, pela falta de recursos para alocação dessa demanda.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Considerando a resposta anterior, envidamos esforços para a manutenção do status anterior.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Enfrentamento da demanda por toda a Administração com vista a alocação das unidades da Justiça Eleitoral em áreas estrategicamente mais seguras.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Alocação de recursos para criação de Convênio com órgãos de segurança pública e criação de vagas para a especialidade da Polícia Judicial.

Riscos associados ao objetivo

Crescente aumento da mancha criminal no Estado o que demanda fortalecimento da estrutura de segurança nos seus vários aspectos. A ausência desses investimentos pode comprometer o bom funcionamento das unidades associadas, considerando a proteção dos ativos da Justiça Eleitoral.